

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Lara Prazeres Ribeiro Gomes

**ENTRE MÁQUINAS E ESTRELAS: análise da formação de palavras e da
transposição semântica entre contemporaneidade e antiguidade na tradução de**
Regulus

Juiz de Fora
2020

Lara Prazeres Ribeiro Gomes

ENTRE MÁQUINAS E ESTRELAS: análise da formação de palavras e da transposição semântica entre contemporaneidade e antiguidade na tradução de *Regulus*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes

Juiz de Fora

2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Prazeres, Lara.

Entre máquinas e estrelas : análise da formação de palavras e da transposição semântica entre contemporaneidade e antiguidade na tradução de *Regulus* / Lara Prazeres Ribeiro Gomes. – 2022.

152 f. : il.

Orientador: Fábio da Silva Fortes

Dissertação (mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2022.

1. Latim extemporâneo. 2. Tradução. 3. Neologismo. 4. *Regulus*. I. Fortes, Fábio da Silva, orient. II. Título.

CDU 807.1

Lara Prazeres Ribeiro Gomes

***Entre máquinas e estrelas: análise da formação de palavras e da transposição semântica
entre contemporaneidade e antiguidade na tradução de Regulus***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística

Aprovada em 10 de junho de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Carlos Renato Rosário de Jesus

Universidade do Estado do Amazonas

Profª. Drª. Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda

Universidade Federal de Juiz de Fora

Juiz de Fora, 27/05/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio da Silva Fortes, Professor(a)**, em 10/06/2022, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda, Professor(a)**, em 10/06/2022, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Renato Rosário de Jesus, Usuário Externo**, em 11/06/2022, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0806548** e o código CRC **2816574E**.

AGRADECIMENTOS

Agradecer, para além da formalidade, é a compensação e o reconhecimento pela influência exercida nesse percurso curto, mas de muito aprendizado. Agradeço a minha família, em especial minha mãe, Andréa, que me deu a base para poder passar esse período de estudos em meio à pandemia, e meu namorado, Rafael, que foi muito útil em oferecer escuta e suporte quando tudo parecia muito atribulado. Agradeço aos professores pela troca de conhecimento, sobretudo, a meu orientador, Fábio Fortes, que, mesmo não me conhecendo, confiou na minha proposta e forneceu todo o possível para o melhor desenvolvimento da pesquisa. Obrigada pelo material, pelas reflexões e pela orientação, você foi fundamental para que esse trabalho tomasse a devida forma. Agradeço aos membros da banca de qualificação e de defesa, obrigada por aceitarem participar e engrandecer minha pesquisa. Agradeço também aos professores de Latim da minha graduação, Edinalda e Thiago, por terem sido os primeiros a me instruir por esse caminho. Por fim, agradeço à UFJF, por, em meio ao caos social desse governo, ser capaz de prover aos estudantes. O auxílio financeiro para pesquisa é essencial para a ciência, portanto agradeço pela bolsa de fomento que me garantiu meios para desenvolver a dissertação. Como essas palavras custam a compensar, de fato, por todo o bem que me foi feito, espero que gere algum conforto saber que cada ação feita daqui para frente, cada passo na construção do meu percurso acadêmico e profissional reflete a influência exercida por vocês. Por isso, agradeço.

RESUMO

O presente trabalho faz parte da linha de pesquisa “Linguagem e Humanidades” do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e tem como objetivo principal investigar, a partir de uma metodologia qualitativa, aspectos relacionados ao uso do latim *extempore* (ou neolatim) desenvolvido para além dos limites da literatura clássica, para a tradução do *Le Petit Prince* de Antoine de Saint-Exupéry (1943) para o latim. Sendo um texto moderno, essa obra apresenta um vocabulário repleto de termos para designar objetos estranhos ao universo cultural em que o latim – uma língua da antiguidade – prosperou como língua de uso e cultura. Nesta dissertação, pretendemos avaliar como se opera a tradução desses vocábulos na versão latina dessa obra, o *Regulus* (2001), bem como as estratégias mobilizadas pelo tradutor para exprimir tais referentes em latim e as repercussões semânticas que se observavam como decorrente dessas estratégias. Para realizar a pesquisa, apresentamos um estudo inicial, em que refletimos acerca das variedades do latim, a partir dos apontamentos de Clackson e Horrocks (2007) e Janson (2004), caracterizando o *sermo litterarius* como a variedade de referência dessa obra. Na sequência, apresentamos um estudo do *Regulus*, destacando e analisando o léxico relacionados a referentes modernos, tais como o avião, nomes de armas de fogo e topônimos. Fundamentamos a nossa análise em preceitos da Teoria da Tradução como os recursos de *zooming*, adição, subtração, domesticação e estrangeirização, tendo como base teórica autores como Schleiermacher (1813), Venuti (1995) e Nida (1964). A pesquisa explorou o uso típico da língua para a observação de grupos semânticos que auxiliam na interpretação dos neologismos, observando o latim revitalizado a partir da relação entre os elementos disponíveis no repertório linguístico. Os resultados sugerem que há uma prevalência de perífrases para significar os referentes modernos no polissistema latino, de modo que ocorre um resgate de termos familiares ao *sermo litterarius* para a revitalização do latim extemporâneo.

Palavras-chave: latim extemporâneo, tradução, neologismo, *Regulus*.

ABSTRACT

The present work belongs to the research line “Language and Humanities” of the Post-Graduation in Linguistics Program of the Federal University of Juiz de Fora (UFJF) and its main objective is to investigate, from a qualitative methodology, aspects related to the use of the *extempore* Latin, (or neo-Latin) developed beyond the limits of classical literature, for the translation of *Le petit Prince* by Antoine de Saint-Exupéry (1943) into Latin. Being an open text, this work presents a text full of terms to designate objects foreign to the cultural universe in which Latin – a language of antiquity – prospered as a language of use and culture. In this dissertation, we intend to evaluate how the translation of these words operates in the Latin version of the book, *Regulus* (2001), as well as strategies mobilized by the translator to express such referents in Latin and the semantic repercussions that were observed as a result of these strategies. To carry out the research, we present an initial study, in which we reflect on the varieties of Latin, based on the notes of Clackson and Horrocks (2007) and Janson (2004), characterizing the *sermo litterarius* as a reference variation of this work. Later, we present a study of *Regulus*, highlighting and analyzing the lexicon related to referents, such as a plane, names of firearms and place names. We base our analysis on precepts of Translation Theory such as the analysis of zoom, addition, subtraction, domestication and foreignization resources, based on theoretical authors such as Schleiermacher (1813), Venuti (1995) and Nida (1964). The research explored the typical usage of the language for the observation of semantic groups that help the interpretation of neologisms, observing the revitalized Latin from the relationship between elements available in the linguistic repertoire. The results suggest that there is a prevalence of periphrases to signify modern referents in the Latin polysystem, so that there is a rescue of terms familiar to the *sermo litterarius* for the revitalization of extemporaneous Latin.

Keywords: extemporaneous latin, translation, neologism, *Regulus*,

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1–Ilustração de uma balista sendo carregada	126
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definições de substrato, superstrato e abstrato	17
Quadro 2 – Características das variedades latinas	36
Quadro 3 – Acepções dos termos analisados	66
Quadro 4 – Correspondências dos conceitos “avião” e “trem” em francês, português e latim	74
Quadro 5 – Palavras que acompanham <i>machina</i>	75
Quadro 6 – Grupos semânticos relacionados ao vocábulo <i>machina</i>	76
Quadro 7 – Grupos semânticos relacionados ao vocábulo <i>stella, -ae</i>	83
Quadro 8 – Tipos de montanhas e algumas especificidades	112
Quadro 9 – Grupos semânticos relacionados ao vocábulo <i>mons</i>	113
Quadro 10 – Países modernos traduzidos para o latim	132

LISTA DE ABREVIACÕES

Cic. – Cícero

de Orat. – *De Oratore*

Ep. Tac. – *Epistulae ad Tacitum*

Plin. – Plínio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERCURSO HISTÓRICO E AS VARIEDADES DO LATIM	16
.....	
1.1 HISTÓRIA DO LATIM: UM BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
1.2 PRINCIPAIS VARIEDADES DO LATIM	25
1.2.1 O <i>Sermo plebeius</i>	26
1.2.2 O <i>Sermo urbanus</i>	28
1.2.3 O <i>Sermo litterarius</i>	30
1.2.4 O latim escolar contemporâneo.....	34
1.3 JUSTIFICATIVA DO PERÍODO ADOTADO	35
2 OS ASPECTOS DA TRADUÇÃO DO <i>LE PETIT PRINCE</i>	39
2.1 OS REFLEXOS DO TEMPO EM O PEQUENO PRÍNCIPE	40
2.1.1 O impacto da diferença temporal	41
2.2 A VISIBILIDADE DO TRADUTOR	42
2.2.1 Do risco dos extremos	45
2.2.2 Das formas de adicionar e subtrair elementos	46
2.3 O JOGO DA TRADUÇÃO EM <i>REGULUS</i>	49
2.4 TRADUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA LÍNGUA	53
2.4.1 O lugar da leitura e da tradução no ensino	54
2.4.2 Traduções para qual latim?	58
3 ANÁLISE DOS VOCÁBULOS TRADUZIDOS	63
3.1 OS SENTIDOS LEVANTADOS A PARTIR DE <i>MACHINA</i>	64
3.1.1 O uso típico da língua aplicado a <i>machina</i>	74
3.2 OS SENTIDOS LEVANTADOS A PARTIR DE <i>STELLA</i>	82
3.2.1 Análise dos grupos semânticos	83
3.3 OS SENTIDOS LEVANTADOS A PARTIR DE <i>MONS</i>	110

3.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO	122
4 ANÁLISE DE CONJUNTOS SEMÂNTICOS	125
4.1 TRADUÇÃO DO CONJUNTO SEMÂNTICO “ARMAS DE FOGO”	125
4.2 TRADUÇÃO DO CONJUNTO DOS TOPÔNIMOS	131
4.2.1 Incorporação imediata: <i>America, Australia</i>.....	133
4.2.2 Adaptação orientada pela pronúncia: <i>Sina, Scotica, Turca</i>.....	133
4.2.3 Paráfrase: <i>Civitatibus Foederatis; America illa australi; America aquiloni; Sub australi vertice; Sub septentrionibus</i>	135
4.2.4 Estratégias combinadas: <i>Nova Zelandia</i>	137
4.2.5 Correspondente geográfico: <i>Africa, Europa, Indos, Gallia, Garamantum solitudine, Sarmatas, Hyperboraeos Scythas</i>	138
4.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO	140
CONCLUSÃO	143
REFERÊNCIAS	148

INTRODUÇÃO

Quando se pensa no estudo de latim, não é necessário evocar pesquisas de linguistas e latinistas conceituados para deduzir que a base desse estudo está nos registros remanescentes de uma língua escrita e falada há mais de dois mil anos. Por essa razão, nos dias atuais, o estudo dessa língua segue amplamente atrelado à instrumentalização para leitura de textos clássicos; o que justifica que grande parte das pesquisas realizadas sobre a língua latina tenham como objeto alguma obra canônica de sua literatura. Não questionando a relevância de estudos desse tipo, que contribuem imensamente para a construção e o compartilhamento de conhecimento acerca da cultura latina, ressalta-se, entretanto, a escassez de estudos que considerem o latim que ultrapassa as fronteiras do mundo antigo, estando vinculado à cultura moderna.

Já é sabido que um conjunto de obras da cultura popular vem sendo traduzido para o latim desde o século passado, recebendo o prestígio seja de fãs dessas obras traduzidas, seja de indivíduos afeitos ao latim. Já estão disponíveis edições latinas, por exemplo, da trilogia *O Senhor dos Anéis* e da saga *Harry Potter*; obras que reúnem leitores de diferentes gerações engajados em manter essas narrativas em evidência. A pesquisa sobre essas traduções de textos modernos em latim mereceria atenção, por ser um fenômeno ligado à língua latina, embora exemplifique um uso extemporâneo dessa língua, por vezes, sem uma conexão clara com a cultura clássica. Tais obras poderiam, desse modo, revelar aspectos de um uso ainda ativo dessa língua, que, entretanto, não é possível de se identificar tendo por base somente a análise dos textos da Antiguidade, como as obras de Cícero.

Tendo em vista a existência desse campo ainda pouco explorado, propomos esta pesquisa com uma abordagem qualitativa, encaminhada para a linha documental, tendo como *corpus* o estudo da tradução latina da obra *Le Petit Prince* (em português: *O Pequeno Príncipe*), publicada originalmente em 1943 por Antoine de Saint-Exupéry. A partir desse material, exploramos a linha de tradução e tomamos por aporte teórico os conceitos de domesticação e estrangeirização, cunhados por Venuti (1995), fundamentando-se na Teoria dos Polissistemas, de Even-Zohar (2013) para realizar uma análise semântica, a qual, por sua vez, realiza uma observação apoiada na concepção da linguagem como sistema probabilístico (BERBER SARDINHA, 2010).

A razão da escolha de *Regulus* como documento literário para análise dá-se devido ao fato de que o autor francês produziu um dos livros mais lidos no mundo em vários idiomas, o qual foi também traduzido, na década de 60, por Augusto Haury para o latim, recebendo o título *Regulus*. A existência de uma versão latina dessa obra suscita alguns problemas teóricos que merecem uma reflexão, dentre as quais se destaca, por exemplo, a adequação do contexto ao vocabulário disponível no léxico latino.

Por se tratar de um texto moderno, impactado pela tecnologia e pelos conhecimentos socioculturais desenvolvidos até meados da década de 40, a ocorrência de palavras referentes a coisas que não existiam no tempo dos romanos e, por conseguinte, não figuravam nos dicionários latinos, é bastante comum. Isso levanta algumas questões que motivam esta pesquisa.

Além do latim presente nos textos clássicos, do latim ainda usado nas igrejas, do latim ligado à legislação e ao direito, existem ainda outras faces dessa língua que, mesmo não sendo mais adquirida como língua materna, ainda é utilizada em traduções de obras modernas? Seria esse latim um latim revitalizado, atualizado de acordo com os referentes do mundo moderno ou estariam essas traduções ainda limitadas a um recorte clássico da língua? Assim, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar a tradução literária de uma obra do século XX – o *Le Petit Prince* – para o latim; com foco no modo como conceitos extemporâneos ao mundo antigo, que fazem referência a objetos da modernidade, foram vertidos para uma língua clássica.

Em outras palavras, buscamos compreender como a tradução literária dessa obra do século XX buscou preencher as lacunas geradas pela aparente inadequação de uma língua do passado para representar coisas do mundo contemporâneo. Para isso, oferecemos, no capítulo 1, uma breve revisão bibliográfica, reunindo dados que nos permitem entender o percurso histórico dessa língua e precisar as características dessa variedade usada na tradução. As perguntas norteadoras do capítulo foram: que latim é esse? Como ele se desenvolveu e como se desdobrou em registros e línguas diferentes? Quais características ele apresentou durante a história?

No capítulo 2, atendemos a outra demanda que decorre da questão principal: as discussões no campo da área de Tradução. Como queremos examinar os problemas relativos à criação de palavras na tradução latina de *O Pequeno Príncipe*, foi necessário entender de que formas as traduções podem ser desenvolvidas, de que fenômenos as traduções dão conta e que

propostas tradutórias concorrem em uma obra literária traduzida. Assim, discutimos os conceitos de estrangeirização e domesticação, de Venuti (1995), realizando uma revisão de conceitos-chave desse campo, para que, mais a frente, pudéssemos lançar mão desses conceitos como o arcabouço teórico em nossa análise do *corpus*, para identificar os métodos empregados em *Regulus* e, a partir disso, desdobrar a análise dos sentidos construídos no texto traduzido.

A análise do *corpus*, por sua vez, passa por duas etapas, sendo desenvolvida nos capítulos 3 e 4. Nesses capítulos, avançamos a reflexão sobre a tradução latina, olhando para o *corpus*, por meio de um método de literatura comparada: francês, latim e português. A forma como a análise se realizou teve como ponto de partida uma primeira leitura da obra em língua portuguesa, a fim de fazer um primeiro recorte e um levantamento das palavras em que se evidenciavam questões ligadas à tradução de uma obra moderna para uma língua clássica.

A leitura indicou que tecnologias mais recentes – em relação ao *sermo litterarius* – como as armas de fogo e o avião poderiam carecer de adaptações, com base no critério de não serem referentes compartilhados pelo polissistema moderno e pelo antigo. Mantendo esse critério, nomes de países e regiões também chamaram atenção, por se tratar de uma configuração mundial contemporânea ao contexto de produção da obra e estranha ao contexto de atividade do latim como língua materna.

Com isso, partimos para a segunda fase da pesquisa: realizar a leitura paralela da obra em língua portuguesa e em língua latina, com o objetivo de identificar a solução tradutória encontrada em latim. Verificamos que, diferente do que se poderia esperar, que seria encontrar conceitos modernos expressos por algum termo que já constasse no *Lexicon Recentis Latinitatis*, os termos em questão foram vertidos segundo diferentes procedimentos tradutórios. Passamos, então, para a consulta ao texto original, na língua de origem da obra, o francês, para avaliar se havia um distanciamento ou não entre o texto original e a tradução latina.

Por fim, realizamos uma nova leitura da obra em latim. Uma vez que tivessem sido identificadas palavras-chave para a pesquisa, bem como já existissem hipóteses acerca do resultado das estratégias de tradução, fez-se necessário uma última leitura mais atenta buscando as palavras latinas que receberam destaque ao longo da obra. Isso se justifica devido ao fato de que, no contexto português ou francês, algumas palavras apareceriam em partes

específicas do livro, significando apenas um referente, mas, no contexto latino, uma única palavra poderia representar referentes diferentes, de modo que poderíamos encontrar um número maior de ocorrências de um vocábulo fazendo a busca em *Regulus* comparado ao que encontraríamos buscando apenas em português ou francês pela palavra equivalente.

Essas leituras apontaram para termos que, embora tivessem referentes conhecidos a ambos os polissistemas, como o vulcão, a estrela, o planeta e o asteróide, não foram vertidos a partir da utilização de um vocábulo próprio no cânone da língua, mas utilizando termos vagos, os quais podem estabelecer uma marcação de hiperônimos. Essas palavras também foram selecionadas para análise, uma vez que a tradução apresentou-se de forma intrigante.

Feito isso, o passo seguinte resumiu-se à consulta a dicionários e ao agrupamento de sentenças que compartilhassem as palavras de interesse, configurando, então, os cinco grupos analisados nos capítulos 3 e 4, os quais são compostos por palavras que são reiteradas tanto no texto da língua-fonte (o francês), quanto na língua-alvo (o latim), compartilhando um mesmo valor semântico ou apresentando particularidades, fornecendo material para a análise comparativa. Uma vez selecionados os grupos semânticos para análise, buscamos as definições dos vocábulos presentes nas frases as analisamos, tendo em vista as diferentes estratégias de tradução e os efeitos de sentido gerados, avaliando a maior ou menor convergência semântica com o original.

Convém, por fim, estabelecer alguns acordos com o leitor. Além da utilização de itálico para grafar palavras estrangeiras, sinalizamos as palavras com itálico sempre que há a intenção de fazer referência ao significante, ao vocábulo, ao termo ou expressão sob análise. Por outro lado, as palavras são destacadas com aspas quando o que estiver em evidência for o significado do termo. Em outras palavras, ao registrar *trem*, remetemos ao significante; mas, com “trem”, falamos do conceito, do significado. O motivo de elucidarmos essa escolha dá-se devido à quantidade numerosa de vezes em que os conceitos e as palavras são destacados e citados ao longo da redação dessa dissertação, podendo causar dúvidas quanto àquilo que está sendo foco da enunciação no momento. Portanto, adotamos esse sistema e pontuamos essa convenção em prol da facilitação da leitura.

Também prestamos esclarecimento quanto à grafia de palavras que contêm as letras *i/j* e *u/v*. A grafia ramista, que faz distinção de uso entre os grafemas *u* e *v*; *i* e *j*, é aquela empregada no *corpus* da pesquisa, de modo que palavras como *nervo* serão grafadas, em

latim, com a letra *v* (*nervus*). Contudo, por adotarmos a convenção atualmente preconizada na área de Estudos Clássicos, consentânea com a pronúncia restaurada do latim, não fazemos a distinção entre *u/v* e *i/j*. No entanto, quando citamos passagens do *Regulus*, retirando da obra algum trecho contendo palavras que manifestam a grafia ramista, respeitamos o *corpus* e mantemos o vocábulo conforme está redigido. Por essa razão, é possível encontrar ambas as grafias ao longo dos capítulos 3 e 4.

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERCURSO HISTÓRICO E AS VARIEDADES DO LATIM

Com um número cada vez maior de traduções de obras modernas para o latim, abre-se espaço para um processo de fornecimento de palavras, partindo das línguas contemporâneas para o vocabulário latino, o qual se expande, portanto. O latim, que, no senso-comum, é considerada uma língua morta, ao longo de sua história pode ser compreendida, *lato sensu*, a partir de duas variedades¹ importantes: uma que atravessou os séculos sem muitas inovações – o latim literário, escrito, culto –; outra que permaneceu num ritmo contínuo de alterações, resultando em outros idiomas – o, assim chamado, latim vulgar.

Neste capítulo, apresentamos alguns apontamentos que tocam nessa longa história da língua, a partir de revisão bibliográfica de autores que versam sobre a história do latim, a fim de identificar as suas fases, compreender suas variedades históricas e identificar aquela que serviu de referência para os tradutores modernos e, que, portanto, será a variedade considerada nessa pesquisa.

Não temos como objetivo discutir questões ortográficas e gramaticais, nem apresentar um aprofundamento a respeito de diferenças lexicais ou morfossintáticas entre as diferentes manifestações históricas do latim; deseja-se, neste capítulo, apenas entender as diferenças na esfera de uso dos registros encontrados dessa língua e identificar as fases que se podem reconhecer dessa língua. Questões sobre o estilo e o uso de cada variedade são de interesse para a pesquisa, porquanto se deseja identificar e caracterizar a variedade do latim que melhor corresponda ao *corpus* definido e aos objetivos de análise desta dissertação, qual seja, aquela que a) representa a variedade mais adequada ao registro escrito – e literário; e b) estabeleceu-se com maior grau de estabilidade diante das alterações que a língua sofreu ao longo dos séculos.

1.1 HISTÓRIA DO LATIM: UMA BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Até tornar-se uma língua literária, o latim esteve em contato com numerosas outras línguas e povos. Janson (2004, p. 6) informa que, de acordo com a tradição, a cidade dos

¹ Entendemos aqui variedade linguística como as diferentes formas que o latim assume, variando na gramática, no vocabulário, na ortografia ou no estilo, de acordo com os falantes ou contexto de enunciação.

romanos foi fundada em 753 a.C., período em que se falava uma variedade arcaica de latim; Bassetto (2001, p. 89) aponta como ponto de referência inicial para a história do latim o ano de 600 a.C., a partir do estudo de escritos epigráficos como a Fíbula de Preneste. Esse período foi tido como a fase das origens em que “o latim devia ser relativamente uniforme, tendo como foco irradiador de influência o *sermo urbanus* de Roma” (JANSON, 2004, p. 89). Nesse ponto, entretanto, o latim ainda estava apenas no início de sua jornada.

À medida que o povo romano expandia seu poder, estendendo-se a outras regiões, o latim ia lentamente entrando em contato com outras comunidades linguísticas e iniciando uma relação em que influenciava e era influenciado por elas. Bassetto (2001, p. 89) define como um fator relevante para a latinização da Península Itálica a instalação das primeiras colônias romanas nos territórios italianos por volta de 287 a.C. Poucos anos depois, em 272 a.C., “todo o território da Itália fazia parte da confederação romana e praticamente todos os povos se submetiam ao direito romano, pagando impostos e obrigando-se ao serviço militar” (JANSON, 2004, p. 88). Com isso, intensificaram-se as relações entre as línguas, em que o latim e outras línguas figuravam ora como substrato, ora como superstrato e como adstrato, condições que perduraram durante um longo período da história não somente desta, mas de todas as línguas.

Estando em evidência os efeitos do contato do latim – língua falada pelo povo dominador – com as línguas e dialetos dos vários povos que foram dominados, serão brevemente discutidos esses três efeitos. A fim de esclarecer, segue a relação de algumas definições desses fenômenos elencadas por Garcia (2002, p. 70-72):

Quadro 1 – Definições de substrato, superstrato e adstrato

	Substrato	Superstrato	Adstrato
Mattoso Câmara Junior	Língua abandonada em proveito de outra que se impõe	Língua abandonada pelo povo conquistador em proveito da língua do povo vencido	Língua que vigora ao lado de outra e que interfere nela como manancial permanente de empréstimos
Cardoso e Cunha	Influência que a língua desaparecida imprime no idioma sobrevivente	Influência de outras línguas sobre a primitiva, que todavia se mantém	

	Substrato	Superstrato	Adstrato
Martinet	a) Língua que existia em uma região mesmo não influenciando a língua posterior b) Língua antiga que deixou vestígios na que chegou e predominou	Conjunto de elementos linguísticos trazidos por uma língua vinda do exterior que coexistiu algum tempo com a língua local.	Língua que conviveu ou convive em pé de igualdade com a língua local

Fonte: Elaborado pela autora (2022) a partir de dados de pesquisa obtidos com base em Garcia (2002).

O status de substrato deixou marcas no léxico e na fonética, em uma ação que é comumente lenta. Muitos dos povos conquistados cederam ao latim por força de diversos fatores (BASSETTO, 2001, p. 153). Clackson e Horrocks (2007, p. 235) arrolam as movimentações tanto da elite romana em turnês administrativas ou militares, tais como as movimentações do resto da população por questões de escravidão, serviço ao exército, migrações de pastores e fazendeiros em função das estações do ano e pressões ambientais em geral, como fatores que forçavam o deslocamento da população e, conseqüentemente, junto com os falantes, também da língua, promovendo contatos linguísticos.

Os autores concluem que, graças à grande mobilidade geográfica e social, diferenças locais na fala tendiam a ser niveladas, e grandes divisões na linguagem costumavam-se manter mínimas². Ocorre que o período de expansão do domínio romano foi suficientemente extenso – enfraquecendo-se apenas no terceiro século do novo milênio – e, a cada contato com os povos de um novo território dominado, por força de imposições estabelecidas por lei e de falantes de latim que passavam a ocupar esses espaços, por exemplo, alguma língua poderia se sobrepôr a outra, desempenhando o papel de superstrato, embora mais de um desses status pudesse coexistir em determinados contextos, mesmo que em maior ou menor grau. Por muito tempo, em algumas regiões, vigoravam relações de bilinguismo entre a língua

² Cf.: “In this world where there was so much geographical and social mobility, local differences in speech tended to become levelled, and long-term divisions in the language were kept to a minimum.” (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 236)

do povo dominado e o latim, até que, após um processo lento, um registro fosse adotado e seguisse com as marcas daquele que foi naturalmente desaparecendo. Não que isso fosse uma regra que se pudesse observar: em muitos casos o latim seguia sendo aprendido como segunda língua por longas décadas; em outros, falantes nativos de latim tornavam-se bilíngues, aprendendo outra língua, como grego, por opção própria. Como diz Adams (2003, p. 9) sobre o bilinguismo da elite e da sub-elite,

Os bilíngues que atraíram mais atenção entre os classicistas, ao menos implicitamente, podem ser chamados de acordo com o jargão atual ‘elite bilíngue’, ou seja, membros das classes educadas que escolheram livremente tornar-se bilíngues. Eu digo ‘escolheram livremente’ porque há outros grupos bilíngues que não tiveram escolha. (ADAMS, 2003, p. 9, tradução nossa)³

A alguns falantes bilíngues de latim era dada a escolha de aprender outro idioma, visto que fazia parte do processo escolar que crianças estudassem desde novas para adquirir competência no grego. Mesmo que, por estarem ainda na infância, soasse como se não tivessem escolha, os pais exerciam essa função de decidir por elas, fato que representa a cultura da elite garantir que seus membros desenvolvessem a fluência em outra língua prestigiosa. Por outro lado, há inúmeras outras combinações de latim e outros idiomas que não receberam tanta atenção (ADAMS, 2003, p. 14), devido ao fato de seus falantes comporem classes menores que não receberam educação literária. Adams ressalta que tais grupos não eram homogêneos, abarcando escravos – educados ou não – e moradores de pequenas províncias locais. Ou seja, há traços de bilinguismo ou multilinguismo em variados momentos do império romano, o qual foi marcado sobretudo por diversidade linguística, como se pode ver em registros de textos encontrados no sul da França, os quais revelam a presença de falantes que confortavelmente alteravam entre latim e gaulês durante o século II e III d.C. (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 233). As marcas que ficam desse período de bilinguismo são estudadas sob o viés das relações de adstrato.

³ Cf.: “Those bilinguals who have attracted most attention among classicists, implicitly at least, might be called in the current jargon ‘élite bilinguals’, that is members of the educated classes who had freely chosen to become bilingual. I say ‘freely chosen’ because there are other bilinguals who have no such choice.” (ADAMS, 2003, p. 9)

Sendo as migrações do povo romano intensas, a língua latina recebe marcas tanto por força de substrato, sendo influenciada pela estrutura linguística dos povos que dominou; pelo adstrato, recebendo interferência de outra língua, ao passo que devolvia as influências pela relação de convivência no mesmo território; e pelo superstrato, perceptível ao analisar o idioma de povos que resistiram ao latim e também mais evidente a medida que se aproxima o enfraquecimento tanto do império quanto do latim. Em suma:

Dentro desse vasto território, o latim era a língua dos dominadores. Em contato com tantos idiomas diversos, o latim influenciou-os e foi por eles influenciado, principalmente no léxico da variedade linguística denominada latim vulgar, falada pelo povo, como se verá mais adiante. Além disso, o aumento da riqueza, advindo das conquistas, o crescimento populacional de Roma e o desenvolvimento da cultura refletiram-se no latim, diversificando-o em diversas normas linguísticas, geralmente bem documentadas. (BASSETTO, 2001, p. 89)

Tamanhas trocas culturais fomentavam também a necessidade de renovação da própria cultura latina. As conquistas além-mar criaram uma autoconfiança na classe dominante romana, levando alguns a, pela primeira vez, patrocinar a composição literária latina⁴. No início do terceiro século a.C., inspirados por modelos da Grécia, os romanos já esboçavam o que viria a ser a grande tradição literária romana, com poesias épicas, satíricas e dramáticas de Névio, Ênio e Lucílio, bem como a prosa e a comédia de Plauto, mas o marco inicial se dá com a apresentação da primeira peça teatral de Lívio em Roma, em 240 a.C. (BASSETTO, 2001, p. 90). Clackson e Horrocks (2007, p. 160) assumem que, nessa fase, o latim já dispunha de um registro escrito da língua suficientemente elaborado para prover uma base gramatical e estilística para a produção de formas mais distintas de literatura.

Tem-se, no período do segundo século a.C. até o fim do primeiro d.C., um salto maior no desenvolvimento da literatura latina. Clackson e Horrocks falam sobre a necessidade de desenvolver, em 150 a.C., também os recursos lexicais para suprir as novas necessidades suscitadas pelo alto estilo poético que a literatura alcançava, bem como para diferenciar a linguagem empregada nas obras poéticas daquela utilizada no dia a dia pela população.

Assim, a identificação de um vocabulário ‘altamente’ poético (e.g. *ensis* para *gladius* ‘espada’, *tellus* para *terra* ‘terra’, etc.) esteve de mãos dadas com as inovações derivacionais designadas a dissociar a linguagem da poesia de um

⁴ Cf.: “The spectacular overseas conquests of the third and second centuries (see 3.3.2 below) created a new self-confidence in the Roman ruling class which led some, for the first time, to lend their patronage to literary composition in Latin”. (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 82)

léxico de uso normal: os métodos empregados incluem a criação de novas composições e/ou o uso de formas simples no lugar de composições estabelecidas (e.g. *conglomerato* em vez de *glomerato* ‘empilhar’, mas *fligo* para *aflito* ‘derrubar/esmagar’), a invenção de sinônimos inusitados (e.g. advérbios raros em *-im*, *-atin*, *-itus*), o uso de formações adjetivas inovadoras (mais notáveis em *-bilis*, *-ficus*, *-osus*, *-bundus*), ou as formações inspiradas em compostos gregos (do tipo *altiuolans* ‘voando alto’, *taurigenuss* ‘nascido do touro’, etc.) (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 175, tradução nossa)⁵

Com isso, percebe-se que o movimento de enriquecimento da língua foi empregado conscientemente. As obras de Cícero, por exemplo, são tidas como “evidências de primeira ordem sobre o espectro de variedades do latim do fim da República e de séculos anteriores” (MORAES, 2017, p. 62). Cícero entende a sua língua língua como flexível, maleável para ser adaptada de acordo com contextos de uso diferentes.

[...] enquanto o orador de tal forma liga o pensamento pelas palavras, que o encerra numa cadência que é ao mesmo tempo submetida a regra e livre. De fato, depois que as uniu pela forma e pelos ritmos, ele as solta e liberta por meio da mudança da ordem, de modo que as palavras não estejam ligadas como que por uma lei determinada de um verso, nem tão soltas que vagueiem. [...] não há nada tão mole, nem tão flexível, nem que siga tão facilmente para onde quer que o leves do que o discurso. É com ele que se produzem versos e, ao mesmo tempo, os ritmos desiguais, é com ele também que se produz essa prosa de ritmos variados e de muitos gêneros. Não há, com efeito, palavras diferentes para a linguagem comum e para a eloquência elevada, nem se aplicam palavras de tipos diferentes para o uso cotidiano e para o teatro e a pompa, mas, quando tomamos do meio comum aquelas triviais, nós as formamos e moldamos segundo nosso arbítrio como se tratasse de uma cera extremamente mole. Assim, ora somos graves, ora precisos, ora guardamos uma espécie de meio-termo. Assim, o pensamento que estabelecemos é acompanhado pelo gênero do discurso, e este sofre mudanças e transformações tendo em vista todo o prazer dos ouvidos e as paixões. (CIC., *de Orat.*, 3, p. 175-177, trad. Adriano Scatolin)

Com essa espécie de flexibilidade propiciada pelo uso da língua, ainda que, como no excerto acima, para fins oratórios, compreende-se que a utilização das palavras de acordo com o prazer dos ouvidos e das paixões possibilitava a exploração consciente da linguagem também em prol do enriquecimento lexical. O contato linguístico com povos estrangeiros permitia a inclusão de palavras que, já na época de Cícero, “havam se estabelecido no léxico

⁵ Cf.: “Thus the identification of a ‘high’ poetic vocabulary (e.g. *ensis* for *gladius* ‘sword’, *tellus* for *terra* ‘land’, etc.) went hand in hand with derivational innovations designed to dissociate the language of poetry from normal lexical usage: the methods employed include the creation of new compounds and/or the use of simplex forms in place of an established compound (e.g. *conglomerato* rather than *glomerato* ‘pile up’, but *fligo* for *aflito* ‘throw down/crush’), the invention of unusual by-forms (e.g. novel adverbs in *-im*, *-atim*, *-itus*), the use of innovative adjectival formations (most notably in *-bilis*, *-ficus*, *-osus*, *-bundus*), or the formation of Greek-inspired compounds (of the type *altiuolans* ‘high-flying’, *taurigenus* ‘bull-born’, etc.)” (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 175)

da língua e que, assim, já não eram apreendidas como estrangeirismos. Dessa forma, mesmo o latim que se quer identificar como puro possuiria, estabilizados em sua estrutura, muitos elementos resultantes de contatos linguísticos” (MORAES, 2017, p. 79). Na verdade, Cícero empregava o sincretismo com a cultura grega e a consolidação da língua como um dos “passos importantes para a afirmação cultural de Roma como um polo irradiador de um padrão civilizatório. Além disso, a percepção de Roma como um epicentro de múltiplos povos e culturas se mostrava ainda como uma experiência nova.” (MORAES, 2017, p. 80).

No início do primeiro milênio, compreende-se que o latim já estava espalhado de maneira mais consolidada pelo território conquistado,

[...] sendo não mais a segunda língua para a maioria de seus falantes, mas tendo-se tornado a primeira para muitos italianos, à medida que gerações mais novas passavam a abandonar as línguas tradicionais de suas comunidades em favor do idioma que prometia acesso aos meios de avanço político e cultural. (CLACKSON; HORROCKS, p. 82, tradução nossa)⁶

Os anos seguintes seriam considerados “áureos” tanto para a literatura quanto para a língua romana, a norma estabelecida por intermédio, principalmente, dos textos literários produzidos no período, seria preservada por oito séculos, enfrentando apenas dificuldades particulares em níveis regionais, de acordo com Bassetto (2001, p. 90). Entre aqueles que não dominavam ainda o idioma, o uso do latim por oficiais romanos possuía um papel também político: acentuar o domínio de Roma (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 188), demonstrando controle por meio da língua.

Esse cenário se manteve relativamente estável por três séculos. O império romano expandia seu domínio político e sua influência linguística e cultural por um vasto território, dentro do qual as relações linguísticas seguiam gerando marcas de substrato, adstrato e superstrato. Os povos que falavam o latim o faziam, certamente, em variedades diferentes, e as relações de bilinguismo e multilinguismo não cessavam de ocorrer dentro dos limites das

⁶ Cf.: “Initially learned as a second language, it soon became a first language for many Italians, as younger generations began to turn their backs on the traditional languages of their communities in favour of the only language that promised access to the means of advancement on the ‘national’ stage”. (CLACKSON; HORROCKS, p. 82)

margens do império, de modo que “monolinguísmo era uma exceção, enquanto bilinguismo era regra” (ROCHETTE, 2014, p. 114, tradução nossa)⁷.

No quarto século, entretanto, começavam a ser desenhadas algumas mudanças. O ano 324 d.C., em que o imperador cristão Constantino sobe ao poder, é convencionalmente tido como o fim da história antiga (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 265). Segundo Clackson e Horrocks, mesmo que a história do latim não pare neste ponto, a partir daqui ela desacelera:

A contínua presença de um padrão de prestígio faz com que as mudanças linguísticas “vão para segundo plano”. Os textos não são mais escritos refletindo o modo como as pessoas falavam, mas o jeito como foram ensinadas a escrever. Ao passo que o latim se distancia da fala, as mudanças linguísticas e as peculiaridades tornam-se cada vez mais artificiais, e de menos interesse para o linguista. (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 265, tradução nossa)⁸

Assim, com a dissolução do império, tendências específicas da língua de cada província são desenvolvidas, num processo que Adams explica, ao afirmar que “primeiro os dialetos antigos convergiram para padrão, e então o padrão foi regionalizado para novos dialetos regionais” (ADAMS, 2007, p.29, tradução nossa)⁹. Essa percepção de que o latim literário e instruído se distanciava das formas regionais do latim falado já havia sido percebido ainda no século I d.C., por Quintiliano. Com efeito, como observa Fortes (2012, p. 203), “ao passo que o ‘consenso dos instruídos’ definirá uma norma própria para a produção dos discursos dos oradores [...], a fala comum, assim como os costumes vulgares, é eivada de vícios (*uitia*)”. São esses vícios que fazem com que, mesmo tendo-se estabelecido um padrão de prestígio— uma norma linguística— e mantendo-se em foco a estimada norma padronizada, o latim escrito e comum às elites se afastava cada vez mais das peculiaridades e mudanças advindas do latim falado (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 265), os quais, de modo natural e de acordo com a dinâmica da própria língua, passava a dar forma aos proto-romances, fase de transição entre o latim e os romances que precedem o surgimento das

⁷ Cf.: “In the ancient world as a whole, individual ou social unilingualism is the exception, while bilingualism is the rule.” (ROCHETTE, 2014, p. 114)

⁸ Cf.: “The continued presence of a prestigious standard makes the linguistic changes ‘go underground’. Texts are no longer written reflecting the way people spoke, but the way they were taught to write. As Latin moves further away from speech, the linguistic changes and peculiarities become increasingly artificial, and of less interest to the linguist.” (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 265)

⁹ Cf.: “First the old dialects converged into a standard, and then the standard was regionalized into new regional dialects” (ADAMS, 2007, p. 29)

línguas românicas que são faladas hoje em dia na Europa, na América Latina e em outras partes do mundo.

Sobre a língua escrita, pelo menos até o século VI, havia escolas que insistiam na educação à moda clássica, o que atesta que já na Antiguidade Tardia, ainda havia muitos escritores capazes de escrever em latim ciceroniano, mas destaca-se que esse latim era escrito de acordo com modelos linguísticos e convenções literárias de autores do passado. Além disso, uma grande aliada à permanência do uso dessa variedade literária do latim foi a igreja cristã, que, nos séculos seguintes, o adotou como língua litúrgica, mantendo em circulação essa língua por meio do registro eclesiástico oral e escrito, por meio de leituras, sermões, hinos e orações (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 295). Fato é que, do mesmo modo como escolas e poetas faziam a frente de resistência de um latim que refletisse um falar de tempos antigos, identificado com uma cultura clássica, a igreja também fez circular um latim cristalizado, de natureza universal, gerando com essa escolha a percepção de que tal língua só poderia carregar em seus discursos uma verdade, bem como ser o instrumento mais claro de expressão e cultivo de uma doutrina sã (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 295).

Assim, enquanto o latim escrito conservava uma estrutura que remetia a séculos passados, ligado à preservação de uma norma literária, o latim falado não cessava seu movimento de alterações fonéticas, sintáticas e lexicais. Janson (2004, p. 90-91) defende que, já no quinto século, as diferenças entre a escrita e a fala eram consideravelmente grandes, e, com o menor número de escolas espalhadas pela Europa, pouquíssimas pessoas aprendiam a ler ou escrever com eficácia. Assim, entre o sexto e o décimo primeiro século, a língua falada mudou intensamente e muito rápido, acumulando diferenças e particularidades que tornaram, provavelmente, a comunicação entre povos distantes da “România” menos mutuamente inteligível. Surgiam, pois, os traços das línguas românicas: francês, italiano, espanhol, castelhano, catalão, romeno, português, entre outras, começavam a adquirir a estrutura conhecida hoje (MEILLET, 1977, p. 284; JANSON, 2004, p. 89).

Conservado pela igreja e presente no registro daqueles que aprendiam a ler e a escrever nas escolas remanescentes, o latim passou a figurar, durante muitos séculos, basicamente como a única língua que era efetivamente escrita e usada para a instrução. Por ter-se restrito a um grupo menor de estudiosos, de leitores e de escritores, o latim tornou-se cada vez mais padronizado, ainda que, no período medieval, recebesse inevitáveis

contribuições exóticas à norma literária clássica e que, no Renascimento, seriam objetos de contestação. De todo modo, essa língua, calcada em modelos da Antiguidade, consolidar-se-ia como a língua de cultura dominante na Europa, à medida que “escritores aderiam fielmente às normas antigas que aprenderam na escola” (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 271). Assim, com o encerramento do primeiro milênio, o latim deixava finalmente de refletir as tendências da fala coetânea para figurar como uma peça cultural representante da antiguidade, aprendida inteiramente por livros e não mais pela boca dos falantes (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 302). Dessa maneira, o latim, além de continuar possuindo o *status* de língua da elite, era também o meio que franqueava o acesso à ciência e também à fé, quase como uma língua parada no tempo, um artefato cultural da antiguidade que se mantinha preservado para finalidades práticas até a Modernidade¹⁰.

Feito esse curto panorama da história do latim, pode-se perceber que, no vasto período que se estende do processo de padronização dessa língua até a transformação de sua variedade falada nos romances, o latim não representou uma construção monolítica, mas era o nome dado a diversas variedades dessa língua. Destarte, cada fase e variedade foi empregada por um grupo específico, diferenciadas também pela classe ou contexto social, e pelo uso a que se destinava, não se esperando, portanto, que fossem idênticos em níveis de estrutura linguística ou lexical, possuindo, assim, até mesmo vocabulário diferenciado. Destaca-se também o fato de que, ainda que se escrevesse o latim, não necessariamente era essa língua a falada pelos seus usuários no dia a dia.

1.2 PRINCIPAIS VARIEDADES DO LATIM

Por muito tempo, reproduzindo uma visão superficial da complexidade do latim, limitava-se a compreendê-lo pelo prisma da divisão entre latim clássico e latim vulgar, como se quem não fizesse uso de uma dessas variedades, utilizasse necessariamente a outra; como se uma estivesse limitada às classes mais abastadas e outra às inferiores. No entanto, considerada a longa extensão de uso e registro histórico dessa língua, conforme vimos acima,

¹⁰ Entretanto, o afastamento cada vez maior entre o latim escrito e a língua falada pelos povos não se percebeu imediatamente. Até os séculos IX e X, aqueles que escreviam não concebiam que a língua falada poderia ser outra coisa além de latim (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 272), que permanecia em um fluxo de trocas “contínuo através tanto do espaço quanto da sociedade, variando das variedades faladas até o padrão escrito” (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 272). Apenas com o estudo de textos escritos durante esses séculos, pode-se de fato perceber que essas inovações na fala configuravam, em verdade, ramificações do latim, novas línguas.

não se pode esperar que apenas duas variedades dela tivessem existido. Em vez disso, com a emergência da sociolinguística, somos levados a considerar muitos fatores de adequação de uma dada língua aos contextos, regiões, cenários e classes sociais, levando à produção de diferentes variedades, algumas delas recebendo mais destaque e prestígio social do que outras.

A princípio, são compreendidos dois polos (ROSÉN, 1999, p. 15): o popular e familiar, ambos não artísticos; e o discurso formal e elaborado literário. Dentre eles há outras variedades e ramificações, mas serão elencados aqui aqueles de maior relevância histórica e cujas particularidades são mais notáveis, auxiliando na percepção de distinções que serão úteis para caracterizar o latim usado no *Regulus*.

1.2.1 O *Sermo plebeius*

Ilari (1999, p. 57-58) propõe a existência de três interpretações para o *sermo plebeius*: a) o latim vulgar como a língua que a população romana falava e escrevia em contextos de informalidade; b) o latim vulgar como a variedade mais popular, utilizada pelas classes mais baixas da sociedade romana; c) o latim vulgar como relacionado ao conceito de “vulgarismo” condenado por puristas e gramáticos. A tradição diz que o latim vulgar esteve em constante inovação e, estando mais permeável a estrangeirismos, recebeu as marcas de estrato advindas da relação com outras línguas, “derivando para variedades regionais que, no fim do primeiro milênio, já prefiguravam as atuais línguas românicas” (ILARI, 1999, p. 62).

Por ser uma língua tão viva e versátil, foi levada para os quatro cantos do território latinizado por soldados, comerciantes, artesãos e escravos romanos que se espalhavam pelas novas províncias disseminando sua cultura. Esse latim foi também incorporado pelos povos conquistados, que nele imprimiam suas peculiaridades e marcas do idioma materno com a liberdade de reformulação que aquele lhes permitia. Sua capacidade de adaptação e abertura a elementos estranhos, atribuídas ao fato de ser uma língua falada, de nenhuma tradição gramatical e escolar, veiculada por homens simples e incultos, garantiu sua sobrevivência enquanto durou o Império e lhe permitiu ser a herança latina nas línguas românicas, que se formaram com a invasão de Roma e a fragmentação do território. (BENEDICTO, 2013, p. 38)

Sobre a estrutura do *sermo plebeius*, considera-se que fosse mais simples que a do latim culto, contendo um número menor de declinações e faltando alguns tipos de numerais, demonstrativos e indefinidos. Outro ponto de distinção entre esta e outras variedades é no

número reduzido de termos abstratos; em contrapartida, substantivos concretos são muito numerosos. Essa disposição, que valorizava a presença de nomes concretos, acabou por contribuir para uma sintaxe na qual predominavam frases mais independentes, sem muitos elementos conectivos e relações de dependência explícitas entre as orações, predominando a justaposição nas construções sintáticas do latim vulgar (BASSETTO, 2001, p. 95; ILARI, 1999, p. 60).

O *sermo plebeius*, em resumo, figura, entre as variedades do latim, como aquela que estava na boca dos habitantes mais humildes aos quais a educação formal não era oferecida. Não era uma língua escrita, carecendo de documentos exclusivamente nessa variedade, mas alguns elementos dessa estrutura foram registrados devido ao fato de também ser uma língua de conhecimento dos mais privilegiados, já que alguns membros da aristocracia também tinham domínio dela para fins de comunicação (ILARI, 1999, p. 60).

Há ainda subcategorias (BASSETTO, 2001, p. 92) para essa norma linguística da massa popular inculta, são elas:

A) *Sermo castrensis*: linguagem do estrato social do segmento militar, muito importante na disseminação do latim, já que os oficiais comunicavam-se com Roma e com os colonos comumente utilizando essa variedade;

B) *Sermo rusticus*: uma fala própria dos pastores e camponeses, considerada descuidada ou mesmo desatualizada, visto que a população rural, por muitos séculos, manteve-se isolada, de modo que o latim que falavam era marcado por “formas arcaicas que o latim da cidade desconhecia” (BENEDICTO, 2013, p. 22);

C) *Sermo peregrinus*: variedade do latim falada por estrangeiros, aprendida sobretudo pela tradição da oralidade, uma variedade que “se realizada com vigor nos limites da cidade, reforçada pelo grande contingente de estrangeiros que constantemente para ali afluía” (BENEDICTO, 2013, p. 31). Sendo a escuta o principal meio pelo qual habitantes de outras regiões aprendiam essa norma. Uma característica marcante do *sermo peregrinus* é ser dotada de mais alterações em sua estrutura.

Os dois últimos, principalmente, são mais difíceis de analisar porque a carência de documentos que permitem o reconhecimento total da estrutura morfossintática impede que uma análise seja feita com exatidão. “O *sermo rusticus* é poucas vezes registrado pelos autores antigos. Na maioria dos casos em que é citado, aparece como uma variedade de língua

reprovada, da qual os bons cidadãos deviam afastar-se para não parecer rudes ou grosseiro” (BENEDICTO, 2013, p. 23). Já sobre o *sermo peregrinus*, diz-se que na chegada desse latim com feições estrangeiras a Roma, “os cidadão cultos o reprovam tanto quanto o latim rústico, mais uma vez em virtude da baixa posição dos estrangeiros na sociedade” (BENEDICTO, 2013, p. 30). Em um quadro geral, todo o *sermo plebeius* é afetado pela escassez de registros escritos, sendo esse um dos principais fatores que colaboram para sua exclusão como variedade referência para a pesquisa que será feita aqui.

1.2.2 O *Sermo urbanus*

A língua falada pelas classes cultas de Roma é categorizada em duas principais normas: o *sermo urbanus* – também conhecido como *sermo usualis, cotidianus, consuetudinarius* ou *uulgaris* – e o *sermo litterarius*. A princípio falaremos brevemente do *urbanus*.

A linguagem do estrato elitizado diferencia-se do *sermo plebeius* por questões sociais, culturais e regionais. Por essa parcela da população ser aquela que mantinha maior contato com centros educacionais e com o produto cultural gerado por artistas, filósofos e políticos da época, é razoável deduzir que diferenças de cunho gramatical são as mais marcantes. Conforme o que já foi discutido no tópico anterior, salvo adequações pontuais, não era o contexto de comunicação que definia qual variedade seria utilizada pelos falantes, mas sim o contexto social deles. O falante letrado morador de um grande centro, que recebesse uma educação formal, desenvolveria uma fala substancialmente diferente do falante não letrado habitante de uma região afastada.

O latim da elite era marcado por um caráter burocrático, afinal, à medida que os cidadãos com maior poder passavam a utilizá-lo como linguagem administrativa, surgia uma leva de termos para processos próprios dessa área (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 87). O contato com a política e cultura de outros povos, com destaque para os gregos, também rendeu uma influência inevitável e recíproca entre os idiomas: “a norma culta latina era refratária a empréstimos, admitindo apenas termos designativos de algo novo ou técnico” (BASSETTO, 2001, p. 98).

Na norma culta do latim, também deu valor à recuperação de arcaísmos e foi também bastante influenciada pela cultura grega, cujo domínio era signo de pertencimento da determinado estrato social prestigiado. A retomada de construções linguísticas literárias e do passado promovia um distanciamento entre o falar cotidiano da época e o falar culto das classes mais privilegiadas, afeitas à norma literária¹¹. Enquanto o *sermo plebeius* manifestava uma linguagem mais concreta, com termos ligados aos costumes do campo, e em constante e lenta alteração, o *sermo urbanus* tratava de elementos mais burocráticos, arcaicos e abstratos. Os falantes dessa variedade eram os cidadãos pertencentes a grupos detentores de poder e *status*, sendo aqueles que realizavam as atividades administrativas e intelectuais. Isso refletia na língua, por isso, em contraste com a concretude do *sermo plebeius* e o caráter analítico-objetivo da linguagem, o *sermo urbanus* contava com mais ocorrências de construções frasais que estabelecessem uma relação de dependência entre si.

Quanto à constante e lenta alteração, a norma culta não estava alheia a esse fenômeno, embora o olhar saudosista para construções do passado atrasasse esse processo, as trocas linguísticas da elite geravam um estrato diferente das trocas do *sermo plebeius* com a língua falada pelos povos vencidos durante a expansão. Tais empréstimos costumavam ser muito mais conscientes do que aqueles frutos de uma convivência natural entre províncias próximas falantes de dialetos distintos.

A relação entre as características da norma culta falada e escrita é muito estreita. Textos escritos muito comumente eram vistos como uma forma de registrar a fala (JANSON, 2004, p. 29). O que se prezava, então, ao considerar um indivíduo um bom orador acabava por representar também as características que diferenciavam o latim falado pelo povo comum do latim falado pela elite. O apreço pela gramática era um diferencial: o conhecimento das normas da língua, adquirido nas escolas, e o desejo de evidenciá-lo pela fala eram responsáveis por gerar frases com descrições mais elaboradas que aquelas do *sermo plebeius*. Tal elaboração passava por critérios estilísticos, mas estes eram predominantes na norma escrita e, ainda que os falantes do *sermo urbanus e litterarius* fizessem parte da mesma classe social e compartilhassem os conhecimentos necessários para compreender e empregar as

¹¹ Cf.: “the impact of Greek was to reinforce the use of inherited constructions that were otherwise in decline, and which therefore became particularly characteristic of those registers in which the desire to distance the language from contemporary norms was greatest.” (CLACKSON; HORROCKS 2007, p. 192)

técnicas estilísticas, a norma falada não dispunha de refinamento e estilização na mesma proporção que a norma literária. (BASSETTO; JANSON).

Assim, o *sermo urbanus*, de todo modo, era o latim registrado segundo as convenções gramaticais, fortemente espalhado no latim literário e retórico, semelhante ao latim usado em discursos, já que aqueles que falavam em público tinham que estar cientes de todos os recursos disponíveis em cada nível da língua, com a finalidade de fazer o melhor uso possível dela (JANSON, 2004, p. 62).

1.2.3 O *Sermo litterarius*

A linguagem empregada pelos autores do período clássico pode ser reconhecida por diversas características específicas, se avaliada pelos vieses morfossintático, lexical e fonológico. Também chamado simplesmente de “latim clássico”, o *sermo litterarius* é a variedade escrita do latim, na qual foi produzida a robusta e importante literatura latina. Comumente definido como artístico, burilado e sintético (BASSETTO, 2001, p. 92), o latim literário era a representação de uma norma necessariamente compreendida pela elite e suficientemente lapidada para demonstrar erudição, refinamento e pertencimento. Rosén (1999, p. 15) aponta que o escopo da camada literária não era definido da mesma forma como ocorre atualmente, de modo que muitos materiais escritos são classificados como pertencentes à literatura latina ou a um gênero “subliterário”, como é o caso de inscrições informativas ou legislativas, as quais, por serem dotadas de um conteúdo que devesse ser acessado por todos, dispunham de uma linguagem mais simples, menos lapidada. De todo modo, compreende-se que o papel desempenhado pela linguagem escrita na sociedade romana era relativamente menor que o desempenhado nas sociedades contemporâneas, visto que a maioria da população do império era iletrada e, nos centros, nem todos sabiam ler e escrever, embora fossem muitos os cidadãos educados nesse sentido (JANSON, 2004, p. 26).

Os registros não dispunham de tantos suportes, e os esforços para fabricar o texto escrito eram bastantes, desde a necessidade de escrever cada um à mão, incluindo suas cópias, até a escrita de textos públicos em paredes e técnicas de entalhar inscrições em pedras de cobre, como era feito quando os romanos produziam textos com finalidades de promulgar leis e divulgar informações. Entretanto, considerando a alta durabilidade, dificuldade de armazenamento ou grande exposição dessas técnicas, para questões privadas, como cartas, ou

produções literárias mais longas, outras técnicas eram necessárias e mais adequadas. Duas foram mais populares: a primeira, com cera sobre tábuas, era apropriada para mensagens descartáveis ou de menor importância, visto que a cera poderia ser retirada para dar espaço a outra escritura mais tarde; a segunda era apropriada para textos que os autores gostariam de salvar, esses são os papiros, suporte no qual grande parte da literatura clássica foi preservada (JANSON, 2004, p. 26-27).

Quanto aos gêneros literários, havia uma vasta produção lírica, épica e dramática, com a organização em versos sendo mais frequente que em prosa. A produção poética em verso poderia muito bem acomodar textos épicos, dramáticos e líricos, seja com propostas satíricas, elegíacas ou, até mesmo, didáticas, contemplando, em geral, quase todos os textos que tratassem de uma narrativa (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 220, JANSON, 2007, p. 48). Em termos de ordem de palavras, o *sermo litterarius* aumenta a diferença com a norma culta do *sermo urbanus*. As inversões e quebras da ordenação usual das frases tornam-se mais comuns, principalmente nos versos. Assim, essa expressão literária conservava um cuidado muito grande com a escolha de palavras, resultando em uma linguagem extremamente trabalhada e linguisticamente refinada (JANSON, 2004, p. 48), a qual, por seguir um padrão rítmico tão rigoroso, acabava se afastando do falar natural dos cidadãos, embora fosse perfeitamente compreendida pelos habitantes letrados.

Por outro lado, os textos em prosa buscavam um maior senso de identificação com relação ao falar da elite, predominando nas frases a ordem gramatical, determinada pela relação sintática (ROSÉN, 1999); e refletiam as características do texto retoricamente elaborado, visto que a maioria tratava de temas comumente discursados, como história e filosofia; contudo a produção em prosa não se resumia a isso: cartas e, mais tarde, ficção também compuseram o repertório literário do latim literário. Todos esses gêneros concentram um mesmo atributo: são trabalhos conscientes de arte, ou seja, ainda que se aproximem de uma linguagem natural da elite educada, o latim neles empregado era fabricado artisticamente¹².

¹² Cf.: “The major prose genres of oratory, history, philosophy, letters and, at a slightly later date, fiction, display a range of styles which nevertheless share one crucial attribute: they are all works of conscious art and artifice, and the Latin employed in them, despite being the most familiar variety of the language to modern readers, is anything but ‘natural’, even in the case of epistolography, the genre which appears to approximate most closely to the colloquial speaking style of the educated elite.” (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 215)

Deve-se ressaltar, ainda, que a cultura grega era uma grande referência para Roma, de modo que helenismos eram muito comuns, principalmente no latim literário. Graças à *imitatio*, itens lexicais eram intencionalmente agregados à língua para serem reconhecidos como tal (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 190), rendendo, desse encontro, muitas influências no léxico e na sintaxe (ROSÉN, 1999). Além das diferentes formas de ordenar as palavras e do considerável aumento no vocabulário, as perífrases e o fortalecimento de outras formas de expressão periféricas foram encorajadas como uma herança desse encontro cultural.

Assim, o contato com o grego também influenciou a linguagem clássica a recuperar um vocabulário que, do ponto de vista do latim familiar, ultrapassava o teor poético, atingindo um caráter arcaico¹³. Não raro, arcaísmos eram empregados ao longo do discurso com o intuito de agregar majestade e deleite, de acordo com Quintiliano¹⁴. A fim de criar um distanciamento entre as normas de sua época e a linguagem literária, palavras e estruturas sintáticas de outros séculos passaram a ser uma particularidade do *sermo classicus* (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 160).

Dentre as características que ilustram o latim literário, tem-se que frequentemente os autores valiam-se de conectivos lógicos ligando sentenças entre si (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 169), em oposição à preferência por construções justapostas do *sermo plebeius*. Os pontos de distinção entre o *sermo litterarius* e o *sermo urbanus* aumentam de acordo com a manifestação literária produzida. Comédias tendiam a expressar uma linguagem mais natural, empregando um estilo coloquial, enquanto tragédias e textos épicos podiam se afastar dessa tendência (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 176), mas, de todo modo, o texto escrito não deixava de ser uma produção pensada e organizada para gerar algum efeito poético ou retórico. Tem-se, como exemplo, alguns marcadores poéticos de Plauto adicionados para gerar ênfase ou expressar uma emoção exarcebada, tais quais repetições, acúmulo de sinônimos, assonância, aliteração e fraseologias trágicas e arcaizantes, as quais contribuam para a diminuição da impressão de uma conversa do dia a dia (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 176). Para Cícero, no *Orator*, o uso das figuras exercia um papel fundamental para o ritmo do período e o encadeamento de ideias, “o orador deve valer-se dos

¹³ Cf.: “One obvious trait is a liking for certain vocabulary items which, from the point of view of ‘normal’ Latin, were not only poetic but also archaic” (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 223)

¹⁴ Cf.: “uerba a uestutate repetita non solum magnos assertores habent sed etiam adferunt orationi maiestatem aliquam non sine delectatione” (QUINTILIANO, apud CLACKSON; HORROCKS, p. 223)

“acessórios da oratória” (*oratória supellectiles*) – isto é, dos ornamentos, das figuras (*quae est in ornamentis* – Or. 79), classificadas em duas espécies: figuras de pensamento (*res*) e de palavras (*uerba*)” (JESUS, 2014, p. 64). Com isso as palavras ganhavam um trato especial:

As palavras isoladas podem ter significado próprio (*proprium*) – muito usadas porque soam melhor e expressam melhor a ideia – e significado impróprio (*alienum*), em que se enquadram as metáforas (*translatum*), os neologismos (*fartum ab ipso et nouum*) e os arcaísmos (*priscum*). Cícero acrescenta que os arcaísmos, isto é, as palavras antigas e inusitadas, também podem enquadrar-se nas de significado próprio, menos aquelas que são ainda mais raramente usadas. As palavras agrupadas (*collocata*) podem constituir ornamentos se se dispuserem de forma harmônica, simétrica (*concinntitas*), de tal modo que a combinação harmoniosa se desfça caso seja perdida a disposição original, mesmo que a ideia se conserve. (JESUS, 2014, p. 64)

Sobre as metáforas, seu valor era ainda mais relevante devido a serem o recurso utilizado didaticamente na ausência de uma expressão apropriada (JESUS, 2014, p. 65), ainda que a utilização pudesse ser repreensível caso não houvesse concordância entre a complexidade da metáfora e o grau de simplicidade do discurso e do estilo empregado. Além dessa figura de linguagem, a variedade literária, segundo Clackson e Horrocks (2007, p. 180), é marcada por figuras de linguagem como aliteração, assonância, repetição de palavras-chave, acumulação de sinônimos e de recursos como *figura etymologica*, na qual palavras de mesma origem etimológica eram aproximadas para fins de retórica. As influências do grego também tornaram perífrases muito comuns para essa língua que, inicialmente, provavelmente tratava com mais frequência de temas mais concretos, mas que passava a descortinar um universo abstrato, propiciado pelas *artes*. O latim clássico também é marcado por pleonasmos sintáticos e de sentido na forma de aposições, enunciando um sintagma nominal cujo significado se traduz em outro termo da frase.

Em suma, o *sermo litterarius* caracterizou uma manifestação culta, elitizada e estilizada do *sermo urbanus* para fins sobretudo artísticos, especialmente retóricos e poéticos. Em que pese isso, Ilari (1999, p. 61) afirma que “o latim literário foi uma língua falada e teve um suporte direto na expressão coloquial da aristocracia romana”, apesar de escrita, não deixava de ser uma forma de registrar a palavra falada (JANSON, 2004, p. 29), tanto que sempre que alguém lia uma obra, o fazia em voz alta, sendo inclusive comum que a população rica educasse escravos para realizarem leituras em eventos familiares e sociais. Tal afirmação

justifica os vários pontos de conexão entre *sermo urbanus* e *litterarius*: não se diferenciam tanto senão pelo estilo, pela arte e pelo caráter trabalhado, que conferia à língua um refinamento digno de uma variedade cujo uso linguístico é calculado, consciente e propositado.

1.2.4 O latim escolar contemporâneo

Resta, pois, falar sobre o latim escolar, que se concretiza como uma das formas contemporâneas da língua. Sabe-se que

[...] após o século VI d.C., o latim (do tipo que é representado nos textos) não era mais a língua nativa de ninguém. É verdade que podemos argumentar que uma diferença considerável entre o latim literário e o latim falado já é visível em partes do *Satiricon*, de Petronio (metade do século I d.C.), em que o discurso de Trimalquião é representado. Essa diferença cresceu cada vez mais durante os últimos séculos do Império Romano do Ocidente. (MINKOVA; TUNBERG, 2018, p. 150)

A partir desse excerto, os autores dissertam sobre como o latim da escolástica e da filosofia empregou na língua alterações o suficiente, provocando diferenças em termos de sintaxe, semântica, convenções e vocabulário, de modo tão marcante que, no Renascimento, “O âmago da revolução humanista era a tentativa de purificar o latim do mundo erudito trazendo os padrões de expressão de volta às normas clássicas” (MINKOVA; TUNBERG, 2018, p. 150). Com isso, os autores atestam que, com o sucesso dessa tentativa de restauração,

[...] a grande maioria do latim erudito produzido pelos bem-educados a partir da Renascença é, de certa forma, latim Neoclássico, especialmente se nós permitimos neologismos no vocabulário e entendemos ‘clássico’ no seu sentido mais amplo para incluir toda a prosa sobrevivente produzida entre o período de César e Suetônio. (MINKOVA; TUNBERG, 2018, p. 151)

Ou seja, a restauração do latim após o Renascimento, em grande medida exitosa, deixou como legado o que poderíamos chamar de neolatim, uma versão do latim clássico e literário que se manteve como língua de cultura letrada até o século XVIII e que permanece como base para o ensino. No entanto, essa variedade busca espelhar aquele latim literário, refletindo-se até hoje nos livros didáticos para o ensino de latim, que buscam apoio na

gramática e vocabulário de autores clássicos como Cícero e César. Além disso, essa língua ensinada tem, nos últimos anos, sido também mobilizada para uma fala e escrita *extempore*, seja em colóquios de latim vivo, seja em escrita de novos gêneros digitais¹⁵.

Portanto, não se trata propriamente de uma nova variedade da língua, mas do mesmo latim literário que permanece como a norma para o ensino e que também é chamado, por essa razão, de latim escolar. A diferença entre o *sermo litterarius* e o latim escolar contemporâneo são apenas questões que dizem respeito à diferença de contexto de produção e finalidade.

O latim literário da era clássica era produzido com uma finalidade comunicativa diferente do escolar, visto que, como foi discutido anteriormente, tratava também de assuntos cotidianos, como inscrições legislativas e didáticas, ou divulgação de informações, além das produções artísticas voltadas para o trato lírico, épico, dramático ou retórico no âmbito das comunidades antigas. Por certo, entende-se que, inserido no momento de uso nativo e na sociedade que tinha o latim como língua materna, essa língua tinha uma finalidade e, portanto, um uso, diferente do que recebe o neolatim. Este, trabalhado principalmente em um contexto de estudo, ensino e pesquisa, volta-se para um trato da língua que recorre aos textos clássicos para conhecer o idioma, entender sua gramática e analisar elementos culturais da sociedade romana, sobretudo do ponto de vista da leitura.

Com isso, depreende-se que, no que concerne o latim escolar contemporâneo, embora os estudantes possam ser incentivados até mesmo a se expressar em latim, não se pode falar propriamente de uma atualização do latim literário, ou de um incremento desse vocabulário a partir de neologismos como modo de produção de palavras para conceitos extemporâneos ao período clássico da língua, mas do uso do latim em sua variedade literária, calcada em modelos da escrita.

1.3 JUSTIFICATIVA DO PERÍODO ADOTADO

Tendo em vista a breve apresentação sobre a evolução da língua latina e de suas variedades, podemos sintetizar as informações apresentadas quadro abaixo. Como se pode

¹⁵ A língua também vem sendo explorada em diferentes tecnologias e gêneros, como a utilização de latim em rádio; wikipedia; colóquios de latim vivo na Itália e nos EUA etc.

ver, percebe-se uma proximidade entre o *sermo litterarius* e o *sermo urbanus*, ao passo que o *sermo plebeius* se distancia dos outros:

Quadro 2 – Características das variedades latinas

<i>Sermo plebeius</i>	<i>Sermo urbanus</i>	<i>Sermo litterarius</i>
Essencialmente falado	Essencialmente falado	Registro escrito, esteticamente elaborado
Grande número de termos concretos	Compreensão de termos abstratos e concretos	Grande número de termos abstratos
Construções analíticas e objetivas	Relação de dependência entre termos e orações	Relação de dependência entre termos e orações
Vocabulário intensamente voltado para questões do campo e à vida prática	Vocabulário permeado por termos técnicos da vida urbana (política, guerras, comércio)	Vocabulário mais amplo, refinado, com arcaísmos, helenismos, com efeitos poéticos
Ordenação gramatical	Ordenação gramatical	Ordenação "arbitrária"
Constante evolução, renovação de léxico e de estrutura gramatical	Apreço pelo gramaticalmente correto, de acordo com a convenção gramatical	Resgate de termos e estruturas arcaicas; espelho das convenções gramaticais
Classe social aberta a influências e a estrangeirismos	Sociedade conservadora e aristocrática.	Sociedade conservadora e aristocrática, mas aberta a influências eruditas do cultura grega

Fonte: Elaborado pela autora (2022) a partir de dados de pesquisa obtidos com base em Ilari (1999), Janson (2004), Bassetto (2001) e Clackson e Horrocks (2007).

A diferença entre as variedades do latim é responsável pelos diferentes usos dessa língua nos diversos contextos linguísticos. Sendo a língua do exército e do comércio, para facilitar trocas e comunicação por toda a Itália, utilizada por pessoas comuns a partir da mistura entre vários povos, culturas e modos de falar, o *sermo plebeius* continuou a evoluir rapidamente para variedades mais locais, afetando também o falar da elite (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 91), entretanto o conservadorismo da classe dominante preservava o latim gramaticalmente correto e padronizado, sendo o *sermo urbanus* muito menos afetado por estrangeirismos que as variedades faladas pelos demais habitantes do império, reprodutores do *sermo plebeius*.

O *sermo litterarius*, por sua vez, tratava de emular o falar do povo romano, ainda que adicionando um grau de sofisticação no ato da escrita. Como tratado anteriormente, o grau de proximidade com um falar natural variava de acordo com os gêneros literários e as propostas de cada texto, podendo trazer elementos tanto do falar da elite como do falar das classes menos privilegiadas – considerando que o *sermo plebeius* também afetou o falar da elite. Desse modo, o estudo dessa variedade pode revelar aspectos das outras.

Por fim, o latim que certamente é a referência para a tradução do *Le Petit Prince* é o *sermo litterarius* (ou, de modo específico, o latim escolar), o que se justifica pelas seguintes razões:

a) **O maior repertório gramatical e lexical disponível:** o *sermo plebeius* encontra algumas limitações pela ausência de certos numerais, pronomes indefinidos, demonstrativos e declinações, bem como a insuficiência de conectivos, ao passo que o *sermo litterarius* legou à posteridade fontes que permitem a apreensão de um sistema linguístico completo e um acervo vocabular rico, pelo fato de ser dotado de um maior repertório de termos abstratos. Essas questões são relevantes para a correspondência com o *corpus* literário, o qual tem sua versão original escrita em uma língua abastecida desses recursos;

b) **A estabilidade:** embora o registro histórico do latim clássico tenha ocorrido em um período relativamente curto, entre 81 a.C. e 14 d.C. (BASSETTO 2001, p. 92), e tenha progressivamente se afastado das variedades orais da língua latina ao longo dos séculos, ele constituiu um padrão linguístico (*Latinitas*) que serviu de referência para o emprego do latim escrito nos séculos seguintes, sendo ensinado e promovido na escolarização formal pelos gramáticos. “Uma das dimensões do ensino retórico e gramatical consistiu em reforçar um modelo de identidade linguística e cultural, que tivesse como núcleo comum os textos fundadores da poesia e prosa romanas.” (FORTES, 2015, p. 6), assim, o latim que era referência para o ensino permaneceu voltado para as estruturas linguísticas clássicas e para seus autores modelares – como Cícero, Virgílio e Salústio – , tendo, por essa razão, muito pouco mudado em termos de gramática e léxico¹⁶. Além disso, a partir do século V, as diferenças entre fala e escrita se tornavam cada vez maiores (JANSON, 2004, p. 91), de modo que, a cada século, o latim contaria com novas estruturas, novas palavras e novas definições,

¹⁶ “the higher forms of written Latin, once standardized, changed very little in terms of grammar and lexicon throughout the remainder of antiquity” (CLACKSON; HORROCKS, 2007, p. 227)

do que decorreu ainda mais a adoção de um “padrão”. Por outro lado, a língua escrita, a qual espelhava cada vez menos os hábitos linguísticos do dia a dia, continuava a ser aprendida nas escolas, levando os escritores de outras épocas posteriores a seguir normas antigas, resultando em um latim que não foi suscetível a intensa mudança depois de certo ponto da história. Assim, como ensina Meillet (1977, p. 279), a unidade do latim escrito foi mantida por meio da literatura, ao lado dos dialetos contemporâneos cada vez mais diferenciados.

c) **A adequação:** tanto o *sermo urbanus* quanto o *sermo litterarius* demonstraram maior resistência a inovações, se comparados ao *sermo plebeius*, porém a eleição do *sermo litterarius* em detrimento do segundo consiste também na sua adequação contextual. Meillet (1977, p. 279) aponta que o latim escrito salvaguardou a tradição da civilização antiga, mas, mais do que isso, o latim escrito também representou uma forma de expressão literária por excelência ao longo dos séculos. A literatura latina, de grande impacto cultural no ocidente, é sobretudo uma expressão artística, cuja linguagem conta com recursos estilísticos que foram referências para as literaturas em línguas vernáculas. Assim, como lidamos com um *corpus* literário, o latim clássico é a variedade mais adequada para nossa pesquisa.

Acredita-se, com base na discussão feita até aqui, que, ao traduzir uma obra para o latim, os tradutores tenham lançado mão da estrutura linguística do latim clássico (*sermo litterarius*) para realizar a tradução, já que foi esse o registro ensinado nas escolas e passado para as novas gerações.

Essa variedade do latim, de maior prestígio e perpetuada em seu ensino, correspondendo, portanto, ao latim escolar, é a base usada nas traduções modernas, e, por estarmos adotando como *corpus* o livro *Regulus*, que revela um uso moderno do latim literário, portanto o neolatim, tomamos por referência essa variedade latina, estabelecendo as comparações e desenvolvendo as discussões a partir das línguas modernas com o *sermo litterarius*, do qual, temos mais material bibliográfico. A questão que fica em aberto, a ser explorada nos próximos capítulos, é: como essa variedade do latim, ligada a um uso letrado do passado, se atualiza para fazer referência a objetos inexistentes no mundo antigo? Como o vocabulário moderno do *Le Petit Prince* é vertido para o latim?

2 OS ASPECTOS DA TRADUÇÃO DO *LE PETIT PRINCE*

A tradução sempre foi um veículo para a transmissão de conhecimento e troca de valores culturais e espirituais entre comunidades.

(Brenda Hosington, 2014, p. 1)

O livro *O Pequeno Príncipe* figura como a obra mais traduzida na história, depois da *Bíblia*, tendo recebido adaptações para filmes, curtas, HQs, e tendo sido publicado em 300 idiomas e dialetos, de acordo com a pesquisa de Matos (2017) na revista *Estante*. Entre as traduções desta obra, encontra-se o *Regulus*, a versão para o latim realizada por Augusto Haury, cuja primeira edição foi publicada em 1961. A história faz parte do imaginário coletivo, de modo que esse personagem é reconhecido até mesmo por pessoas que não tiveram acesso à obra, mas a algum produto comercializado com essa temática. Por possuir tamanha popularidade, existe uma busca por edições especiais ou em outros idiomas, o que gera, para esta pesquisa, um interesse em observar aspectos da tradução para o latim.

O trabalho de tradução, em geral, está longe de ser uma tarefa simples, visto que há muitas questões que devem ser levadas em consideração quando se trata da passagem do texto de sua língua-fonte para a língua-alvo. Ademais, entende-se que a prática de tradução pode exercer um papel importante na própria revitalização da língua, possibilitando um fluxo de ideias, de construções, de palavras e de estilos entre culturas diferentes. Seguindo essa linha de raciocínio, é necessário primeiro realizar uma revisão de estudos acerca dessa atividade, para que seja possível chegar ao tópico específico da tradução da obra selecionada para o latim.

Por essa razão, propomos discutir, neste capítulo, algumas noções relacionadas ao trabalho de tradução de uma forma geral, com ênfase em temas como as estratégias de estrangeirização (*foreignization*) e domesticação (*domestication*), cunhadas por Venuti (1995) a partir dos estudos do alemão Schleiermacher (2007 [1813]), bem como os desdobramentos dessas abordagens e as implicações da aplicação da forma de traduzir no texto e na língua. Para fins de contextualização, apresentaremos também informações sobre a obra que é objeto de análise, buscando reconhecer as formas como o livro pode ser atravessado por marcas de

seu tempo, para, então, poder discutir as implicações que essas marcas geram no texto traduzido.

2.1 OS REFLEXOS DO TEMPO EM *O PEQUENO PRÍNCIPE*

A tradução de uma obra literária pode sofrer muitas influências de acordo com a distância temporal entre o contexto da obra traduzida e o contexto do momento da tradução. Com o caso da passagem de *Le Petit Prince* para *Regulus*, as disparidades contextuais devem ser ressaltadas. Antoine de Saint-Exupéry, autor da obra fonte da pesquisa, nasceu em 29 de junho de 1900, em Lyon, na França. Pelo menos, dezoito séculos separam o contexto de nascimento do escritor com o contexto de uso mais comum da variedade da língua latina em que essa obra foi escrita, a variedade literária do latim, que deu luz a obras literárias a partir da Antiguidade clássica romana. Schleiermacher, na tradução de Braidão (2007, p. 237), afirma que “quanto mais distantes estão uma da outra quanto à origem e ao tempo, tanto mais nenhuma palavra em uma língua corresponde exatamente a uma da outra, e nenhuma flexão apanha exatamente a mesma variedade de relações como uma da outra”. Com isso, temos que entender um pouco sobre o contexto e sobre o momento histórico em que a língua francesa foi trabalhada para produzir a obra. Sobre as experiências do autor que se refletem no livro, pode-se dizer que:

Após estudar em internatos e sofrer devido a uma tentativa frustrada de seguir carreira naval, ingressou na escola de Belas-Artes de Paris, passando a maior parte do tempo em bistrôs, escrevendo e produzindo caricaturas. [...] Forçado a entrar para o serviço militar da Força Aérea, Saint-Exupéry abandonou a boemia e passou a servir no 2º Regimento da Aeronáutica, em Estrasburgo, em 1921. Embora desejasse ser piloto, a princípio tornou-se mecânico na oficina de aviões. (OLIVEIRA, 2017, p. 54)

Não limitado a esse serviço em sua vida, também atuou como diretor de filme, roteirista, escritor, inventor, correspondente de jornais, e, com a segunda guerra mundial, iniciada em 1939, o autor, na função de piloto, trabalhou fazendo fotografias aéreas e missões de reconhecimento. Foi apenas em 1942, depois de desenhar um menino em um guardanapo de restaurante, que ele recebeu a proposta de Curtice Hitchcock para que escrevesse um livro infantil, proposta que aceitou, de modo que, “vivendo em um mundo dilacerado pela guerra, ele se refugia no mundo encantado da infância” (MUNHOZ, 2014, p. 38), desenvolvendo,

então, o *bestseller*. Infelizmente, em julho de 1944, ao sobrevoar as regiões de Annecy e Grenoble, seu avião foi atingido por um caça alemão, provocando a morte precoce do autor.

Essa breve biografia é cheia de referências para estabelecer conexões entre a realidade do autor e o texto que Saint-Exupéry produziu. Os pontos de encontro entre a realidade de meados do século XX e a obra são bastante marcantes. Seu trabalho em *O Pequeno Príncipe* tem como personagens principais um piloto de avião e uma criança vindo de outro planeta. O encontro entre os dois acontece quando o aviador se depara com um problema no motor de seu avião, precisando parar para resolver problemas mecânicos no deserto onde está esse menino que só queria o desenho de um carneiro. A partir disso, várias questões sobre a vida são desenvolvidas explorando a ótica do universo adulto e do universo infantil.

Além do fato de a narrativa ser contextualizada a partir das experiências do autor, os elementos utilizados para contar a história também estão contidos num recorte específico da realidade. Escrito na década de 40, o universo compreendido na obra é aquele conhecido até então, resultando em um livro muito marcado por situações e objetos característicos de seu momento, como a própria experiência de aviação vivenciada por Saint-Exupéry, a segunda guerra mundial e comportamentos preconceituosos fruto do vigente conflito entre os países. Assim como a língua-fonte possui vocabulário adequado para se referir aos recursos tecnológicos disponíveis em 1940, também está alinhada ao cenário político e à organização dos países tal qual naquele momento. Por outro lado, a língua latina em seu período clássico, o qual teve auge entre 81 a.C. e 14 d.C., como visto anteriormente, não poderia aparentemente dispor de recursos linguísticos para se referir a essas coisas que não existiam naquela época.

2.1.1 O impacto da diferença temporal

Britto (2012) levanta a questão da diferença entre as línguas como ligada à estrutura do idioma e à cultura do povo ao qual ela dá voz,

[...] na maneira de combinar as palavras e no nível do repertório de ‘coisas’ reconhecidas como tais em cada língua. Pois um idioma faz parte de um todo maior, que é o que denominamos de cultura; e as ‘coisas’ reconhecidas por uma cultura não são as mesmas que as outras reconhecem. (BRITTO, 2012, p. 14)

Nessa formulação, resume a grande problemática da tradução de *Le Petit Prince* para o latim: as demais traduções não enfrentam os mesmos obstáculos que a realizada em *Regulus*, porque as “coisas” reconhecidas pela estrutura linguística e cultura do francês, língua-fonte, em sua maioria também são reconhecidas pelas do Brasil, dos Estados Unidos, do Japão, etc., que compartilham do mesmo recorte temporal de mundo, mas essa regra não se mantém na estrutura do latim, língua-alvo, visto que a cultura da época designada pelos recursos lexicais dessa língua não reconhecia certo conjunto de coisas, como motores e aviões, bem como até mesmo noções acerca dos nomes de países que apenas vieram a existir séculos mais tarde.

Quando esses problemas ocorrem na tradução, tem-se um daqueles casos que Britto apresenta como sendo

[...] aquele em que uma palavra de um idioma designa algo a que nada corresponde no outro idioma porque a “coisa” a que ela se refere – seja um objeto concreto ou uma entidade abstrata – inexistente na cultura desse outro idioma. Nos países de língua inglesa, é costume construir-se, nas cidades praieiras, um longo passeio de madeira elevado separando o asfalto da rua da faixa de areia, principalmente quando a praia fica num plano mais baixo que o da rua. O nome desse passeio de madeira é *boardwalk*; nas culturas anglófonas, a palavra *boardwalk* e a coisa que ela designa constituem uma parte importante da praia, da própria experiência de ir à praia [...] Nas praias brasileiras, porém, não se constroem tais passeios de madeira; o mais comum é fazer-se uma escada para que as pessoas desçam do nível da rua para o da areia. Assim, a palavra *boardwalk* é, literalmente, intraduzível: pode-se no máximo explicar o que ela quer dizer. (BRITTO, 2012, p. 16)

Do mesmo modo que a palavra inglesa *boardwalk* é intraduzível para o português, porque descreve uma experiência cultural inexistente em outro sistema linguístico, tanto mais há de se pensar nas palavras de *O Pequeno Príncipe* que seriam intraduzíveis para o latim de *Regulus*, porque se trata de uma língua que se prestava a descrever um horizonte cultural ainda mais distante. Antes de nos debruçarmos sobre essas questões, passemos em revista alguns conceitos-chave do campo da tradução que serão úteis em nossa análise.

2.2 A VISIBILIDADE DO TRADUTOR

Friedrich Schleiermacher, filósofo alemão nascido em 1768, contribuiu lançando uma base teórica para os estudos sobre tradução. Ele definiu o que se conhece hoje por

“irracionalidade das línguas” – ou irracionalidade entre línguas –, que é um jeito de descrever as dificuldades do ponto lexical e gramatical confrontadas durante a tarefa de tradução (JUSTO, 2016, p. 4-5). De certo modo, a relação entre diferentes línguas sempre será de uma irracionalidade (KITZBICHLER, 2016, p. 36), superável, mas irracional.

Para superá-la, métodos condutores para a tradução devem ser pensados e empregados – é onde entram as noções ligadas à oposição “domesticação vs. estrangeirização” (*domestication vs. foreignization*), nomenclaturas propostas e assumidas por Venuti (1995). Schleiermacher (2000, p. 49) sustentava que haveria duas formas de traduzir: ou bem o tradutor levaria o escritor até o leitor, deixando este em paz o máximo possível, ou trabalharia da maneira oposta, deixando o escritor em paz o máximo possível e movendo o leitor em sua direção, superando os obstáculos de uma tradução menos transparente. Nesse último caso, Schleiermacher aponta um tradutor conforme o estrangeirizador, o qual procura seguir à risca a obra original, dando ao leitor a sensação de estar lendo algo estrangeiro (FREITAS, 2008, p. 101), já que o estranhamento provocado por termos alheios à cultura-alvo manteria em evidência o fato de que a obra lida é, de fato, uma tradução, pois preserva elementos da cultura-fonte na qual foi escrita, sem adaptá-la à cultura da língua alvo, do leitor.

O teórico da tradução Lawrence Venuti apropria-se da discussão empreendida por Schleiermacher, propondo que “a tradução consiste em transformar o original, e essa transformação implica necessariamente uma mudança, já que o tradutor imporá sua leitura, criando uma outra rede de significados” (FREITAS, 2003, p. 56), tratando a interpretação e a manifestação discursiva como questões que

[...] são condicionadas por fatores alheios ao produtor textual e balizadas pelas conjunturas históricas e ideológicas da cultura na qual o discurso é produzido. Dessa maneira, os significados ativados em um texto por um escritor são construídos determinados política e socialmente e balizados pelas práticas sociais. (FREITAS, 2008, p. 98)

Venuti, em *The Translator Invisibility* (1995), observa que um texto traduzido precisaria ser lido fluentemente para ser considerado aceitável. Para isso, a tradução deveria ocorrer sem haver presença de peculiaridades linguísticas ou estilísticas, de modo que a leitura desse a impressão de refletir a intenção do autor tal como se as palavras tivessem sido selecionadas por ele próprio, isto é, a tradução transparente poderia se passar pelo “original” (VENUTI, 1995, p. 1). Com essa fluência, o tradutor tornar-se-ia “invisível”.

Assim, enquanto a tradução estrangeirizadora teria como estratégia “a incorporação de valores textuais marginalizados na cultura meta, ignorando o cânone local e introduzindo discursos outros” (FREITAS, 2003, p. 56), evidenciando o *status* de tradução do texto, a estratégia domesticadora geraria a invisibilidade do tradutor, a partir da priorização da intenção do autor que é adaptada para a cultura local “por meio do apagamento de quaisquer traços que possam, por ventura, causar estranhamento ao leitor” (FREITAS, 2003, p. 56).

Para Venuti (1995, p. 20), então, a domesticação é como uma redução etnocêntrica do texto estrangeiro aos valores culturais da língua-alvo, enquanto a estrangeirização seria um método que registraria as diferenças culturais. Em resumo, com a domesticação, que trata o leitor como referência, o objetivo seria tornar a leitura mais fácil, compreensível e legível, enquanto a estrangeirização desafiaria esse leitor, trazendo para ele mais elementos da língua de partida.

Não há propriamente uma abordagem correta ou incorreta, embora Schleiermacher tivesse preferência pela estrangeirização. O que se deve ter em mente é o tipo de texto traduzido e seus objetivos. Josefine Kitzbichler (2016, p. 29) afirma que, desde os modelos clássicos de tradução, ainda com Cícero, Horácio e Jerônimo, havia divergências de pensamento e consideração quanto a traduções de acordo com o sentido (*ad sensum*) e traduções feitas palavra por palavra (*ad uerbum*) – as quais, por analogia, corresponderiam à dicotomia do filósofo alemão.

A autora diz que, para Cícero, a tarefa do tradutor era traduzir palavra por palavra (KITZBICHLER, 2016, p. 29), a menos que não estivesse trabalhando como tradutor, mas como orador e, por isso, precisasse priorizar o poder das palavras, equilibrando e compensando as palavras de modo a acrescentar à tradução “sua perspectiva e sua corrente de significados que estavam de acordo com o ambiente e o público para o qual ele produziria aquela tradução” (RODRIGUES, 2020, p. 80). Ainda segundo Kitzbichler, Horácio tendia a instruir poetas a trabalhar modelos antigos com liberdade, para desenvolver um estilo próprio; já Jerônimo admitia a tradução de acordo com o sentido apenas para textos profanos, mas textos sagrados, como a Bíblia, deveriam proceder de acordo com o que estava escrito literalmente palavra por palavra (KITZBICHLER, 2016, p. 30). Passando para Venuti, na década de 90, a fluência e a ilusão de transparência recebem a maior relevância, independentemente do método. O estudioso afirma que:

Um texto traduzido, seja prosa ou poesia, ficção ou não ficção, é considerado aceitável pela maioria dos editores, revisores e leitores quando se lê fluentemente, quando a ausência de qualquer peculiaridade linguística ou estilística faz com que ele pareça transparente, dando a aparência de que ele reflete a personalidade do escritor estrangeiro ou sua intenção ou o significado essencial do texto estrangeiro – a aparência, em outras palavras, que a tradução não é de fato uma tradução, mas o “original”. A ilusão de transparência é um efeito do discurso fluente, do esforço do tradutor para garantir uma fácil legibilidade ao aderir ao uso atual, mantendo a sintaxe contínua, fixando um significado preciso. O que é tão novável aqui é que esse efeito ilusório esconde as numerosas condições sob as quais se faz a tradução, começando pela intervenção crucial do tradutor no texto estrangeiro. Quanto mais fluente for a tradução, mais invisível será o tradutor, e, presumivelmente, mais visível será o escritor ou o significado do texto estrangeiro. (VENUTI, 1995, p. 1, tradução nossa)¹⁷

Assim, de forma ampla, o ofício do tradutor “consiste em identificar os termos em seu próprio contexto original e, ademais, trazê-los para a contemporaneidade sem que eles percam seu sentido original, mas também não soem muito estranhos para os leitores modernos” (RODRIGUES, 2020, p. 81), isto é, para além de buscar correspondentes entre as línguas, deve-se saber dosar as decisões entre os aspectos técnicos e interpretativos.

2.2.1 Do risco dos extremos

Apesar de não haver um método certo ou errado entre as abordagens mais voltadas para estrangeirização ou para domesticação, ambos possuem detalhes a serem considerados. Britto atesta que “essas duas estratégias, na verdade, representam mais um par de ideais absolutos inatingíveis; na prática, o que sempre fazemos é exatamente aquilo que Schleiermacher diz ser impossível fazer: adotar posições intermediárias entre dois extremos” (2012, p. 62). Isso porque, se, por um lado, a estrangeirização pode dificultar a leitura; por outro, a domesticação pode transformar o texto em uma adaptação. Britto (2012, p. 62) afirma que

¹⁷ Cf.: A translated text, whether prose or poetry, fiction or nonfiction, is judged acceptable by most publishers, reviewers, and readers when it reads fluently, when the absence of any linguistic or stylistic peculiarities makes it seem transparent, giving the appearance that it reflects the foreign writer’s personality or intention or the essential meaning of the foreign text—the appearance, in other words, that the translation is not in fact a translation, but the “original.” The illusion of transparency is an effect of fluent discourse, of the translator’s effort to insure easy readability by adhering to current usage, maintaining continuous syntax, fixing a precise meaning. What is so remarkable here is that this illusory effect conceals the numerous conditions under which the translation is made, starting with the translator’s crucial intervention in the foreign text. The more fluent the translation, the more invisible the translator, and, presumably, the more visible the writer or meaning of the foreign text. (VENUTI, 1995, p. 1)

[...] uma tradução radicalmente estrangeirizadora, que mantivesse a sintaxe do idioma-fonte e cunhasse um termo novo a cada vez que não fosse encontrada uma palavra que traduzisse com exatidão um termo do original, provavelmente se tornaria ilegível, como essas traduções automáticas que fazemos através de sites da internet. Por outro lado, uma tradução que levasse a domesticação às últimas consequências também deixaria de ser uma tradução; se na minha tradução de um romance inglês do século XVIII eu transplantar a ação para o Brasil de agora, serei obrigado a fazer tantas mudanças que o texto resultante será uma outra obra, uma adaptação.

Sendo assim, o trabalho do tradutor contemporâneo tende a ser o de buscar um meio termo entre esses métodos, analisando, dentre as características do original, o que ele deseja manter da língua-fonte e o que ele deseja ou precisa desenvolver a partir das estruturas próprias da língua-alvo.

2.2.2 Das formas de adicionar e subtrair elementos

A partir dessa visão, alguns desdobramentos passam a ser incorporados ao estudo da tradução, como a noção de “adição” e “omissão”. Nida (1964, p. 226, tradução nossa)¹⁸ considera que há apenas dois casos em que o tradutor deve se abster da reprodução estrita: “(a) quando uma forma equivalente mais próxima é totalmente sem sentido, e (b) quando leva a um sentido errado”, e estabelece algumas formas de adição que podem ser legitimamente incorporadas à tradução:

(a) preenchendo as expressões elípticas; (b) especificação obrigatória; (c) adições requisitadas devido a reestruturação gramatical; (d) amplificação de status implícito para explícito; (e) respostas para perguntas retóricas; (f) classificadores; (g) conectivos; (h) categorias da língua-alvo que não existem na língua-fonte; e (i) *doublets*. (NIDA, 1964, p. 222, tradução nossa)¹⁹

Nida se aprofunda (1964, p. 222-230) em cada uma dessas formas de adição, explicando que:

¹⁸ Cf.: “(a) when a close formal equivalent is utterly meaningless, and (b) when it carries a wrong meaning.” (NIDA, 1964, p. 226)

¹⁹ Cf.: (a) filling out elliptical expressions; (b) obligatory specification; (c) additions required because of grammatical restructuring; (d) amplification from implicit to explicit status; (e) answers to rhetorical questions; (f) classifiers; (g) connectives; (h) categories of the receptor language which do not exist in the source language; and (i) doublets. (NIDA, 1964, p. 222)

a) o preenchimento de expressões elípticas pode ocorrer devido ao fato de que algumas línguas permitem em sua estrutura a omissão de certas palavras, de um modo impossível de reproduzir na língua-alvo, fazendo com que o tradutor precise adicionar elementos para que o texto faça sentido;

b) as especificações obrigatórias se devem a duas razões: ambiguidade na língua-alvo e necessidade de evitar referências errôneas;

c) as adições referentes à reestruturação gramatical ocorrem naturalmente em casos de mudanças de voz, alteração entre discurso direto ou indireto e mudanças de classe das palavras. Isso porque as línguas nem sempre oferecem os mesmos recursos gramaticais;

d) a amplificação ocorre devido a alguns elementos da língua-fonte carregarem sentidos implícitos que não fariam sentido na língua-alvo, por isso deveriam passar por um processo de explicitação;

e) quando a língua-fonte não requer respostas para perguntas retóricas, mas a língua-alvo as exige, há a necessidade de que o tradutor responda essas perguntas do texto original, acrescentando informações implícitas;

f) a técnica dos classificadores, embora em algumas visões gere uma redundância, serve para esclarecer nomes próprios ou termos emprestados que em outras culturas não seriam conhecidos, como é o caso de “rio do Jordão”, que poderia ser expresso apenas por “Jordão” em certas línguas, mas em outras traduções necessitaria do classificador “rio”. Essa estratégia, na opinião de Nida, pode ocorrer poucas vezes no texto se utilizada em pontos estratégicos;

g) os conectivos consistem em repetições utilizadas para realizar a transição entre uma ideia e outra, retomando sutilmente uma informação já apresentada para orientar o leitor a respeito das sequências de eventos e da relação entre eles;

h) as classes obrigatórias de palavras nem sempre existem de forma equivalente em todas as línguas, por isso quando a língua-alvo tem uma categoria obrigatória ou mesmo opcional que não existe na língua-fonte, é necessário realizar uma adição desse elemento obrigatório ou pesar a necessidade do elemento da categoria opcional;

i) por fim, há os *doublets*, termo que significa quando há duas expressões semanticamente suplementares utilizadas no lugar de uma, como “respondendo, ele disse”,

em alguns idiomas são obrigatórios em certos contextos, fazendo com que o tradutor às vezes tenha que adicionar uma expressão suplementar.

A respeito dessas técnicas, Nida acrescenta que

[...] é importante reconhecer que não houve de fato nenhuma adição ao conteúdo semântico da mensagem, pois essas adições consistem essencialmente em tornar explícitos o que estava implícito no texto da língua-fonte. Simplesmente mudar algum elemento na mensagem de um *status* implícito para explícito nada adiciona ao conteúdo, apenas altera a maneira com a qual a informação é comunicada. (1964, p. 231, tradução nossa)²⁰

Já em referência às omissões, Nida apresenta alguns tipos semelhantes aos de adição, com a mesma explicação, apenas realizando a técnica reversa, como o caso das repetições que, em algumas línguas, é necessário adicionar; ao passo que, em outras, é necessário realizar a omissão de um *doublet*. Destaca-se, porém, a técnica denominada *formulae*, que é a omissão ou subtração de algumas expressões que na língua-alvo não fazem sentido para um termo reduzido que supra a necessidade no texto-fonte. Assim como as adições, Nida reforça que não há alteração o conteúdo total da mensagem, os tradutores podem realizar algumas passagens de explícito para implícito, mas mantém-se a informação principal, ao que afirma que “ao subtrair certos elementos formais, pode-se preservar um grau maior de correspondência do que seria de outra forma” (NIDA, 1964, p. 233, tradução nossa)²¹.

De um modo mais prático, isso deve ocorrer aliando, no trabalho do tradutor, as questões referentes à estrutura linguística de cada idioma envolvido no processo de tradução a questões estilísticas voltadas para a interpretação. Adição, subtração, ou mesmo modificação de um elemento do texto fazem parte de uma operação delicada que inclui a sensibilidade do tradutor para perceber possíveis intenções e efeitos gerados a partir da leitura.

Fortalecem-se, então, os conceitos de “desviante” e “padrão”. De acordo com Britto (p. 67), toda vez que o texto original trabalha a língua de forma que um leitor nativo não

²⁰ Cf.: it is important to recognize that there has been no actual adding to the semantic content of the message, for these additions consist essentially in making explicit what is implicit in the source-language text. Simply changing some element in the message from implicit to explicit status does not add to the content; it simply changes the manner in which the information is communicated.” (NIDA, 1964, p. 231)

²¹ Cf.: “by subtracting certain formal elements one can preserve a greater degree of correspondence than would otherwise be true” (NIDA, 1964, p. 233).

estranhe nenhum termo e tome a leitura como convencional, a tradução deve, também, fazer uso de termos convencionais, para que tanto os leitores da língua-alvo quanto os da língua-fonte tenham a mesma experiência: a isso corresponde a padronização da tradução. Já em casos nos quais o texto original lança mão de recursos que provocam estranhamento, recursos chamados de “marcados”, o tradutor deve também se valer de elementos inusitados para provocar no leitor nativo da língua-alvo a sensação de algo destoante na leitura: a isso corresponde o caráter desviante na tradução. Portanto, “não cabe ao tradutor criar estranhezas onde tudo é familiar, tampouco simplificar e normalizar o que, no original, nada tem de simples ou de convencional” (BRITTO, 2012, p. 67), de modo que a experiência da leitura seja o mais semelhante possível para leitores de línguas diferentes.

2.3 O JOGO DA TRADUÇÃO EM *REGULUS*

O desenvolvimento de uma tradução estabelece, entre autor e tradutor, bem como entre língua-alvo e língua-fonte, um jogo que consiste na transposição de sentidos não somente da ordem textual, limitados às necessidades do conteúdo ou do enredo, mas também da esfera cultural, mobilizando elementos e conceitos que devem ser carregados de um sistema de costumes e conhecimentos a outro. Em outras palavras, nem sempre é suficiente a busca por correspondentes linguísticos, já que, muitas vezes, é necessário criar o correspondente conceitual.

Seguindo a visão de Wittgenstein, porém, eu diria que a tradução de textos segue determinadas regras que constituem o que podemos denominar de “jogo da tradução”. Eis algumas regras deste jogo: o tradutor deve pressupor que o texto tem um sentido específico – na verdade, um determinado conjunto de sentidos específicos, tratando-se de um texto literário, já que uma das regras do “jogo da literatura” é justamente o pressuposto de que os textos devem ter uma pluralidade de sentidos, ambiguidades, indefinições etc. Outra regra do jogo da tradução é que o tradutor deve produzir um texto que possa ser lido como “a mesma coisa” que o original, e portanto deve reproduzir de algum modo os efeitos de sentido, de estilo, de som (no caso da tradução de poesia) etc., permitindo que o leitor da tradução afirma, sem mentir, que leu o original. (BRITTO, p. 28)

É esta segunda regra que merece atenção na análise de *Regulus*. Se o tradutor deve produzir um texto garantindo a reprodução dos efeitos de sentido e a leitura da “mesma coisa” em ambos idiomas – o original e o traduzido –, quais são as estratégias utilizadas para prover

essa garantia no latim? Se é necessário que ambos os textos falem sobre “o motor do avião”, mas não existiam motores, tampouco aviões, no repertório lexical do latim literário, como resolver essa questão? Entende-se que, se *O Pequeno Príncipe* aborda um tema, *Regulus* também o deve fazer, mas há a barreira do tempo, aplicada na estrutura linguística, que se manifesta na forma de uma limitação vocabular. Como o tradutor joga esse jogo com o latim?

A respeito das limitações baseadas nas diferenças temporais, que Schleiermacher já considerava relevantes no trabalho de tradução, Britto (2012, p. 60) acrescenta que o texto original chega para a tradução com marcas associadas ao lugar e ao tempo em que foi escrito, portanto o tradutor, ao se deparar com uma obra escrita na Inglaterra do século XVI, por exemplo, pode utilizar o idioma na língua-alvo de acordo com a fala contemporânea “eliminando todas as marcas de antiguidade da linguagem do original”, seguindo o método da domesticação; ou não fazer “concessão à sua facilidade de leitura” alguma senão a troca da língua-fonte para a língua-alvo, utilizando a linguagem característica da época do original.

Existe, no entanto, também a proposição de Even-Zohar sobre a “Teoria dos Polissistemas”, “um sistema múltiplo, um sistema de vários sistemas com interseções e sobreposições mútuas, que usa diferentes opções concorrentes, mas que funciona como um todo estruturado, cujos membros são interdependentes” (EVEN-ZOHAR, 2013, p. 3), que pode contribuir para esse debate, portanto é assumida como aporte teórico para o desenvolvimento da análise desta pesquisa (cf. capítulo 3). Ocorre que os sistemas culturais não são estanques, sendo movimentados, repaginados, revisitados e atualizados constantemente, por isso o autor propõe o termo “polissistema” com o propósito de “tornar explícita uma concepção de sistema como algo dinâmico e heterogêneo” e “uma vez reconhecida a natureza histórica de um sistema (um grande mérito na hora de construir modelos mais próximos ao ‘mundo real’), impede-se a transformação dos objetos históricos em seres de acontecimentos ahistórico sem coesão entre si” (EVEN-ZOHAR, 2013, p. 3-4).

Por essa ótica, os polissistemas relacionariam os elementos componentes de uma cultura, os quais naturalmente são marcados na literatura e podem representar desafios no intercâmbio da tradução, principalmente quando marcada por uma separação temporal. Com isso, entende-se que as sociedades possuem elementos sistematizados os quais estão sujeitos a mudanças em culturas e períodos diferentes, e trata da literatura como sendo um repertório “determinado pelas relações que existem no (poli)ssistema” (EVEN-ZOHAR, p. 10). A partir

disso, o autor levanta duas relações valiosas para a compreensão dos processos tradutórios: as intra-relações e as inter-relações. Sobre a primeira relação, diz-se que

[...] tal visão se baseia na ideia assumida de que qualquer (poli)ssistema semiótico (como a língua ou a literatura) não é mais que um componente de um (poli)ssistema maior – o da “cultura”, ao que está subordinado e com o qual é isomórfico – e está correlacionado, portanto, com este todo maior e seus outros componentes. A teoria dos polissistemas proporciona hipóteses menos simplistas e reducionistas que outras diante da complicada questão de como se relaciona a literatura com a língua, a sociedade, a economia, a política, a ideologia, etc. Já não é necessário assumir que os fatos sociais, por exemplo, vão encontrar uma expressão imediata, unidirecional e unívoca no nível do repertório literário (...) As intrincadas correlações entre estes sistemas culturais, se os contempla como natureza isomórfica e como funções somente no seio de um todo cultural, podem ser observadas sobre a base de seus intercâmbios mútuos, que frequentemente ocorrem de modo oblíquo, isto é, por meio de mecanismos de transmissão e frequentemente através de periferias. (EVEN-ZOHAR, 2013, p. 15)

Paralelamente a isso, temos as reflexões de Reiss e Vermeer (1984), apresentadas por Nord (1997, p. 32), sobre coerência intratextual, dizendo que o leitor inserido na cultura que recebeu a tradução deve ser capaz de entender a obra, de modo que a tradução faça sentido para a cultura e para a situação comunicativa da língua-alvo, ou seja, do mesmo modo que há coerência com o polissistema do texto-fonte, deve haver coerência com o polissistema do texto-alvo.

Considerando, pois, que as intra-relações do polissistema da língua-fonte devem ser transpostas para a língua-alvo de forma que haja coerência de acordo com seu próprio polissistema, será necessário ativar também mecanismos que estimulem inter-relações, isto é, “as correlações que um sistema mantém com sistemas controlados por outras comunidades” (EVEN-ZOHAR 2013, p. 16), ao que Reiss e Vermeer explicam como sendo a coerência intertextual, a capacidade de manter algum tipo de relação entre a cultura-alvo e a cultura-fonte (NORD, 1997, p. 32)

As estratégias acionadas durante o processo tradutório, seja ele mais tendencioso à estrangeirização ou à domesticação, irão tratar das particularidades de cada cultura, evidenciando as diferenças ou amenizando-as. Isto, é claro, não somente se limita aos polissistemas coetâneos, às diferentes culturas que coexistem num mesmo espaço de tempo, mas também à heterogeneidade provocada pela separação temporal: uma única região pode ser marcada por sistemas culturais distintos se observada em décadas diferentes, por exemplo.

Com *Regulus*, o desafio acaba sendo reverso, se comparado com o exemplo oferecido por Britto: a língua-alvo estaria alguns passos atrás da língua-fonte em critérios evolutivos, de modo que é a língua-alvo, o latim literário, que oferece alguma defasagem temporal em relação aos elementos culturais dispostos no texto de partida, na língua fonte, o francês. Além disso, a preocupação com o leitor, inerente a todo trabalho tradutório, se apresenta também de forma diversa. O ajuste ao leitor, que, em uma tradução, é submetido a outra cultura, com visão e conhecimento de mundo diferentes, consiste em tornar o texto o mais legível e compreensível possível para quem o receberá em sua própria língua (QUINCI, 2016, p. 91). Entretanto, no caso dos leitores do *Regulus*, a leitura da tradução é feita também em uma língua não-familiar, necessariamente estrangeira, de modo que tais leitores possam ser até mais familiares com a língua-fonte do que com a língua-alvo, por não serem contemporâneos do universo de referência implícito no léxico do latim literário (como o são, no entanto, do francês de Saint-Exupéry).

Isso significa que a compreensão de elementos culturais conhecidos pela sociedade do século XX não envolveria estranhamentos conceituais, já que o conceito de “avião” ou mesmo de “motor” seria, *grosso modo*, de conhecimento geral para a maioria dos falantes contemporâneos, ainda que não conheçam o correspondente linguístico exato em cada idioma. Em *Regulus*, no entanto, a barreira cultural não está no leitor, mas na própria língua – que não é materna para nenhum dos lados, nem o do autor, nem o do leitor. Além disso, é a língua que não comporta signos para certos conceitos, simplesmente porque tais ideias eram alheias ao horizonte cultural que arcabouço lexical de uma língua do passado pode revelar.

Quando se discute sobre domesticação ou estrangeirização e suas vertentes, pensa-se no movimento do autor em direção ao contexto do leitor ou do leitor rumo ao autor. No entanto, para a discussão que apresentamos nesta dissertação, seria necessária uma adaptação desse debate: autor e leitor ficam do mesmo lado, ambos em oposição à língua-alvo. Ou bem se leva o autor e o leitor – com seus contextos, suas culturas, seus elementos linguísticos – para a estrutura linguística e o repertório conceitual do latim literário ou bem se leva a própria língua latina em direção ao autor e ao leitor, atualizando-a, domesticando-a. Levantam-se, enfim, as questões quanto a dever encontrar caminhos alternativos dentro do repertório linguístico já existente, ou atualizá-lo para que a língua acompanhe a modernização natural da sociedade, ou mesmo manter o elemento estrangeiro ainda que deslocado, provocando

estranhamento. O tradutor de *Regulus* pode repensar as figuras estranhas ao léxico latino, como a de “avião”, substituindo-as para algo mais adequado à mundividência da língua-alvo, ou ser radical na estrangeirização e manter essa figura tal qual o vocábulo francês, latinizando-a na medida do possível, ou ir mais fundo no processo de formação de palavras, criando neologismos específicos, desprendidos da língua-fonte, para essa ocasião, ampliando o léxico neolatino.

2.4 TRADUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA LÍNGUA

Com tantas possibilidades existentes no processo de tradução, seja por um método, seja por outro, a atividade de traduzir uma obra sempre oferece um enriquecimento da língua-alvo e da cultura de chegada dessa nova obra traduzida. O contato com outra cultura por meio de obras traduzidas gera uma movimentação de ideias capaz de aproximar o leitor de um país a questões políticas e sociais de outra região apenas pelo material literário. Os benefícios, contudo, não se limitam ao nível social, com compartilhamento de reflexões, as traduções podem contribuir para a normalização de uma língua (RODRÍGUEZ, 2016, p. 268), isto é, em casos de idiomas marginais ou minoritários, a produção de traduções populariza a língua, ajudando a sua disseminação entre a população. Esse é um dos motivos para as traduções para latim serem tão interessantes. Com textos modernos e populares sendo escritos nessa língua, a curiosidade gera o interesse, seja de estudiosos ou daqueles que leem por puro prazer, normalizando a leitura e, conseqüentemente, a língua e a cultura latina, contribuindo, ainda, para a divulgação e popularização de seu ensino.

Além disso, entende-se que

Qualquer tradução, por mais simples e despreziosa que seja, traz consigo as marcas de sua realização: o tempo, a história, as circunstâncias, os objetivos e a perspectiva de seu realizador. Qualquer tradução denuncia sua origem numa interpretação, ainda que seu realizador não a assuma como tal. Nenhuma tradução será, portanto, “neutra” ou “literal”; será sempre e inescapavelmente, uma leitura. (ARROJO, 2003, p. 78)

Assim sendo, ao chegarem da língua-fonte com marcas de sua realização a serem transplantadas para a língua-alvo, as traduções acabam por promover uma atualização na língua, já que ela é mobilizada para solucionar as questões suscitadas pelo texto original. Na

prática, as traduções dos textos latinos para idiomas modernos trazem marcas do contexto de sua realização, bem como fazem as traduções de textos modernos para o latim. As circunstâncias históricas do latim, porém, ainda estão fortemente ligadas a uma produção literária que se estendeu principalmente até o século VI, tendo após esse período se consolidado como uma língua científica, litúrgica, filosófica e diplomática, como foi discutido no capítulo anterior. Se entendermos que “apenas os indivíduos contemporâneos àquela coletividade, e que por isso puderam compartilhar as mesmas experiências, eram dotados da capacidade ilimitada de criar e compreender enunciados” (LONGO, 2014, p. 179), teremos que a produção literária moderna em latim passa por obstáculos que a de nenhum outro idioma passa.

Aqui inicia-se um divisor de águas para a compreensão das traduções para latim. Longo e outros pesquisadores defendem a impossibilidade de traduzir de idiomas modernos para o latim, pontuando que:

qualquer *realização discursiva* em língua latina que não seja a de um falante natural não será latim, uma vez que não se pode ter o domínio de uma língua natural, somente estando de posse do conhecimento das regras gramaticais fornecidas artificialmente por manuais escolares” (LONGO, 2014, p.179)

Mesmo assim, “a razão de não se poder mais falar o latim dos romanos não impede que se possa assimilar o sistema formal dessa língua”.

Contrariando essa corrente, as traduções de textos modernos não cessam de levar para o latim obras como *O Senhor dos Anéis* e *Harry Potter*, resistindo a essa perspectiva. Sendo assim, as traduções de textos produzidos na atualidade, carregados de marcas da modernidade, rodeados por elementos próprios de uma mundividência incomum aos romanos antigos, estaria formulando um latim novo e uma língua antiga revitalizada. As traduções, então, assumem duas funções: a primeira, já comum, é referente aos métodos de ensino da língua; a segunda trata da revitalização do idioma e de seu enriquecimento expressivo.

2.4.1 O lugar da leitura e da tradução no ensino

Tratado como “porta-voz de uma cultura considerada referencial, o latim adquiriu, sobretudo, o *status* de língua instrumental” (FORTES, 2013, p. 12), sendo “o veículo

necessário para entrar em contato com o mundo romano antigo e para conhecê-lo, abordando-o de seu interior (...). O latim como língua é instrumento, e não fim, do estudo” (LANA, 1983, p. 25). Esse estudo ocorre, sobretudo, com a leitura de textos, e um dos métodos aplicados no ensino de passa tradicionalmente pela tradução de textos nessa língua para línguas modernas.

Quando se pensa nos objetivos do aprendizado de latim, muito se fala sobre facilitar a leitura e interpretação de textos literários, aprimorar o discernimento sobre origens das palavras (MOREIRA; RIBEIRO, 2018, p. 2) e permitir o conhecimento da cultura de outrora, a partir da “conservação e transmissão da herança literária deixada pelos antigos romanos” (LONGO, 2014, p. 176). De todo modo, no que diz respeito ao ensino, o “objetivo principal dos professores e estudantes de latim é a língua literária e um melhor conhecimento da nossa herança intelectual” (MINKOVA; TUNBERG, 2018, p. 158). A questão que se coloca é que, em línguas modernas, como Heck (2013, p. 14) bem observa, as habilidades de ler, escrever, falar e ouvir com competência podem ser aprimoradas com facilidade, mas quando se trata do estudo do latim “há um imenso legado escrito, mas não existe um povo a quem escrever, falar ou ouvir”. Por isso, a estudiosa expõe que

Para que essa compreensão do texto se realize, é preciso ser versado na coisa em questão, i. e., ter a pré-compreensão não sobre a coisa, mas na coisa, que aqui é a matéria do texto; transpor-se para a tradução à qual o texto pertence, quebrando a tensão existente entre o estranhamento e a familiaridade; e ter a consciência histórica da distância temporal entre o autor e o intérprete. Esse conhecimento da temporalidade do texto permite realizar a fusão de horizontes entre o passado e o presente e, conseqüentemente, a possibilidade de ampliação de horizontes e abertura de novos horizontes. (HECK, 2013, p. 15)

Fortes (2013) afirma que a eficácia do processo de ensino e aprendizagem do latim requer que haja um desenvolvimento para além da competência linguística, “– levando os alunos a se apropriarem dos recursos gramaticais e lexicais necessários à leitura –, mas também as competências discursiva, sociocultural, retórica e estratégica, que são fundamentais para a aquisição da proficiência no uso da língua” (2013, p. 18). Com isso, espera-se dos cursos de latim um envolvimento maior da língua em sua totalidade, o que desperta o interesse em entender o papel das traduções nesse contexto. Fortes define que

[...] um programa típico de latim, no mais das vezes, reduz-se a uma reflexão em torno de sua gramática, postergando os textos e a cultura clássica a uma posição complementar no programa, frequentemente resolvida por intermédio de exercícios de tradução de fragmentos descontextualizados ou da leitura de obras traduzidas (FORTES, 2013, p. 11)

No entanto, o uso de determinadas práticas ativas, de produção escrita (ou oral) em latim, jamais foi inteiramente abandonado do ensino de latim. É o caso, por exemplo, do que se verifica no curso *Ars Latina*, da década de 70. Nessa obra, de Damião Berge, propunha igualmente explorar uma faceta de um “método ativo”, mas já buscava adotar um estilo pós-clássico, com adoção de neologismos de “bom quilate”. Segundo Braga (2005, p. 67), a obra dava as noções práticas do latim de acordo com o estilo clássico de César e Cícero.

Um curso básico de latim mais recente, o *Latine Loqui*, de Leni Ribeiro Leite (2016), utiliza textos acerca de temas como a guerra de Troia (*lectio prima*), *Aenēas* (*lectio altera*), reis romanos (*lectio quarta*), *Plautus*, *Caesar* e *Catilina* (*lectio septima, octava e nona* respectivamente). Todos os capítulos promovem, pois, o desenvolvimento da língua situado no modelo clássico, com o vocabulário estando de acordo com essa mundividência. Apesar disso, a abordagem de ensino difere das demais, sendo explicada pela autora nas seguintes palavras:

Como vimos, nosso objetivo precípua é o desenvolvimento da capacidade de ler textos em latim, ou seja, da competência linguística e textual. Claramente, para que se possa ler em um idioma, o conhecimento de sua morfologia e sintaxe é necessário – não se pode prescindir do conhecimento do idioma como sistema de regras. No entanto, entendemos que o aprendizado do sistema de regras não deve se fazer *antes*, e sim em *paralelo* com os demais objetivos. Por essa razão, ainda que não falte nos conhecimentos básicos de morfologia e sintaxe exigidos em geral nos cursos de latim das faculdades de Letras no Brasil, optamos por não apresentar as já tradicionais explicações gramaticais no corpo do texto. Isso porque cada vez mais entendemos que a morfologia e a sintaxe devem adentrar a sala de aula a serviço da leitura – e não a leitura a serviço da gramática, como tem sido em muitas ocasiões. (LEITE, 2016, p. 14)

Ainda que neste material a leitura receba papel de destaque, não assumindo o papel complementar, a tradução permanece com essa função de exercitar o conhecimento gramatical, passando frases coerentes ao contexto do mundo antigo do português ao latim, frases como “Augusto foi maior do que muitos, mas Júpiter foi verdadeiramente o maior e o melhor” (LEITE, 2016, p. 76). Isso demonstra que há, sim, um avanço na metodologia, dando enfoque a competências diferentes, mas, mesmo em obras mais recentes, o ensino de latim, ao

menos no Brasil, ainda se volta para a leitura de textos clássicos, a fim de para desenvolver competências linguísticas e gramaticais da recepção escrita da língua, pondo em segundo plano o potencial da tradução e da versão para o latim.

Por outro lado, como já mencionamos antes, a longa permanência do latim como língua escolar, voltada nas últimas décadas, quase que exclusivamente para a leitura de textos clássicos, não impediu que o seu uso extemporâneo, por escrito ou oral, se mantivesse vivo. Há registros de congressos e seminários de imersão para latinistas²², nos quais os participantes são orientados a fazer uso exclusivo do idioma para qualquer finalidade de comunicação, que envolve a leitura e o debate de poemas e textos clássicos, mas também a comunicação sobre temas da atualidade. Embora tais contextos possa gerar uma expectativa sobre a produção de vocabulário em ambientes como esse, não há registros de pesquisas que tenhamos encontrado que permitam a análise dos neologismos em face dessas atividades.

Sobre essas experiências de uso extemporâneo do latim, Minkova e Tunberg descrevem (2018, p. 160-161) o funcionamento de um desses encontros. Inicialmente, os alunos recebem cinco ou seis passagens não adaptadas ou modificadas de autores em latim, sobre as quais eles devem realizar interpretações, debates e adaptações para outros gêneros, como o teatro, sempre com o dicionários e manuais de conversação à disposição. Em outro grupo de atividades, devem discutir acerca de imagens diversas – desde obras de arte famosas até tirinhas humorísticas – e criar histórias ou diálogos a partir delas. Este último grupo poderia ser o mais promissor das atividades para o interesse neológico se essas tirinhas compreendessem produções modernas, com elementos verbais da atualidade, mas não havendo estudos, é difícil discutir, em que medida, um vocabulário neolatino seria explorado nessas atividades.

No entanto, o que se sabe é que até mesmo a preocupação com a pronúncia retoma os séculos passados, como “a maioria dos falantes de latim hoje em dia parece ser a favor da chamada pronúncia ‘restaurada’ (com níveis diferentes de atenção a detalhes) ou a pronúncia italiana eclesiástica” (MINKOVA; TUNBERG, 2018, p. 156), isto é, o uso desse latim ativo, extemporâneo e relativamente moderno, busca muitas vezes uma reconstrução do modelo clássico, o que de modo algum configura um problema, apenas reforça a noção de que o latim

²² Vide os americanos Turnberg e Minkova (<http://mcl.as.uky.edu/latin-institute>) e outro como a organização italiana *Academia Latinitati Fovendae* (<https://academialatinitatifovendae.com>).

contemporâneo, na verdade, é uma variedade daquele latim escrito e literário – talvez com algumas licenças para uso de palavras extemporâneas e ele – já que “as normas da expressão ‘correta’ (isto é, canônica) em latim não estão evoluindo como as das línguas vernáculas evoluem, e sim são definidas pelos textos” (MINKOVA; TUNBERG, 2018, p. 157). Esse latim escolar, usado nessas práticas ativas, com incremento de vocabulário neolatino, moderno, assemelha-se, quanto à proposta, ao latim das traduções de obras modernas. Do mesmo modo que essas práticas de latim vivo poderiam ser concebidas como auxiliares para a aprendizagem do latim clássico (ainda que com finalidade de leitura de textos clássicos), também traduções de obras modernas, como *Regulus*, podem também ser concebidas tendo em vista representarem material auxiliar para o ensino “sério” do latim.

2.4.2 Traduções para qual latim?

Hosington (2014, p. 1) define que a contribuição dos tradutores de neolatim ao longo do tempo assumiu quatro formas mais significativas: os tratados teóricos sobre tradução; comentários abundantes em cartas e materiais paratextuais que acompanhavam edições e traduções; tratados educacionais promovendo o papel da tradução de latim nas instruções linguísticas; e um *corpus* de tradução do e para o neolatim.

Sobre a primeira categoria, a autora expressa que, em tais trabalhos, havia uma relação forte entre a retórica e a tradução, sendo que a primeira fornecia um modelo hermenêutico para a segunda (HOSINGTON, 2014, p. 1). Como resultado, “os humanistas e os teóricos que seguiam seus passos deram devida consideração a questionamentos, não apenas sobre o que traduzir, mas também sobre como traduzir” (HOSINGTON, 2014, p. 1-2). Em *De interpretatione recta*, o escritor, político, filólogo, filósofo, historiador, professor de retórica e tradutor do século XIV, Leonardo Bruni, afirma que “toda a natureza da tradução consiste em que o que tenha sido escrito em uma língua seja traduzido corretamente a uma outra. Ninguém, porém, que não possua muito e grande domínio de ambas as línguas pode fazê-la corretamente. (BRUNI, 2011, p. 21). O autor segue dizendo que

Ninguém, pois, que não tenha lido, penetrado, revolido por todos os lados e compreendido todos eles pode entender a força e os significados das palavras, especialmente quando Aristóteles mesmo e Platão foram, como eu diria, os maiores mestres das letras e usaram de um elegantíssimo modo de

escrever de antigos poetas e oradores e historiadores cheios de ditos e sentenças, onde aparecem frequentemente tropos e figuras de linguagem, que significam uma coisa literalmente, ou outra segundo o costume preestabelecido. (BRUNI, 2011, p. 21)

Portanto, a leitura contínua dos filósofos, oradores e poetas era essencial para a realização de uma tradução correta para o latim. Isso porque entre o significado das palavras e o uso já se percebia um afastamento que, ao leitor inculto e inexperiente, poderia provocar erros tão grandes de interpretação, chegando esse a entender “exatamente como se desejasse aquilo que se rejeita, e se tiver que traduzir me dirá o contrário do que contém a obra da qual traduz” (BRUNI, 2011, p. 22)

Além de ser dotado de uma bagagem de leitura de gêneros e autores clássicos variados dentro da língua, ainda seria esperado que o tradutor “possua de tal forma a língua para a qual quer traduzir que, de certo modo, a domine e a tenha toda em seu poder; que, quando uma palavra tiver de ser transferida por outra palavra, não a mendigue ou a tome emprestada ou a mantenha em grego por ignorância da língua latina” (BRUNI, 2011, p. 24). Isto é, a boa tradução para o latim deveria contar com um domínio da língua capaz de dispensar estrangeirismos, mas como isso é possível quando o domínio da língua não basta? Quando nem mesmo falantes nativos, as legítimas testemunhas da língua, como Cícero, seriam capazes de encontrar a palavra certa por não saber do que se trata o vocábulo original?

Em se tratando da tradução de textos modernos para o latim, diante da necessidade de expansão do léxico latino para abrigar as evoluções das línguas contemporâneas, a consulta a escritores da era clássica ainda poderia ser considerada o caminho para uma tradução correta? Bruni (2011) discute traduções ocorridas até o século XV, quando o propósito das traduções do neolatim não era diferente dos propósitos de nenhuma outra tradução, servindo para levar a uma nova audiência trabalhos escritos em uma linguagem que a maioria não podia entender (HOSINGTON, 2014, p. 14); mas que ainda eram produzidos em um contexto semelhante. O processo que ocorre nas traduções de textos modernos para o neolatim não passa por esse mesmo crivo, nem possui o mesmo propósito.

De fato, com a tradução de uma obra como o *Le Petit Prince*, não se quer levar a essa nova audiência trabalhos escritos em uma língua que a maioria não entende: esses livros, como é o caso da obra em questão, já estão escritos em línguas que a maioria entende. Como não há audiência falante de um latim materno que queira ler essas obras escritas em francês,

inglês ou português, o propósito de traduzir para latim seria levar, a essa audiência interessada na cultura latina, obras que já são conhecidas, já foram acessadas ou o podem ser com facilidade, mas em uma língua na qual não é comum encontrar esses escritos, ampliando assim, o próprio repertório literário em latim. O que ganha destaque nesses trabalhos não é o conteúdo, mas a língua, que precisa estar revitalizada para comportar essas traduções e é o principal chamativo para a leitura de *Regulus*.

A consulta a escritores da era clássica para deles retirar todo o vocabulário, somente seria o caminho necessário da tradução, se estratégias domesticadoras fossem empregadas no processo, o que pode descaracterizar o texto original. Caso estratégias estrangeirizadoras ou aquelas que buscam o meio termo entre os dois extremos forem adotadas, a consulta aos clássicos já não solucionaria todas as questões, já que os escritores dessa era não poderiam oferecer todos os recursos necessários, pois tais recursos lhes eram desconhecidos. Ocorre, então, em traduções como o *Regulus*, a ampliação e a abertura de horizontes. Amplia-se a estrutura do latim ao mesmo tempo que se abre margem para a criação de novas possibilidades lexicais, com a proposição de um novo vocabulário para expressar um novo ideário.

Isso parece, portanto, contrariar a posição segundo a qual a única legítima expressão latina seria aquela dos seus falantes “nativos”, segundo a qual o estudo do latim deveria, necessariamente, ligado à sua cultura original, em que essa língua era “natural”:

Não se pode, de fato, pensar no estudo de uma língua em separado da cultura que a justifica como natural. E isso vale para qualquer língua. Em se tratando de um idioma antigo como o latim, para entendê-lo como um idioma como qualquer outro – a despeito de não ser o de uso corrente de nenhum falante da atualidade – a necessidade de ancorar seu estudo no conhecimento da cultura à qual pertence mostra-se ainda mais evidente. Isso se deve ao fato de haver uma gigantesca ruptura espaciotemporal entre a vida contemporânea e uma manifestação legítima da língua latina. (LONGO, 2014, p. 176)

Ainda que concordemos com Longo (2014) que levar em conta o horizonte cultural de um sistema linguístico seja condição para seu aprendizado, não podemos ignorar que, na prática, o latim se manifesta, desde sempre, em produções extemporâneas, que se afastaram cada vez mais do núcleo clássico. Negar essa possibilidade seria ignorar a existência de uma longa tradição de uso do latim clássico em eras pós-clássicas, até os dias atuais. Não se

pode dar as costas para esse fenômeno. O fato é que o latim, talvez de forma singular, continuou a dar sentidos em épocas em que ele não mais era aprendido como língua materna.

Assim, essa ruptura entre a vida contemporânea e a manifestação linguística não seria, por si mesmo, elemento que justifique a impossibilidade das traduções, mas é justamente um ponto que demonstra a revitalização da língua e que desafia o tradutor e leitor moderno.

Assim, entendemos o latim como

[...] uma língua viva, produtora de sentidos por intermédio dessa literatura, que permanece em interlocução com os sujeitos da nossa longínqua contemporaneidade, toda vez que novas perspectivas de compreensão e ação no mundo são suscitadas por intermédio da leitura, apropriação ou crítica de seus discursos. (FORTES, 2013, p. 12)

Isto é, a ocorrência de textos traduzidos para o latim, bem como a leitura dos clássicos e dos discursos da língua acabam por fundar uma atualização legítima do idioma. É desse modo que produções como o *corpus* definido para esse trabalho ampliam horizontes de compreensão da própria língua latina em sua longa espessura histórica. O que está em jogo, portanto, é compreender como esses novos signos oriundos de culturas posteriores – como a moderna – entram em jogo e podem fazer sentidos em latim.

Rodríguez (2016, p. 270), ao pesquisar sobre traduções para o galego, considerada uma língua minoritária e periférica em relação ao espanhol, pondera, por exemplo, que a análise do *corpus* revela uma tendência a estratégias domesticadoras em traduções para o galego, enquanto traduções para o espanhol recebem um manejo estrangeirizador, isso porque “para uma língua minoritária, estratégias de fluência podem representar a chave progressiva para sua sobrevivência”²³ (CRONIN, 2010, p. 250). Por esse ponto de vista, o que se considera a revitalização é o resgate e a preservação do sistema linguístico. A preocupação em transmitir as informações do texto original, a partir dos recursos existentes em um idioma, permite que, pela domesticação, a língua seja explorada e trabalhada para atingir um uso mais potencial, sendo recuperados elementos pouco utilizados ou sendo feitos arranjos diferentes e inovadores entre itens lexicais para comunicar a ideia desejada que é pouco usual naquela língua.

²³ Tradução nossa. “for a minority language, fluent strategies may represent the progressive key to their survival” (CRONIN, 2010, p. 250)

Discordando parcialmente do posicionamento de Rodríguez, Ožbot (2016, p. 280) já considera que as culturas periféricas, que costumam carecer de traduções mais que culturas centrais, tendem a admitir abordagens mais plurais de tradução, inclusive a estrangeirização, ao passo que as culturas centrais apresentariam uma tendência maior à domesticação por se considerarem relativamente autossuficientes. A visão da autora assume a possibilidade de relativizar quando necessário, já que

[...] domesticação não significa necessariamente domesticação *radical*, já que em diferentes textos-alvo, vários elementos da cultura fonte (como nomes próprios, nome de lugares, e outras referências culturais específicas) foram preservadas em um grau menor ou maior, mas a abordagem geral é caracterizada por tentar estabelecer uma instância, escolhendo formas poéticas e recriando padrões rítmicos familiares para o público-alvo, bem como fazendo escolhas sintáticas, estilísticas e retóricas orientadas para o alvo. (OŽBOT, 2016, p. 281, tradução nossa)²⁴

No caso das traduções em latim, elementos como nome de lugares e referências culturais específicas podem representar os maiores desafios, havendo possíveis estratégias a serem investigadas mais a frente. São os métodos de resolução desses entraves que, para Ožbot, podem ser recriados de acordo com a língua-fonte – preservando-os em grande escala –, ou com a língua-alvo – preservando-os em menor escala –, que funcionarão em prol da revitalização da língua.

Em síntese, indo na contramão do âmago da revolução humanista, que buscava a purificação do latim, resta nesta pesquisa identificar e reconhecer as marcas da contemporaneidade desse que, hoje, permite traduzir uma obra contemporânea do francês. Os meios utilizados para isso podem ir de estrangeirismos e empréstimos a neologismos, revitalizando a língua a partir da sua atualização, de sua ativação, por meio de um processo continuado e moderno de formação de palavras. Resta saber como isso ocorre, o que mostraremos, acerca de grupos vocabulares, nos dois próximos capítulos.

²⁴ Cf.: “domestication does not necessarily mean *radical* domestication, since in different target texts, various elements of the source culture (such as personal names, place names, and other culture-specify references) have been preserved to a smaller or larger degree, but the overall approach is characterized by trying to establish instance, by choosing poetic forms and by recreating rhythmic patterns familiar to the target audience as well as by making target-oriented syntactic, stylistic and rhetorical choices.” (OŽBOT, 2016, p. 281)

3 ANÁLISE DOS VOCÁBULOS TRADUZIDOS

Neste capítulo, dedicamo-nos aos estudos sobre as escolhas tradutórias adotadas por Augusto Haury, ao transpor, para o latim, a obra francesa *O Pequeno Príncipe*(1943), de Antoine Saint-Exupéry. Seleccionamos três vocábulos que não possuíam um correspondente próprio no latim, seja pela inexistência do referente no período referente ao latim literário, ou pela falta de especificidade ao tratar do objeto em questão. *Machina*, *stella* e *mons* foram os termos separados, devido ao fato de apresentarem polissemia ,havendo, respectivamente, 12, 36 e 11 ocorrências destacadas para análise, a partir do critério de pluralidade na construção dos enunciados, tendo sido descartadas sentenças com configurações semelhantes.

Em seguida, apresentamos a análise a partir da organização e agrupamento das sentenças em quadros cotejando o original em francês com a tradução para o português e para o latim, a fim de proporcionar uma visualização facilitada do termo. Metodologicamente, assumimos principalmente a Linguística de *Corpus*, fundamentando a pesquisa no que Berber Sardinha (2010) aponta acerca da linguagem como sistema probabilístico (cf. seção 3.1.1). Ao dispor as sentenças em quadros, foi possível ver as palavras que aparecem com maior frequência junto aos termos destacados, de modo que se observa o uso típico da língua. Destacamos esses vocábulos acompanhantes diferenciando-os por cores de acordo com o valor semântico que cada um apresenta, visto que tal fator é relevante para o sentido assumido pela palavra analisada.

A partir desse parâmetro, vimos quais foram os termos utilizados para referenciar os objetos estudados e investigamos as sentenças nas quais os signos apareciam, analisando as estratégias lexicais empregadas pelo tradutor. Assim, apuramos os outros sentidos, além do inicial, que são levantados pelos vocábulos, e, com apoio em um método comparativo, aplicamos uma análise entre as versões com base na observação de grupos semânticos formados a partir do uso típico da língua, isto é, de palavras que acompanham certos empregos de um vocábulo.

Entendendo que a tradução pode ter sua forma determinada por circunstâncias causadas pela distância temporal entre o contexto da obra original e o contexto do momento da tradução, a obra escrita em meados do século XX, ao ser relacionada a uma língua que teve

seu ponto de consolidação antes mesmo dos meados do primeiro milênio, entre o século III e IV, pode apresentar dificuldades para sua tradução que devem ser ressaltadas.

Reconhecendo a relevância dos efeitos da separação temporal, como Even-Zohar (2013) bem desenvolve, para a tradução dessa obra, e baseando a pesquisa nos pontos de vista da Teoria dos Polissistemas e na necessidade de transposição de coerência intra e intertextual (REISS; VERMEER, 1984), entendemos que, para que um texto moderno faça sentido quando traduzido para uma língua clássica como o latim, é preciso um certo trabalho sobre as adequações culturais entre os polissistemas envolvidos. Dentre os vários elementos que postulam uma transferência cultural, destacamos, nesta análise, a passagem, para o latim, de vocábulos como “avião”, “planeta” e “vulcão”.

As palavras que servem para representar objetos modernos naturalmente encaram desafios quando são observadas pela teoria dos polissistemas, visto que, culturalmente, uma aeronave de propulsão a motor que é sustentada no ar por meio de asas e que serve para transporte de pessoas ou de cargas, por exemplo, pertence ao polissistema francês do século XX, bem como é compartilhada até os tempos atuais com a cultura de outras comunidades, sendo identificada, sem dificuldades, por meio de um conceito: “avião”.

No entanto, signos para esses referentes não existem no polissistema da cultura clássica latina, uma vez que descrevem conceitos e objetos que não foram inventados até que as línguas românicas já estivessem totalmente estruturadas e separadas de sua matriz latina. Por essa razão, admitindo o desafio de transpor palavras referentes a objetos tão familiares a um polissistema, para o vocabulário de uma língua cujo polissistema não o reconhece, realizamos uma análise de trechos que nos permitem avaliar o processo tradutório desses casos.

3.1 OS SENTIDOS LEVANTADOS A PARTIR DE *MACHINA*

A primeira palavra explorada envolve a tradução para o objeto “avião”. Durante a leitura, identificamos que a palavra utilizada por Haury para representar esse conceito foi *machina*, o que gera um encadeamento de ideias arriscado para a leitura da obra como um todo. Identificamos também que o número de vezes que o conceito foi evocado no texto-fonte

não corresponde à quantidade de vezes que o vocábulo latino selecionado pelo tradutor aparece em *Regulus*.

Foram ao todo registrados 12 episódios do termo *machina*. Com base nessas ocorrências, observamos certas implicações semânticas de interesse para os propósitos da pesquisa e, com isso, destacamos alguns desses episódios. A seleção de alguns trechos em detrimento de outros, deu-se com base na diversificação da construção das sentenças, isto é, foram selecionadas as frases que apresentavam enunciados compostos por uma combinação diferente de palavras, preservando o sentido ou alterando-o em algum grau.

O enredo de *Regulus* trata de um avião que, após passar por problemas mecânicos, ficou preso no deserto, onde encontrou o pequeno príncipe. No primeiro momento em que a palavra *machina* aparece, o personagem do avião está fazendo relatos sobre si, e é quando fala a respeito de sua profissão:

<p>(1) Aliam igitur artem necessario elegi et volucres machinas regeredidici. Hac illa toto terratum orbe volavi ac geographia, fateor, mini multum profuit. (p. 2)</p>	<p>J'ai donc dû choisir un autre métier et j'ai appris à piloter des avions. J'ai volé un peu partout dans le monde. Et la géographie, c'est exact, m'a beaucoup servi. (p. 6)</p>	<p>Tive pois de escolher uma outra profissão e aprendi a pilotar aviões. Voei, por assim dizer, por todo o mundo. E a geografia, é claro, me serviu muito. (p. 10)</p>
--	---	---

Fonte: *Regulus* (2001); *Le Petit Prince* (1943); *O Pequeno Príncipe* (1984)

Assim, a palavra surge para suprir a necessidade de fazer referência ao objeto avião. Embora a temática e o interesse por criação de objetos que voassem já fosse presente nos tempos antigos, quando o grego Arquitas de Tarento, nascido no século IV a.C, projetou um mecanismo que pudesse voar artificialmente, foi apenas em 1906 que o primeiro avião, como conhecemos atualmente, alçou voo com Santos Dumont (FERREIRA, 2021, s.p.). A palavra, então, que surge consolidada como um neologismo para fazer referência a esse objeto do século XX, deveria encontrar certos obstáculos ao ser transposta para o latim. Isso porque, evidentemente, o objeto em questão não existia; entretanto, poderiam os meios para a criação da palavra, no século XX, serem replicados ou adaptados aos elementos existentes no mundo antigo?

Entende-se que a palavra *avion*, em francês – e *avião*, em português – deriva de *ave*, havendo uma metáfora entre o meio de transporte voador e um pássaro grande. Esse processo de buscar, em uma palavra já existente no repertório, uma fonte para significar novos referentes é explicada por Even-Zohar, que diz que “novos elementos são retraduzidos, por assim dizer, a termos antigos, impondo desse modo funções anteriores a portadores novos, antes que mudar funções” (EVEN-ZOHAR, 2013, p. 14). Por analogia, a função – ou capacidade, por assim dizer – de voar da *ave* fora transferida para dar nome ao *avião*. Por essa razão, era esperada a possibilidade de que o termo em latim encontrasse alguma relação com o substantivo *avis*, *-is*, o qual designa também “ave”. A etimologia da palavra usada para nomear o objeto poderia ser uma pista na criação do termo adequado durante o processo de tradução, contudo o tradutor optou por outra palavra: *machina*, *-ae*, já existente no léxico latino, mas que não compartilha relação alguma com o processo de criação da palavra utilizada pelas línguas modernas para nomear o objeto.

Voltando à análise do trecho, ao dizer que o personagem aprendeu a “pilotar aviões”, tanto em português como em francês, fica claro, ao leitor dos séculos XX e XXI, do que se trata, pois aviões já são elementos familiares ao polissistema. Essa clareza não se mantém no trecho em latim, o qual diz *volucres machinas regere didici*. Seria necessário, ao menos, uma contextualização para um leitor de latim contemporâneo à língua, ou a um leitor dos séculos XX e XXI que nunca tivesse lido a obra original, afinal a tradução permite interpretações menos específicas que nas demais línguas, como se pode perceber no quadro a seguir:

Quadro 3 – Acepções dos termos analisados

Termo em francês	Significado em português	Termo em latim	Significado em português
appris a	aprender a	<i>didici</i>	Aprender, instruir-se, estudar
piloter	pilotar, conduzir	<i>regere</i>	Levar para trás, tornar a levar, retirar, levar, transcrever, consignar, lançar sobre, replicar, reenviar
des avions	os aviões	<i>machina</i>	Invenção, maquinação, máquina, engenho, andaimes, plataforma, expediente, meios, esforços, artificios, invenção; um mecanismo grande, aparato, máquina; uma máquina para levantar ou mover pesos; uma máquina para derrubar paredes; plataforma onde escravos eram expostos para venda; uma jaula; um tecido, estrutura (o tecido do universo)

Termo em francês	Significado em português	Termo em latim	Significado em português
		<i>uolucres</i>	Rápido, veloz, ligeiro, inconstante, passageiro, fugitivo, efêmero, volúvel; capaz de voar, voador, carregado pelo vento

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base no Dicionário Latino-Português e no *Oxford Latin Dictionary (OLD)*

A partir apenas das definições disponíveis no *Dicionário Latino-Português*, de Ernesto Faria (2003), e no *Oxford Latin Dictionary* (1968), podemos criar numerosas frases que não levariam objetivamente ao mesmo sentido que as frases em francês e em português levam, como “aprender a levar para trás a invenção rápida”; “instruir-se a transcrever os meios efêmeros”; “estudar como retirar a plataforma inconstante”; “aprender a levar a máquina para derrubar paredes”; entre outros. Como essa é a primeira ocorrência da palavra – o espaço de apresentação desse cenário –, o sentido “aprender a pilotar o avião” somente é acessível para leitores que estiverem inteirados quanto ao contexto da obra. Do contrário, o personagem poderia ter ofícios que variassem entre piloto, cientista ou demolidor.

Ocorre, pois, uma alteração no que Langacker (*apud* TABOKOWSKA, 2013, p. 234) chama de grau de especificidade. O texto em língua portuguesa e em francês é capaz de oferecer ao leitor uma leitura que na escala de especificidade está mais apurada, enquanto o texto em latim reduz seu grau, sendo bem menos específico, e talvez até mesmo pressupondo familiaridade do leitor com o universo cultural de *O Pequeno Príncipe*. Como consequência, há também a possibilidade de uma compreensão ampla e polivalente da ocupação “reger máquinas”, pondo de modo indeterminado o sentido de *máquina*, abre-se margem para um profissional que saiba conduzir um número indefinido de máquinas, as quais, por sua vez, também podem ser de quaisquer tipos: carros, trens, navios, aviões, etc.

Em virtude da questão da vagueza do termo *machina*, escolhido na tradução, podemos perceber a estratégia de especificação obrigatória para tentar amenizar a ausência de um substantivo único para o referente. Essa estratégia faz parte de uma das formas de adição que podem ser legitimamente incorporadas à tradução, de acordo com Nida (1964, p. 222), atuando por meio do acréscimo de uma palavra a fim de solucionar ambiguidades na língua-alvo. O adjetivo equivalente ao latino *uolucris* não está presente nem no texto-fonte, nem na tradução para português. Isso acontece porque com uma única palavra (*avião* ou *avion*) é

possível dar conta do objeto e de sua capacidade de voar, mas, com a palavra escolhida para significar o referente em latim, esse mesmo resultado não é obtido. Quando isso ocorre no processo de tradução, é necessário acrescentar vocábulos para se tentar alcançar uma compreensão menos ambígua ou vaga do termo.

Ao dizer *machina uolucris*, o tradutor está tentando excluir algumas espécies de máquinas, a partir da modificação do substantivo pela caracterização de algo que voa ou que é veloz. Ao ler *machina uolucris*, o leitor pode imaginar agora um avião, helicóptero, zepelim, teleférico, balão, entre outros. Com isso, ainda que haja uma diminuição no grau de especificidade proposto por Langacker, o tradutor busca meios para compensá-la, por meio da adição de um termo inexistente, no texto-fonte, que possa suprir o significado perdido no processo de tradução.

A segunda ocorrência do termo ocorre na página seguinte, quando o personagem está narrando a ocasião em que sofrera de uma pane no deserto. Neste ponto da história diz-se que:

(2) Fractum erat aliquid in compagibus illis quae machinam movebant. (p. 3)	Quelque chose s'était cassé dans mon moteur. (p. 8)	Alguma coisa se quebrara no motor. (p. 11)
--	--	---

Fonte: *Regulus* (2001); *Le Petit Prince* (1943); *O Pequeno Príncipe* (1984)

Por comparação, a frase em francês, que diz “alguma coisa estava quebrada no meu motor” transforma-se em “alguma coisa estava quebrada naquelas articulações as quais moviam a invenção”. Dessa forma, a palavra *machina*, aparece agora para fazer parte de um sintagma bem maior: articulações que movem a invenção, o qual serve para explicar de modo mais preciso o que é o motor, isto é, em vez de criar uma palavra para nomear o objeto motor – que não existia até o século XIX – em latim, faz-se uso de uma perífrase.

O tradutor vale-se também do recurso chamado *zooming*, que Tabakowska (2013, p. 234) explica como sendo uma forma de tratar algo a partir de uma parte sua. A autora dá como exemplo as penas, que são parte de asas, que são parte de pássaros. No processo de tradução, o que originalmente podia ser escrito como um pássaro poderia ser tratado dando ênfase às asas ou às penas, cabendo ao leitor preencher a lacuna de sentido para entender que as asas representavam o pássaro. Um processo semelhante deu-se nesse trecho, visto que um

motor contém uma junção de peças, e a escolha do tradutor foi a de tratar o objeto maior do texto-fonte por (i) partes menores e (ii) função no texto-alvo.

Desse modo, caberia ao leitor que realiza a leitura em latim sem conhecimento do texto na língua-fonte, entender inicialmente que a invenção que foi apresentada na página anterior possui articulações internas, e, a partir desse trecho, inferir que essas articulações ou junções, que, de acordo com a informação dessa página, tiveram alguma peça quebrada, funcionam como um motor para o objeto, sendo responsável por movê-lo. Esse trecho é mais uma pista que corrobora a sensação de uma leitura menos específica que a propiciada em línguas modernas como o francês ou o português, visto que, na primeira ocorrência, *machina* corresponde ao avião; na segunda, compõe um sintagma utilizado para corresponder ao motor, levando em consideração que *avião* não foi mencionado na obra original, bastando enunciar *moteur* para que o leitor, imerso no polissistema francês do século XX, compreendesse a relação entre um objeto e outro.

A terceira ocorrência de *machina* também gira em torno do motor do avião, apenas com uma alteração na forma verbal de *mouere*. Na sentença anterior, ao referir-se ao motor, o tradutor optou por escrever *compagibus illis quae machinam movebant*, com o verbo conjugado na terceira pessoa do plural do pretérito imperfeito do indicativo, dizendo “as articulações que moviam a máquina”. Em *compages illas machinam moventes*, a forma verbal assume o particípio presente para dizer “máquina móvel” ou “máquina que pode se transportar”, o que, embora seja bastante semelhante quando se trata do sentido para leitores que conhecem o objeto avião, não influem necessariamente para o mesmo sentido, para leitores que não estivessem adequadamente inteirados.

(3)	Tum ego, qui moras graviter ferrem – nihil enim mihi antiquius erat quam ut compages illas machinam moventes dissolvere inciperem – imagine hac exarata verba haec contorsi: (p. 6)	Alors, faute de patience, comme j’avais hâte de commencer le démontage de mon moteur , je griffonnai ce dessin-ci. Et je lançai: (p. 11)	Então, perdendo a paciência, como tinha pressa de desmontar o motor , rabisquei o desenho ao lado. E arrisquei: (p. 14)
-----	--	---	--

Fonte: *Regulus* (2001); *Le Petit Prince* (1943); *O Pequeno Príncipe* (1984)

Uma “invenção móvel” não corresponde integralmente a uma invenção que seja movida por articulações, afinal, não há pistas linguísticas suficientes para que o leitor entenda que essas articulações fazem parte da invenção e são responsáveis pelo caráter móvel da máquina. Isto é, *articulações que movem uma máquina e uma máquina que pode se transportar* podem ser objetos diferentes.

A quarta aparição da palavra *machina* é novamente para referir-se ao avião como um todo, não a uma parte dele. Ocorre quando é dito:

(4)	Haec non res est – volat enim – sed volucris quaedam, mea volucris machina . (p. 7)	Ce n'est pas un chose. Ça vole. C'est un avion . C'est mon avion . (p. 13)	Não é uma coisa. Aquilo voa. É um avião . O meu avião . (p. 15)
-----	--	--	---

Fonte: *Regulus* (2001); *Le Petit Prince* (1943); *O Pequeno Príncipe* (1984)

Essa ocorrência mantém a lógica estabelecida na primeira vez em que *machina* aparece. A junção do substantivo *machina* com o adjetivo *volucris*, cria o substantivo “máquina alada” ou “máquina que voa”, que nesta obra, pelas duas aparições, corresponde ao objeto “avião”. Há ainda uma outra compreensão diante da palavra sendo um substantivo composto, formado por *machina* mais o substantivo *volucris*, o qual significa “ave”. Nesse caso, seria como se estivesse sendo dito algo como “ave máquina”, mas como essa seria uma construção incomum, a tendência é realizar a leitura de *volucris* como adjetivo.

As próximas ocorrências destacadas de *machina* apresentam certas controvérsias diante do que já fora estabelecido nos primeiros episódios da palavra. O tradutor fez as seguintes colocações:

(5)	Ceterum id temporis animo intentissimo experiebar ut cnodacem in ipsis machinae nervis nimis haerentem elicerem. (p.19)	J'étais alors très occupé à essayer de dévisser un boulon trop serré de mon moteur . (p. 28)	Estava ocupadíssimo naquele instante, tentando desatarraxar do motor um parafuso muito apertado. (p. 28)
(6)	Vir qui in machina insistit ipse nescit. (p. 64)	L'homme de la locomotive l'ignore lui-même, dit l'aiguilleur. (p. 84)	Nem o homem da locomotiva sabe, disse o guarda-chaves (p. 76)

(7) Ne me dius Fidius valve festiva memoras, sed ego necdum machinam refeci nec quicquam potionis habeo: quare mihi quoque jucundum esset si ad fontem placide leniterque procedere liceret. (p. 66)	Ah! Dis-se au petit pince, ils sont bien jolis, tes souvenirs, mais je n'ai pas encore réparé mon avion , je n'ai plus rien à boire, et je serais heureux, moi aussi, si je pouvais marcher tout doucement vers une fontaine. (p. 87)	Ah! Disse eu ao principezinho, são bem bonitas as tuas lembranças, mas eu não consertei ainda meu avião , não tenho mais nada para beber, e eu seria feliz, eu também, se pudesse ir caminhando passo a passo, mãos no bolso, na direção de uma fonte. (p. 78)
---	--	---

Fonte: *Regulus* (2001); *Le Petit Prince* (1943); *O Pequeno Príncipe* (1984)

Na sentença (5), o narrador está se referindo ao motor novamente mas, dessa vez, embora em francês e em português o termo utilizado mantenha-se inalterado, em latim, há uma alteração. Nas ocasiões anteriores em que o texto-fonte citava o elemento “motor”, no texto-alvo constou a construção perifrástica formada pelo conjunto *compages + illas + quae + machina + mouere* ou *mouens*, porém, na ocorrência da página 19, o tradutor utilizou o termo *neruis*, gerando um significado também funcional para o termo, mas em uma construção inédita na obra.

O substantivo latino *neruus* possui algumas definições que poderiam ser úteis para o contexto em que foi inserido no livro. Ernesto Faria (2003, p. 642) apresenta as seguintes acepções para o vocábulo:

neruus, -i subs. m. I – Sent. próprio: 1) Tendão, nervo, músculo 2) Membro viril 3) Corda de um arco 4) Corda de um instrumento de música 5) Correia, látego, couro 6) Instrumento de suplício com que se peavam os criminosos, primeiramente feito de cordas e, depois, de cadeias de ferro 7) ferros, prisão II – Sent. figurado: 8) Nervos, força 9) Energia, vigor 10) parte essencial de uma coisa, nervo 11) Chefe

Enquanto o *OLD* (1968, p. 1173) apresenta como definições:

neruus (~os) ~i, m 1 A sinew, muscle, nerve, or sim. of the body; ~os *incidere* or *succidere*, to cut the hamstrings. **b** (obsc.) the penis. **c** (in plants) a fibre. (...) **2** Animal tendon, etc., used as a material (...) **3** A string or cord made from such material: **a** a bow-string; also, the cord in a ballistic engine. **b** the string of a musical instrument; (pl., sts. Standing for stringed instruments). **c** a string by which a puppet is moved. (...) **4** Some kind of apparatus for securing the feed or necks of prisoners. **bin ~o, in ~um, de~o,** in, into, out of custody (...) **5** (pl., transf.) That which gives strenght or

vitality to a thing, ‘sinews’ (...) **6** (pl.) The sinews as the seat of a person’s strength and vigour, physical powers; esp.)often fig.), ~os *intendere* or *contendere*, to strain all one’s powers; *omnibus ~is contendere, incombere*, etc., to strive with all one’s might. **b** sexual powers, virility (...) **7** (pl. transf.) Power, resources (political, military, or sim.). **b** literary abilities, talents (...) **8** (pl.) Strength of mind or purpose, energy, determination, etc. (...) **9** (pl.) Stylistic vigour.

Entendendo o motor como uma parte essencial do avião, responsável por sua força motriz, figurativamente nomeá-lo como seu nervo faz sentido e cumpre a função de referenciar o objeto a partir de uma palavra, retraduzindo-a a termos antigos. A questão que se coloca é referente ao padrão estabelecido pelo tradutor.

Se já fora posto que “motor” seria representado pelo conjunto *compages + illas + quae + machina + mouere* ou *mouens*, o que levou o tradutor a realizar a troca por *neruus*? O questionamento gerado por essa mudança apoia-se na possível confusão que isso pode provocar nos leitores: como saber que *compages illas quae machinam movebat* e *nervus* possuem o mesmo referente? Para isso, seria necessário acionar outros mecanismos de análise, observando, por exemplo, padrões a partir de palavras que acompanham o vocábulo – como será tratado na próxima seção –; ou seria preciso que o leitor fizesse sozinho as associações.

Para esse caso, o leitor deve preencher as lacunas seguindo uma linha de raciocínio que parte do momento em que ele se recorda de que havia um problema no motor, referenciado como “articulações que moviam a máquina”, conectando essa informação ao fato de que, nesse ponto da história, o personagem estava tentando desatarraxar um parafuso dessas mesmas articulações, agora referenciadas como *nervo*, ou *força da máquina*. Esse é um trabalho de associação que não existe nas leituras realizadas em português, tampouco na obra original francesa.

Em (6), o problema de tradução ocorre porque o leitor se depara com o trecho em que um outro personagem, o guarda-chaves, ao conversar com o pequeno príncipe, afirma não saber o que os passageiros de um trem estariam procurando por estarem com tanta pressa. Para dar ênfase, o guarda-chaves diz que “nem o homem da locomotiva sabe”. A única informação dada antes desse trecho é “Eu divido os passageiros em blocos de mil, disse o guarda-chaves. Despacho os trens que os carregam, ora para a direita, ora para a esquerda” (p. 74), então sabemos que “locomotiva” faz referência ao trem que fora mencionado de forma breve anteriormente. Para leitores de português e francês, não existem grandes confusões ao

ler o vocábulo *locomotiva*, mas para leitores de latim, esse trecho pode representar um outro ponto de confusão.

Em latim, o trecho (6) traduzido diz algo próximo a “o próprio homem que anda na máquina não sabe”. Há dois pontos que geram insegurança na interpretação: o primeiro é a escassez de informações. O leitor atento entenderia que essa máquina em questão é o trem, mas não se pode excluir o fato de que houvera apenas uma única menção a esse referente antes disso, de modo que *máquina* representa uma informação pouco específica. Além disso, o termo *trem* fora referenciado de forma diferente. Anteriormente, para traduzir o vocábulo, optou-se pela construção *tracta uehicula*, a qual foi construída pela união entre o substantivo *uehiculum*, que significa “meio de transporte, veículo, carro ou carruagem”, e o adjetivo *tractum*, o qual significa “arrastado, seguido, extenso, que se prolonga, que é arrastado”. Havendo, portanto, sido realizado um acordo entre tradutor e leitor: *tracta uehicula* seria a forma de referenciar o trem em latim.

Com o excerto (6), há uma ruptura na lógica estabelecida. Tendo sido feito um pacto no qual *machina* corresponderia a “avião” e *tracta uehicula* a “trem”, tratar o trem por *machina* é aceitar o risco de que os leitores se confundam. O ideal seria permanecer diferenciando-os por substantivos particulares para cada um, conforme é feito em língua portuguesa e em francês. Embora tanto o avião como o trem sejam hipônimos pertencentes ao grupo de “veículo” ou “meio de transporte”, na obra original não há o interesse em tratá-los por hiperônimos, sendo sempre regular o uso de *avião*, *avion* para “avião” e a dupla *trem-locomotiva*, *train-locomotive* para “trem”. Em latim não há esse pacto com o leitor, podendo *machina* ser “avião” ou “trem”, e “trem” podendo ser *machina* ou *tracta uehicula*.

Se ao menos o tradutor optasse por sempre referenciar o avião a partir da combinação entre *machina* e outro termo que o adjetivasse como voador, diferenciando-o de meios de transportes terrestres ou marítimos, por exemplo, eventuais conflitos de interpretação poderiam ser evitados; mas, conforme é analisado em (7), esse padrão tampouco se mantém. Na última referência ao termo *machina*, correspondendo a avião, o vocábulo é colocado sozinho, como autossuficiente. Em tradução nossa, o trecho em latim diz “mas eu ainda não restaurei a máquina”. A única pista de que o personagem está se referindo a “avião” é o contexto, o conhecimento prévio de que o personagem está lidando com problemas em seu avião, de modo que a aplicação do substantivo como objeto direto do verbo *reficere*, o qual

representa um campo semântico de consertos, reparos, etc., leva o leitor a preencher a lacuna da seguinte forma: algo não foi consertado > logo algo está quebrado > o avião estava quebrado > o avião ainda não foi consertado > *machina* equivale a “avião”.

Quadro 4 – Correspondências dos conceitos “avião” e “trem” em francês, português e latim

Conceito	Signo em francês	Signo em português	Signo em latim
“avião”	<i>avion</i>	avião	<i>machina uolucris;</i> <i>machina</i>
“trem”	<i>train; locomotive</i>	trem, locomotiva	<i>tracta uehicula;</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Sendo assim, percebemos que o signo linguístico *machina* sozinho não é capaz de suprir a necessidade de um elemento que represente “avião”, precisando de outros elementos que completem esse significado. Notamos também que a diferença entre o polissistema latino, o qual não reconhecia esse referente, gera um obstáculo para a tradução do francês *Le Petit Prince*, porque há um desencontro nesses polissistemas que precisam ser aproximados pela tradução de *Regulus*. Por mais que se busque realizar uma coerência intertextual entre os polissistemas por meio da adição de palavras que podem ajudar a especificar os termos traduzidos, ainda houve um certo grau de ambiguidade devido à preferência por manter uma coerência intratextual. Por fim, nota-se que, em vez de cunhar novos termos e neologismos que não existissem no vocabulário latino, Haury explorou o repertório já existente do léxico romano para se aproximar tanto dos significados do texto-fonte, como do polissistema da língua-alvo.

3.1.1 O uso típico da língua aplicado a *machina*

Reconhecendo então as ambiguidades em maior ou menor grau que *Regulus* gera no que diz respeito à tradução de “avião”, resta realizar uma análise mais aprofundada das sentenças em que o vocábulo ocorre, tendo como objetivo buscar padrões na construção das sentenças que possam indicar o referente mais comum para cada aplicação da palavra

machina. Berber Sardinha (2010, p. 296), ao justificar as razões para usar a Linguística de *Corpus*, aponta que

A frequência e a co-ocorrência de itens lexicais, fontes primordiais de dados da Linguística de *Corpus*, são elementos vitais do sistema linguístico. Como peças-chave da lexicogramática (BERBER SARDINHA, no prelo), respondem por características vitais do discurso, tais como a maneira como ‘as coisas’ são ditas e como são montadas em sequência todas as construções de uma língua. As pesquisas com *corpora* mostram que a linguagem é usada de modo padronizado (isto é, de modo reconhecido como ‘esperado’ ou ‘típico’ por seus usuários), com correlações entre o uso e o contexto – contextos diferentes são expressos de maneiras distintas, com suas próprias probabilidades de uso, muitas vezes ajustadas de modo bastante específico (*fine tuning*) ao contexto social, situacional, falante, período histórico etc. A isso chamamos de linguagem como sistema probabilístico (HALLIDAY, 1992; BERBER SARDINHA, 2004).

Para os propósitos dessa pesquisa, isso significa que trataremos de um contexto específico, determinado por várias condições como: 1) o *corpus* consiste em uma obra literária; 2) o contexto da obra envolve máquinas diferentes – como aviões, trens, motores, cata-ventos, roldanas; 3) o personagem principal é um aviador, que, devido a uma pane no motor de seu avião, está perdido no deserto. A partir disso, buscaremos o uso típico da língua nesse aspecto, ou seja, tentaremos perceber as pistas linguísticas deixadas pelos padrões da tradução, de modo que, ao se utilizar de uma ou de outra categoria de palavras, a construção frasal seja feita de uma maneira “esperada”, conduzindo o leitor a uma interpretação da palavra em questão, a qual pode receber mais de uma definição, e limitando a ambiguidade.

O quadro a seguir apresenta, em uma coluna, os trechos em que o vocábulo *machina* ocorre e, em outra coluna, seus correspondentes tanto na obra em língua portuguesa, quanto em língua francesa. Foram destacados os elementos linguísticos que apareceram com maior frequência próximo ao termo principal, bem como aqueles que, mesmo não sendo a mesma palavra, compartilham sentidos semelhantes. A divisão em cores foi feita para facilitar a organização desses itens acompanhantes nos grupos semânticos que serão apresentados em outro quadro.

Quadro 5 – Palavras que acompanham *machina*

	Palavras que acompanham <i>machine</i>	Referente
a)	Aliam igitur artem necessario elegi et volucres machinas regere didici	aviões/avions
b)	Fractum erat aliquid in compagibus Illis quae machinam movebant	motor/moteur

Palavras que acompanham <i>machine</i>		Referente
c)	Nihil mihi antiquius etar quam ut compages illas machinam moventes dissolvere inciperem	motor/moteur
d)	Velut cum primum volucrem machinam meam conspexit (quam machinam nom describam; forma enim ejus adeo multiplex est ut eam describere nom possim)	avião/avion — / avion
e)	Haec non res est – volat enim – sed volucris quaedam, mea volucris machina	avião/avion
f)	Ille autem non respondit: nam leniter renuens machinam meam intuebatur	avião/avion
g)	Ceterum id temporis animo intentissimo experiebar ut cnodacem in ipsis Machinae nervis nimis haerentem elicerem	motor/moteur
h)	Vir qui in machina insistit ipse nescit	locomotiva/locomotive
i)	Ego necdum machinam refeci	avião/avion
j)	Nunc tibi laborandum est et ad machinam tuam rursus profiscendum	aparelho/machine
k)	Gaudeo te quod machinae tuae deesset reperisse	maquinismo/machine

Fonte: Elaborado pela autora. (2022)

Com as informações contidas nesse quadro, percebemos que o vocábulo *machina* é acionado em três momentos distintos: (i) tendo como referente “avião”; (ii) participando do sintagma que tem como referente “motor”; (iii) tendo como referente “locomotiva”. Por análise da oração em que está inserida a palavra, notamos algumas outras que orbitam cada um dos sentidos, e dividimos os termos que carregam esses significados mais frequentes nos quatro grupos dispostos abaixo:

Quadro 6 – Grupos semânticos relacionados ao vocábulo *machina*

Grupo semântico	Palavras	Acepções que acompanha
1. Posse	meam, mea, meam, tuam, tuae	avião
2. Capacidade de movimentar-se ou voar	volucres, movebant, moventes, volucrem, volucris, volucris,	avião; motor do avião
3. Peças menores ou separadas	compagibus, compages, cnodacem, nervis	motor do avião
4. Conserto ou defeito	fractum, refeci, laborandum, deesset reperisse	motor do avião; avião

Fonte: Elaborado pela autora. (2022)

Os quatro grupos foram definidos tentando unir ideias semelhantes, como os pronomes, que, embora não sejam de mesma pessoa, indicam posse. O segundo grupo trata de movimento. O verbo *mouere* por si só já se justifica no grupo pois é a noção mais ampla tratada ali, já o adjetivo *uolucris* é uma forma de movimento mais específica. O terceiro grupo abrange ideias mais particulares, trata de peças menores ou separadas. Ao pensar no objeto “avião”, compreende-se que este é feito da combinação de várias peças, então nesse grupo encontram-se as palavras referentes aos objetos menores que compõem o avião. O último grupo, por sua vez, reúne as palavras que envolvem a ideia de conserto ou defeito. Optamos por considerar essas duas noções no mesmo grupo devido ao fato de que, se algo está sendo consertado, é porque há um defeito, aproximando as duas ideias, então, de certa forma, o agrupamento se mostra justo e pertinente. A partir dessas quatro categorias, podemos observar o uso da língua de modo mais orientado e analisar o sentido que o vocábulo principal pode transmitir na sentença.

O primeiro grupo semântico identificado diz respeito à noção de posse, já que é composto pelos pronomes possessivos *minha* e *tua*. Sabemos que os trechos em que *machina* aparece encontram, como referentes, nos textos em português e em francês, as duplas *avião - avion*, *motor - moteur*, *locomotiva - locomotive*, *aparelho - machine* e *maquinismo - machine*, mas apenas algumas dessas são determinadas pelo pronome possessivo.

Essa indicação de posse pode ser vista como uma pista linguística para diferenciar as acepções do substantivo *machina*. As duas variações do pronome – ora em primeira pessoa, ora em segunda – ocorrem apenas pela questão do ponto de vista. Sendo um dos personagens o dono do avião, quando este o menciona, trata-o por *meu*; quando o pequeno príncipe faz a menção, trata o avião por *teu*, já que seu interlocutor, nesses trechos, é o dono da aeronave. Podemos perceber, nos excertos d), e) e f), o pronome possessivo *mea* modificando o sentido de *machina*, e indicando, pela possessividade, que o vocábulo latino corresponde a “avião”, ao contrário do que ocorre em h), trecho no qual a ausência de um termo que indique posse coincida com a diferença no sentido de *machina*, a qual corresponde ao referente “locomotiva”.

Em j) e k), o pronome possessivo *tua* acompanha *machina* e indica que o personagem que expressa a frase está em interlocução com o dono dessa máquina. Sabendo que o interlocutor, nos capítulos em questão, é o dono do avião, parte-se para conclusão de que essa

é a *machina* enunciada. Entretanto, em contraste com o texto-fonte bem como com a tradução para português, percebemos que o príncipezinho não utiliza originalmente a palavra *avion*, mas sim *machine*, que em português apareceu como *aparelho* e *maquinismo*. Isso pode significar uma falta de domínio desse personagem, quanto ao nome dos objetos – já que, por vir de outro planeta, o príncipe seria alheio aos elementos do polissistema do planeta Terra como foi desenvolvido na obra – ou apenas uma opção do autor pela variação da palavra, pois mesmo o personagem já tendo ouvido o seu interlocutor falar sobre “avião” e “motor”, ele utilizou a palavra mais ampla *machine*. De todo modo, apesar da variação, optando em francês por uma palavra que funcionasse como hiperônimo, o referente ainda poderia ser avião, sendo, portanto, possível manter a noção de possessividade como pista de que o vocábulo *machina*, quando determinado por posse, no livro *Regulus*, irá corresponder ao objeto “avião”.

No grupo 2, que concentra palavras cujo sentido remetem a uma capacidade de movimento por parte do objeto – movimento esse que pode ou não envolver o voo –, há um resultado interessante. São dois vocábulos e suas variações que representam esse grupo: o adjetivo *uolucris* e o verbo *moueo*. O primeiro caracteriza, segundo o *OLD* (p. 2100), aquilo que é capaz de voar, que é voador, diz-se dos mísseis, de fenômenos celestiais e de coisas carregadas pelo vento; caracteriza também um movimento ou uma viagem com a rapidez de um voo; ou diz-se daquilo que é efêmero. A primeira acepção é a mais adequada para o contexto da obra, que, conforme vimos, busca, por meio desse adjetivo, caracterizar a máquina como capaz de voar, a fim de representar “avião”. A forma verbal que compõe esse grupo possui um sentido mais genérico, uma vez que significa a ação de mover-se. Esse movimento não necessariamente limita-se ao movimento de voar.

Sobre esses dois sentidos que acompanham a palavra de interesse, observamos que todas as vezes em que apareceram formas declinadas do adjetivo *uolucris* na mesma frase que o vocábulo *machina*, o sentido que este apresentava era de “avião”, isto é, são trechos em que o objeto em significação é a “máquina capaz de voar”. Podemos ver isso quando se fala de “aprender a pilotar máquinas capazes de voar” (aprender a pilotar aviões); “ver a máquina voadora” (ver o avião); “não desenharei a máquina que voa” (não desenharei o avião); “é a minha máquina capaz de voar” (é o meu avião). O foco recai sobre o objeto como um todo, e

essa palavra de apoio para *machina* serve para diferenciá-la das demais máquinas existentes, ou seja, são trechos caracterizadores para que se saiba que o referente é “avião”.

Por outro lado, nas vezes em que essa capacidade de movimentar-se não especifica a capacidade de voar, o objeto que está em foco é o motor, como podemos ver em “alguma coisa estava quebrada naquelas articulações as quais moviam a máquina” (alguma coisa estava quebrada no motor). Nesse caso, o valor positivo desse grupo semântico atribuído pelo verbo *mover*, combinado com o valor negativo da capacidade de voar, desvia o foco da significação para outra parte do avião.

Como se pode ver, o texto-fonte não considerava a existência de algum signo linguístico para “avião”, o qual encontrava-se subentendido pelo termo *motor* – o motor quebrado pertencia naturalmente ao avião quebrado –; contudo, na língua-alvo, foi necessário o recurso do *zooming*, tratando o motor por suas articulações internas para fazer a referência que precisou ser completada com a informação de que essas articulações eram responsáveis por mover a máquina. Ou seja, ainda que a sentença trate do motor, o sentido de movimento vem atrelado ao referente de *machina*, presente na oração subordinada de valor adjetivo. Em outros termos, a ideia de mover-se embora tenha como agente os compartimentos, possui como paciente a máquina, o avião.

Isso significa que o campo semântico da capacidade de movimentar-se especificamente voando, na tradução, sempre acompanha o referente “avião”, porque o objeto inteiro é capaz de voar. Já a ideia de mover-se, não especificada, conecta-se a “avião” pela relação ação-paciente, presente dentro de uma relação de *zooming* existente entre as articulações e o avião para, enfim, representar o motor da máquina. Isso ocorre porque o motor não se move, mas move o avião, e, na ausência de um vocábulo que, sozinho, representasse o motor, o tradutor trouxe a ideia do termo evocando a mesma palavra utilizada para avião, mas dessa vez, dizendo que ela é paciente do movimento acionado por essa peça menor.

O grupo semântico que envolve a presença de palavras que indicam peças menores ou separadas acompanhando o vocábulo em análise indica-nos a referência ao motor. Em comparação às versões em português e francês, temos frases que contam apenas com o signo linguístico *motor*, não havendo a presença da palavra *avião* nos excertos correspondentes tanto na tradução para português quanto na obra original. Os trechos falam sobre haver algo

quebrado no motor ou estar desatarraxando um parafuso dele, mas diante do estranhamento e da ausência de vocábulos latinos que naturalmente representassem esse referente, foi necessário realizar especificações, adicionando palavras no texto-alvo que não eram necessárias na língua-fonte.

Os elementos *compages*, *cnodax* e *neruis* estão relacionados ao vocábulo *machina* que foi acrescentado à frase durante a tradução. *Compages* é o termo utilizado para representar as articulações ou juntas de uma parte da máquina responsável por mover o avião, ou seja, o motor. O tradutor, na ausência de palavra adequada, optou por realizar adição de elementos para uma construção perifrástica, de modo que a presença do vocábulo latino *compages* próximo a *machina* implica a correspondência ao termo francês *moteur*.

Do mesmo modo, *neruis* é uma palavra latina que carrega o sentido de energia, de músculo capaz de garantir a força responsável pela movimentação de algo. Também foi aproveitada para fins de especificação do termo que em latim não podia ser enunciado apropriadamente, então, conforme ocorre com *compages*, sua presença na frase é um indicador de que a palavra *machina*, que aparece modificando *neruis*, faça parte de uma construção linguística que tem por finalidade suprir a necessidade de representar o objeto “motor”.

Por fim, o substantivo *cnodax*, que tem o significado dos termos em inglês *pin* ou *pivot*, foi uma opção utilizado pelo tradutor como correspondente linguístico para parafuso. O vocábulo carrega o sentido de “alfinete, eixo, articulação”, podendo suprir por analogia o sentido de “parafuso”. Também estando dentro do grupo semântico de peças pequenas que podem separar-se do objeto maior, entendemos a relação entre o parafuso fazer parte da peça maior, o motor, que por sua vez faz parte de um objeto ainda maior, o avião. A significação da frase, contudo, gira em torno do motor, tanto que assim como nos dois casos anteriores, o texto fonte deixa subentendido que o motor pertence ao avião. Por estar nesse grupo semântico, a presença de *cnodax* também age como um indicativo do foco estar sobre o motor e não sobre o avião.

Nida (1964, p. 222) pontua que o preenchimento de expressões elípticas pode ocorrer devido ao fato de que algumas línguas permitem em sua estrutura a omissão de certas palavras, de um modo impossível de reproduzir na língua-alvo, fazendo com que o tradutor precise adicionar elementos para que o texto faça sentido. Como no polissistema da língua-

fonte é claro para os leitores o que é um motor, bem como é de conhecimento comum que o avião possui um, é possível manter subentendido o adjunto adnominal *do avião*, mas talvez, a ausência desse termo no latim gerasse incertezas, devido à falta de nomes apropriados e já estabelecidos no vocabulário latino tanto para “motor”, como para “avião”.

O último grupo semântico diz respeito à noção de conserto ou defeito. Sabendo que todo o encontro entre os personagens acontece devido ao avião ter sofrido uma pane, é possível associar as palavras com esse valor tanto ao objeto como um todo, o avião, como à parte específica que causou a pane, o motor. Na primeira frase em que se atribui um sentido de defeito, diz-se que *fractum erat aliquid* (algo –indeterminado – estava quebrado), e então o sentido disso é completado a partir da especificação de que o defeito encontrava-se *in compagibus illis quae machinam movebant* (nas articulações que moviam a máquina, isto é, no motor). Tanto na obra original quanto em português, o referente no trecho correspondente é o motor.

Nas outras duas ocorrências pertencentes a esse grupo, tratamos não do defeito, mas do conserto. Os verbos *refici*, *laborandum* e *deesset reperisse*, podem ser traduzidos, respectivamente, por ideias próximas a “restaurar”, “trabalhar” e “descobrir a falha”. Se formos consultar o texto-fonte, perceberemos que o autor punha como objeto desse conserto as palavras *avion* e *machine*, dando a entender que o conserto, o trabalho e a descoberta da falha atingiria a máquina como um todo. Na tradução para português, há três vocábulos diferentes: *avião*, *aparelho* e *maquinismo*. Nos dois primeiros, compreende-se a aeronave como um todo, no último, compreende-se apenas a parte com defeito: o maquinismo, o motor. Com isso surge o questionamento: como compreender *machina* nesses trechos de *Regulus*?

Nesse caso, da mesma forma que, em português, não há o mesmo tipo de consenso que existe em francês, a tradução para latim também não precisa equivaler em todos os sentidos ao texto-fonte, podendo *machina* representar “avião” ou “motor do avião”. É válido, contudo, buscar respaldo no uso típico da língua, o que levaria o leitor a dois caminhos possíveis: se por um lado observássemos o grupo semântico isolado dos demais, indicariamos ao leitor encarar *machina* como uma forma reduzida de referência ao motor, uma vez que o grupo semântico de conserto ou defeito na peça justificasse esse uso; por outro poderíamos indicar uma observação dos grupos semânticos combinados.

Ora, no caso de *fractus*, há também, na frase, elementos que indicam a compreensão do motor como referente principal, afinal há destaque para *compagibus*, ou seja, a combinação entre o defeito e a peça separada, possibilitam a leitura de *machina* como meio para significar “motor”. Nos demais excertos, com exceção do trecho (i), há a presença do pronome possessivo. Analisamos que, pelo uso típico da língua, o pronome possessivo indica *machina* como avião, sem tratar do motor especificamente, de modo que, em latim, a noção de posse atinge a aeronave, é o avião que pertence ao personagem, não é o motor. Por isso, podemos interpretar, nesses trechos, a equivalência ao texto-fonte, realizando a leitura que indica que esse reparo, fruto do trabalho que possibilitou a descoberta da falha, recaiu sobre a aeronave do personagem, sobre seu avião.

Por fim, nota-se que o único trecho que não apresenta nenhum vocábulo marcado como pertencente aos grupos semânticos que orbitam *machina* enquanto correspondente linguístico para “avião”, é o excerto (h), que é justamente aquele no qual *machina* em nada se relaciona com o “avião”, na frase *Vir qui in machina insistit ipse nescit*, o referente é o trem, a locomotiva. A ausência de termos dos grupos semânticos levantados aponta para o padrão, para o uso típico. Em todas as demais frases há algum elemento linguístico que se repete e indica o leitor para a interpretação de *machina* como “avião”, seguindo o que é esperado. De modo semelhante, a ausência de palavras que, pela probabilidade vista na tradução, orbitam o referente “avião”, é um indicativo, por si só, de que a fuga do uso típico é também a fuga da acepção típica.

3.2 OS SENTIDOS LEVANTADOS A PARTIR DE *STELLA*

A próxima palavra a se analisar é *stella*, que, dentre as selecionadas, possui o maior número de ocorrências. Pelo número extenso, selecionamos para um exame mais detalhado os trechos com mais diversidade estrutural. Algumas construções frasais se repetiam ou eram curtas demais para fornecer, pelo signo verbal aparente, informações proveitosas para análise – em casos assim, o contexto e as entrelinhas eram responsáveis pelo andamento da concepção do termo –, por essa razão foram descartadas, restando os trechos que apresentaram mais variedade e pistas linguísticas.

Após a leitura, identificamos quatro empregos diferentes para a palavra: 1) significando “estrela”; 2) significando “planeta”; 3) significando asteroide; 4) tendo como referente no texto-fonte “estrela”, mas com sentido de “planeta”. Tal polissemia merece atenção, pois o livro aborda especificamente cada um desses referentes em momentos diferentes e, tanto em francês quanto em português, há intencionalidades marcadas na utilização de cada termo. Como na obra original, e na tradução brasileira, os termos se diferenciam, mas em latim apenas um vocábulo é utilizado, questionamentos sobre como o leitor poderia diferenciar – ou sequer identificar a polissemia – surgiram.

Com isso, observamos com mais atenção as frases em que essas palavras foram inseridas a fim de buscar pistas linguísticas que orientassem a leitura para uma interpretação do vocábulo ou para outra. Ao todo, pudemos pontuar treze grupos semânticos que auxiliavam na identificação dos significados, conforme os referentes em francês e português, discriminados no quadro a seguir em cores diferentes, que estão mantidas ao longo da análise para melhor identificação:

Quadro 7 – Grupos semânticos relacionados ao vocábulo *stella*, -ae

	Campo semântico	Palavras	Sentidos
a)	Caráter daquilo passível de iluminar(-se)	<i>Exstinguantur, accendi, luceant, lucere, lucere coeperunt</i>	“estrela”
b)	Local habitado	<i>incolebat, incolit, rex, dominoes, incolisque vacua lychnus, venatores, cultam, vir</i>	“planeta”
c)	Observação distante	<i>spectavit, intueri, intueberis, impendebit, superiore</i>	“estrela”
d)	Deslocamento	<i>Venis, erranti, errano</i>	“planeta, estrela”
e)	Origem	<i>Venis, natus, venis, Venerit, relictæ, revolavisse, reddidisset</i>	“planeta”
f)	Fauna e flora	<i>Herbae, semina, adansoniarum, humus, refertissima, adansonia,, florem, ovis, flore, flore, vescetur, flores, tigres, murem</i>	“planeta, estrela”
g)	Sistema solar	<i>Terra, Juppiter, Mars, Venus terra</i>	“planeta”
h)	Posse natural	<i>tuam, tua, mea</i>	“planeta”
i)	Posse contratual	<i>possides, facts, possideri possunt, possideo,</i>	“estrela”
j)	Grande quantidade	<i>sessentas millibus, quinquies milies centenas minibus, sessentas</i>	“estrela”
k)	Olhar científico	<i>astrologus, astrologo, telescopo</i>	“asteroide”

	Campo semântico	Palavras	Sentidos
l)	Catálogo	<i>sescentessimam duocesimam secundi generis, millesima duecentesima quinquagesima primam, notat</i>	“asteroide”

Fonte: Elaborado pela autora. (2022)

Devido ao grande número de ocorrências da palavra, inserida em situações diversificadas, a quantidade de elementos linguísticos que permeiam a enunciação também é potencializada, permitindo uma variedade no que diz respeito à identificação de grupos semânticos orientadores de sentido. Podemos esclarecê-los do seguinte modo:

a) caráter daquilo passível de iluminar(-se): aqui agrupamos palavras que geram o sentido de que o referente para *stella* pode iluminar ou ser iluminado. Com isso também compreendemos que aquilo que pode iluminar-se pode também perder o brilho, e consideramos pertencentes a esse grupo vocábulos que revelem dessa oposição, pois o ganhar e o perder de luz é um jogo frequente na obra;

b) local habitado: esse grupo diz respeito à ideia de que o referente para *stella* pode ser espaço de acolhimento para pessoas, portanto palavras que atribuam a *stella* a noção de que é um local de morada, permanência compõem esse grupo;

c) observação distante: em contraste com o grupo anterior, indica que entre o emissor da sentença e o referente há uma distância, de modo que um pode ser observado de longe pelo outro;

d) deslocamento: quando na sentença existe uma palavra que exprime o deslocamento de alguém em relação a *stella*;

e) origem: quando alguma palavra atribui a determinado elemento uma relação de origem com *stella*;

f) fauna e flora: neste grupo semântico, todas as palavras que de alguma forma remetem a plantas, animais ou atividades e ações relacionadas à fauna e à flora estão presentes;

g) sistema solar: a incidência do nome de planetas conhecidos na sentença gera significado para o vocábulo estudado;

h) posse natural: esse grupo faz oposição ao grupo seguinte. Quando existe na frase um termo que se relacione com *stella* gerando uma noção de pertencimento aceito entre os

participantes da conversa, dizemos que há uma aceitação social na relação de posse entre um elemento e outro;

i) posse contratual: por outro lado, quando não há um consenso e a relação de posse entre os elementos provoca um estranhamento com base em preceitos sociais entendidos pelo polissistema da obra, as palavras são reunidas nessa categoria;

j) grande quantidade: esse grupo diz respeito às palavras utilizadas para quantificar *stella* em números elevados;

k) olhar científico: aqui agrupamos os termos que denotam que *stella* passou por um trato científico, não se trata de uma menção pessoal empírica, mas envolve técnicas e métodos;

l) numeral de catalogação: por fim, reunimos em um grupo semântico as palavras que servem para enumerar *stella*, catalogando o referente.

Tendo cada grupo definido, iremos agora mostrar exemplos de como cada sentido ajuda a determinar a compreensão do vocábulo polissêmico.

3.2.1 Análise dos grupos semânticos

Com os grupos semânticos destacados, é possível utilizá-los como base para observar o termo inserido na estrutura linguística, acompanhando os padrões que o envolvem. A primeira aparição da palavra *stella* é quando o narrador e personagem principal está falando a respeito dos assuntos sobre os quais conversava com as chamadas pessoas sérias; o vocábulo é listado dentre os tópicos que não eram mencionados:

<p>(1) Tum ego cum eo nec de bois serpentibus nec de silvis integris nec de stellis loquebar, sed, quo facilius intellexeret, de chartulis (quam pontis lusionem vocant), de pila Scotica, de re publica focalibusque loquebar. (p. 3)</p>	<p>Alors je ne lui parlais ni de serpents boas, ni de forêts vierges, ni d'étoiles. Je me mettais à sa portée. Je lui parlais de bridge, de golf, de politique et de cravates. (p. 7)</p>	<p>Então eu não lhe falava nem de jiboias, nem de florestas virgens, nem de estrelas. Punha-me ao seu alcance. Falava-lhe de bridge, de golfe, de política, de gravatas. (p. 11)</p>
---	--	---

Fonte: *Regulus* (2001); *Le Petit Prince* (1943); *O Pequeno Príncipe* (1984)

Neste ponto da história, nenhuma questão se coloca, pois é ainda um espaço introdutório, de apresentação do personagem. Como ainda não havia sido apresentada nenhuma contextualização sobre o personagem do príncipezinho nem sobre sua chegada no planeta Terra, pode não passar pela cabeça do leitor questionar sobre que definição de *stella* essa ocorrência trata. O mais natural, pela semelhança com as palavras das línguas modernas e também pelo sentido próprio do vocábulo em latim, seria realizar a leitura como “estrela”, de acordo com o sentido que o texto-fonte apresenta.

Nas aparições seguintes também não há contextualização prévia alguma que permita que o leitor atribua um sentido diferente ao vocábulo, portanto quando os trechos seguintes aparecem, para aqueles que não estivessem a par dos rumos da história, possivelmente dar-se-ia continuidade à leitura de *stella* como “estrela”. Isso, contudo, não estaria em conformidade com o texto-fonte, pois, em “*In quae stella errante natus es?*²⁵” e “*Ergo tu de stella alia venis?*²⁶”, o vocábulo significa “planeta”. Contudo, é apenas na quarta aparição da palavra que o leitor recebe pistas de que o referente, na verdade, é um planeta:

<p>(2) Nam certo sciebam praetermajoresstellas, ut Terra, Juppiter, Mars, Venus, quibus nomina data sint, sescentas esse ex quibus quaedam adeo parvae sint ut agerrime adhibito telescopo cernantur. (p. 9)</p>	<p>Ça ne pouvait pas m'étonner beaucoup. Je savais bien qu'en dehors des grosses planètes comme la Terre, Jupiter, Mars, Vénus, auxquelles on a donné des noms, il y en a des cen-taines d'autres qui sont quelquefois si petites qu'on a beaucoup de mal à les apercevoir au télescope. (p. 17)</p>	<p>Não era surpresa para mim. Sabia além dos grandes planetas – Terra, Júpiter, Marte ou Vênus, aos quais se deram nomes – há centenas e centenas de outros, por vezes tão pequenos que mal se vêem no telescópio. (p. 18)</p>
---	---	---

Fonte: *Regulus* (2001); *Le Petit Prince* (1943); *O Pequeno Príncipe* (1984)

É aqui que entendemos finalmente que o vocábulo *stella* se trata, nesse ponto, do referente “planeta”, por causa da atribuição do termo a outros planetas já reconhecidos no polissistema. A pista principal é possibilitada pela utilização de *praetar majores stellas* (além

²⁵ Cf. Saint-Exupéry: “De qual planeta és tu?”

²⁶ Cf. Saint-Exupéry: “Tu vens então de outro planeta?”

dos grandes planetas), que é especificado com exemplos dos planetas grandes conhecidos – Terra, Júpiter, Marte e Vênus. Desse modo, o primeiro grupo semântico é estabelecido como um disparador de sentido. A presença de corpos celestes reconhecidos no sistema solar como planetas impulsiona a leitura para essa interpretação.

A partir disso, o leitor deve saber que *stella* pode significar tanto uma coisa como outra, e por essa razão torna-se necessário estar atento às pistas dispostas durante a leitura. Essas pistas aparecem na forma de palavras que são posicionadas próximas ao vocábulo de interesse, sendo uma necessidade do termo ou uma tendência comunicativa. Vide os exemplos.

(3)	Isto modo tu quoque de caelo uenis ? In qua stella erranti natus es? (p. 8)	Alors, toi aussi tu viens du ciel! De quelle planète es-tu? (p. 13)	Então, tu também vens do céu! De que planeta és tu? (p. 16)
(4)	Ergo tu de stella alia uenis (p. 8)	– Tu viens donc d’une autre planète ? (p. 13)	Tu vens então de outro planeta ? (p. 16)

Fonte: *Regulus* (2001); *Le Petit Prince* (1943); *O Pequeno Príncipe* (1984)

Identificando os índices dos grupos semânticos presentes nos trechos selecionados, percebemos que dois disparadores de sentido são acionados para desviar o leitor da interpretação mais comum – de *stella* como “estrela” – e realizar a leitura como “planeta”. O primeiro grupo semântico a aparecer é o de **origem**, expresso pelos termos *uenis* e *natus*. A primeira dando a ideia de alguém que partiu de um lugar e foi para outro, do ponto de vista de quem já está no destino, *uenis* agrega o sentido do ponto de partida. A origem nesse caso é o céu. A segunda palavra também trata de estabelecer a origem do personagem, perguntando sobre seu local de nascimento, de onde ele seria nativo. Isso significa que, admitindo um sentido próprio do senso comum, *stella* é um lugar onde pessoas podem nascer, tal como planetas.

O segundo grupo semântico constatado possui como função marcar um tipo de deslocamento. Ainda que *uenis* carregue também esse sentido, podendo figurar em mais de um grupo semântico, chama a atenção o termo *erranti*. Do verbo *erro*, *~ãre*, o *OLD* marca a seguinte definição: “(of planets or heavenly bodies regarded as such); *stellae ~antes* (*~antes*

alone), *sidera ~antia*, the ‘planets’.” (1968, p. 618). Isso significa que esse verbo, que representa a ação de flutuar, vagar, mover ou ser carregado em uma direção incerta, atribui ao vocábulo a noção de deslocamento e já poderia ser um disparador de sentido para leitores de latim porque, pelo uso típico, *stella + erranti* representa “planetas”.

Assim como “avião” podia ser muito mais simplesmente reconhecido pela expressão *machina volucris*, estabelecer, na tradução, planeta como *stella erranti* seria uma forma de evitar confusões entre as demais acepções do termo, já que, em latim, essa diferenciação não é tão simples, cabendo, de acordo com o *OLD*, acepções semelhantes para os vocábulos *stella*, *planes*, *planeta* e *astrum*. Todos esses contam com “planeta” na lista de significados, enquanto apenas *stella* e *astrum* podem significar estrela. No contexto gerado pela construção de *O Pequeno Príncipe*, os limites que diferenciam esses corpos são amenizados, de modo que, ao dizer *stella*, ora há referência a “estrela”, ora a “planeta”, muito a depender do contexto geográfico, da noção de espacialidade, a partir da qual o emissor fala – como veremos com o auxílio dos grupos semânticos.

Se o dicionário de latim já reconhece tanto *planes* quanto *planeta* como opções viáveis para “planeta”, havendo registro por parte de figuras como o gramático latino Aulo Gélcio (séc. II), o escritor romano Lúcio Ampélio (séc. I) e também aceito pela coleção *Corpus Inscriptionum Latinarum*, de 1983 (*OLD*, 1968, p. 1387), por que não fazer uso desses vocábulos? Tais registros apontam para a possibilidade de utilizar palavras específicas para referenciar o objeto planeta já de acordo com o período literário do latim. Embora o texto-fonte também aproxime os referentes, utilizando “estrela” por “planeta” algumas vezes, em geral faz-se o uso de palavras diferentes, pontuando *planète* em diversos vocábulos. Em latim isso não ocorre, e a preferência por *stella* é evidente.

A utilização da construção *stelliserranti*, que já é reconhecida como expressão típica até mesmo nos dicionários, repetindo-a sempre que o texto-fonte fosse realizar a menção específica a “planeta”, poderia evitar confusões e facilitar a leitura, mas, como se pode ver no excerto seguinte, apenas o grupo semântico de origem é acionado, pelo verbo *uenis*, que aliado à presença de *alia* expressa o que poderia ser traduzido como “outro planeta” ou “planeta por outro caminho”.

O sentido gerado por *erranti* volta a aparecer apenas uma outra vez, alguns capítulos a frente, quando o personagem principal diz:

(5) Tunc in stella , quae et errans et mea et terra erat, regulus versabatur quem consolari oporteret (p. 21)	Il y avait, sur une étoile , une planète , la mienne, la Terre, un petit prince à consoler! (p. 31)	Havia numa estrela , num planeta , o meu, a Terra, um princezinho a consolar (p. 30)
---	---	--

Fonte: *Regulus* (2001); *Le Petit Prince* (1943); *O Pequeno Príncipe* (1984)

Esse trecho expõe a aproximação entre as noções de “planeta” e “estrela”. A partir do personagem que veio do céu e que observa de longe seu planeta na forma de uma estrela, é estabelecido uma relação de hiperonímia, expressa na frase por meio da construção com a figura de linguagem de gradação, partindo do sentido mais amplo (“estrela”) até chegar ao sentido mais particular (“Terra”). Entre esses dois polos, gradativamente duas outras noções são aplicadas para especificar o objeto e diferenciá-lo de uma estrela comum: *errans* e *mea*.

A primeira age como equivalente a *planeta*, reforçando a ideia de que planetas são corpos celestes cujo movimento se diferencia do das estrelas. Essa significação faz um caminho contrário ao que Nida (1964, p. 222) chama “preenchimento de expressões elípticas”, uma vez que permite a omissão de *stella*, apoiando todo o valor semântico no adjetivo. Normalmente, o preenchimento é um movimento que faz-se necessário quando a estrutura da língua-fonte permite uma omissão que é impossível de ser reproduzida na língua-alvo, mas nesse caso foi diferente, pois o movimento profícuo teve como base a ação, primeiro, de transformação de um termo em uma perífrase (*planète* > *stella errans*), e depois a possibilidade de omissão de um elemento perifrástico. Essa estratégia é capaz de simplificar a leitura, tratando o referente apenas pela característica que o diferencia dos demais hipônimos de *stella*.

A segunda, *mea*, reforça a ideia de que habitantes de um planeta possuem uma relação de posse natural, isto é, todos reconhecem que, ao dizer “meu planeta”, “meu país” ou “minha cidade”, é um sentido de naturalidade que está sendo passado, a posse se estabelece por um indivíduo ser nativo de um lugar, não necessariamente por possuí-lo. Dessa forma, três grupos semânticos são acionados: o de **deslocamento**, o de **posse natural** e o de **sistema solar**. O de deslocamento exclusivamente para representar “estrela”, de modo que apenas a noção de mobilidade expressa por *errans* já é capaz de impulsionar o leitor para o significado desejado.

Todos os três juntos, posicionados na frase, servem para modificar o sentido de estrela que, na sentença, mesmo que originalmente constasse o vocábulo *étoile*, possui como referente “planeta”.

Passando para o grupo semântico h), referente à noção de **posse natural**, outros trechos apontam para esse valor semântico sendo aplicado para orientar o leitor à interpretação de *stella* como “planeta”. Nos trechos seguintes, podemos analisar esse efeito.

(6)	Quid, si ego florem singularem novi, qui nusquam nisi in mea stella existat, quem aliquando parva ovis tanti facinoris ignara mane sic a vestigio penitus evellere possit, hoc nullius momenti est. (p. 21)	Et si je connais, moi, une fleur unique au monde, qui n'existe nulle part, sauf dans ma planète , et qu'un petit mouton peut anéantir d'un seul coup, comme ça, un matin, sans se rendre compte de ce qu'il fait, ce n'est pas important ça! (p. 30)	E se eu, por minha vez, conheço uma flor única no mundo, que só existe no meu planeta , e que um belo dia um carneirinho pode liquidar num só golpe, sem avaliar o que faz, – isso não tem importância? (p. 30)
(7)	Tigres in mea stella nulli sunt (p. 23)	Il n'y a pas de tigres sur ma planète (p. 34)	Não há tigres no meu planeta . (p. 32)
(8)	In stella mea murem aetate provectum alicubi versari suspicor (p. 32)	je crois bien que sur ma planète il y a quelque part un vieux rat (p. 46)	Eu tenho quase certeza de que há um velho rato no meu planeta . (p. 41)
(9)	Nunc dolorem paulum levavi, non omnem scilicet, sed certo scio eum in stellam suam revolavisse (p. 81)	Maintenant je me suis un peu consolé. C'est-à-dire... pas tout à fait. Mais je sais bien qu'il est revenu à sa planète , car, au lever du jour, je n'ai pas retrouvé son corps. (p. 104)	Agora já me consolei um pouco. Mas não de todo. Sei que ele voltou ao seu planeta . (p. 93)
(10)	Ab adansonia autem, si nimis moratus sis, Stellam tuam nulla jam ratione purges.(p. 14)	Or un baobab, si l'on s'y prend trop tard, on ne peut jamais plus s'en débarrasser. Il encombre toute la planète . (p. 23)	E um baobá, se a gente custa a descobri-lo, nunca mais se livra dele. Atravanca todo o planeta (p. 24)

(11)	Stella mea ipsi loco impendebit quo superiore anno delapsus sum... (p. 76)	Mon étoile se trouvera juste au- dessus de l’endroit où je suis tombé l’année dernière... (p. 98)	Minha estrela se achará justamente em cima do lugar onde caí o ano passado... (p. 88)
------	--	--	---

Fonte: *Regulus* (2001); *Le Petit Prince* (1943); *O Pequeno Príncipe* (1984)

A noção de pertencimento que chamamos de “posse natural” aparece em todos os trechos sempre relacionado à palavra *stella*, possuindo como referente, em geral, o objeto “planeta”. No primeiro trecho, é possível ver o pronome possessivo sendo empregado em todas as três versões do trecho ao mencionar *stella*. O excerto, que fala sobre a única flor que existe em seu planeta de origem. Existe nesse trecho, além da noção de posse, também a ação do grupo semântico de fauna e flora sobre a palavra. A determinação tratada na frase serve não só como pista de que essa flor não está em uma estrela, mas em um planeta, como também para especificar que não é um planeta qualquer, mas aquele de onde ele vem.

Essa mesma relação se mantém nos outros três trechos destacados, mudando apenas o referente de acordo com quem enunciou a frase. Em uma delas, o príncipe alega não haver tigres em seu planeta, utilizando o determinante *mea* para pontuar o sentido de *stella*; na seguinte, o enunciador é outro personagem, o rei que vive em um outro planeta e declara suspeitar de que haja um rato em seu reino. Esse personagem é o único habitante de seu planeta, com exceção do possível rato, e *mea stella* acaba por pontuar que a *stella* de que ele fala é o planeta onde vive, sendo possível perceber isso pela determinação ocasionada pelo possessivo de primeira pessoa. No terceiro trecho, muda-se também o enunciador: o narrador fala sobre o pequeno príncipe, e por isso a relação de possessividade que existe entre o príncipe e o planeta é expressa pelo pronome possessivo na terceira pessoa. Em todos esses casos, enfatiza-se a relação de origem e pertencimento a partir da determinação proporcionada pelo pronome de posse.

Essa relação é tão marcante que, no penúltimo trecho destacado, o pronome foi inserido durante a tradução. Ao dizer *stellam tua nulla jam ratione purges* houve a inserção de *tua*, comprovada pela comparação com o trecho em português “atravanca todo o planeta”, em que a determinação ocorre pelo artigo definido conforme no texto-fonte em francês, em que se redigiu *la planète*, também determinando o vocábulo apenas pelo artigo *la*. Em latim,

ocorre a adição do pronome, mesmo que o personagem não esteja se dirigindo especificamente a alguém, isto é, ao dizer que os baobás podem atravancar todo o planeta, não havia em mente um planeta específico, de onde seu interlocutor vinha, para justificar o pronome em segunda pessoa, pelo contrário, isso poderia acontecer com qualquer planeta pequeno. Não havendo uma justificativa para a inserção do possessivo, reitera-se a adição do termo com o objetivo de seguir o uso típico da língua estabelecido pelo acordo oculto entre tradutor e leitor, o qual determina que palavras pertencentes ao grupo semântico de posse natural acompanharão o vocábulo *stella* quando este possuir como referente o objeto “planeta”.

Por fim, o último trecho destacado desse grupo semântico apresenta uma quebra da lógica estabelecida até aqui. A presença do pronome possessivo, indicando relação de naturalidade, acompanha *stella* que tem, tanto no texto-fonte como na tradução brasileira, o vocábulo *estrela* como referente. Ocorre nesse trecho que duas forças distintas agem sobre a palavra-chave, cada uma contribuindo ao seu modo para o sentido final.

A presença do possessivo *mea* posicionado logo após a palavra *stella* auxilia o leitor na interpretação de que o objeto da fala nada mais é que o planeta. Afinal, o que se tem como tópico de origem e posse no discurso do pequeno príncipe é seu planeta, ou seja, faz parte do contexto discursivo do personagem ter vindo do céu, e, como comprovado pelos trechos anteriores, a possessividade liga o termo a um significado específico. Porém, embora haja essa premissa, não é o mesmo vocábulo dos outros trechos que aparece como referente na obra original.

Um motivo para essa ruptura de lógica é a incidência dos termos *impendebit* e *superiore* sobre *stella*. Ambos os termos servem para significar um posicionamento acima de um ponto de referência. O verbo *impendere*, cujas acepções compreendem “estar suspenso” e “passar por cima”, posiciona *stella* a partir de uma relação de superioridade, reafirmada pelo adjetivo *superiore*, que denota a posição mais alta em relação a outra coisa. Nesse caso, trata-se de o referente estar posicionado acima do ponto onde o personagem caíra no passado.

Com isso, outro sentido é atribuído à palavra, o de **observação distante**. Ora, há dois cenários opostos que chamam atenção no que tange o ponto de vista em relação ao objeto. Pode-se tratar do planeta a partir de uma relação de proximidade espacial ou de distanciamento. Nesse último caso, que do que tratamos agora, observar o corpo celeste

estando distante dele – nesse caso, em outro planeta, a Terra – gera uma mudança na própria concepção da coisa. Um planeta, seja ele qual for, visto de perto ou de dentro de sua atmosfera, apresenta características únicas, particulares e diversas, entretanto, o mesmo planeta visto de uma distância consideravelmente grande, como é o caso de observá-lo estando na superfície de um outro planeta, em nada se parece com a visão tida na outra experiência. Nesse caso, o corpo celeste terá a aparência semelhante a de outros planetas e estrelas observados, ou seja, mesmo que cada corpo celeste tenha características distintas, a distância generaliza suas formas.

O grupo semântico referente à observação distante, portanto, diz respeito ao ponto de vista do referente *stella*. Ainda que o possessivo *mea* seja capaz de informar que o referente é o planeta de origem do personagem, os vocábulos do grupo c) alteram a forma como ele é visto. Em outras palavras, o planeta do príncipezinho, visto da Terra, quando passar pelo exato local onde o personagem caiu, se parecerá mais com uma estrela que com um planeta.

Destarte, vimos que a disputa de grupos semânticos diferentes sobre uma mesma palavra pode ser vencida pelo grupo que mais modifique o termo. Consideramos que, quando dois ou mais agentes de sentido diferentes atuam sobre um mesmo vocábulo, os valores semânticos podem exercer forças opostas: um termo orienta o leitor a interpretar o vocábulo alvo das forças de uma maneira, enquanto o outro termo o orienta a outra leitura. Cada elemento linguístico deposita uma carga de significado distinta e, com isso, os valores semânticos entram em uma espécie de disputa, na qual sobressairá o valor que exercer maior influência sobre o vocábulo, tomando o sentido principal da palavra para si. Ou seja, o valor semântico de maior força servirá como índice para a interpretação da palavra.

Nesse caso, teve mais força a noção de posicionamento, de modo que a estrela que se vê claramente corresponde ao planeta que não se vê claramente. Isso, contudo, não exclui de todo a ação do grupo semântico h), já que, mesmo assim, é possível a coexistência dos sentidos, contribuindo para a interpretação de que não se trata de uma estrela qualquer, mas da estrela que, na verdade, é o planeta do príncipe, situação que nem sempre será constatada quando da ocorrência de *stella*.

Tendo então o grupo semântico de observação distante mais força diante do de posse natural, passamos agora para a leitura de outros trechos que apresentam palavras com o mesmo sentido.

(12)	Si florem in stella crescentem amas, caelum, nocte intueri suave est. (p. 76)	Si tu aimes une fleur qui se trouve dans une étoile , c'est doux, la nuit, de regarder le ciel. (p. 98)	Se tu amas uma flor que se acha numa estrela , é doce, de noite, olhar o céu. (p. 88)
(13)	Omnes igitur stellas intueri te juvabit... (p. 77)	Alors, toutes les étoiles , tu aimeras les regarder... (p. 99)	Gostarás de olhar todas elas... (p. 89)
(14)	Cum caelum nocte intueberis , quoniam in aliqua habitabo, quoniam in aliqua ridebo, propterea tibi omnes stellae ridere videbuntur. (p. 77)	Quand tu regarderas le ciel, la nuit, puisque j'habiterai dans l'une d'elles, puisque je rirai dans l'une d'elles, alors ce sera pour toi comme si riaient toutes les étoiles . (p. 99)	Quando olhares o céu de noite, porque habitarei uma delas, porque numa delas estarei rindo, então será como se todas as estrelas te rissem! (p. 89)
(15)	Stella novi quam vir amplissimus ore rubicundiore incolit . Stellam nunquam spectavit (p. 20)	Je connais une planète où il y a un Monsieur cramoisi. Il n'a jamais respiré une fleur. Il n'a jamais regardé une étoile . (p. 30)	Eu conheço um planeta onde há um sujeito vermelho, quase roxo. Nunca olhou uma estrela . (p. 29)

Fonte: *Regulus* (2001); *Le Petit Prince* (1943); *O Pequeno Príncipe* (1984)

Em (12), *stella* também é alvo de disputa de forças. Por um lado, há a palavra *florem*, pertencente ao grupo semântico de **fauna e flora**; por outro, o verbo *intueri* também gera significado à sentença. Entendendo que a flor, por ser um organismo vivo que precisa ter como base a terra, um solo, presume-se que ela esteja situada em um planeta, já que estrelas são astros de plasma em constante fusão nuclear, portanto incapazes de prover condições para essa forma de vida. Entretanto, o sentido da localização dessa flor é modificado a partir do verbo *intuere*, que significa “observar, olhar, ver, testemunhar”.

Analisando a sentença como um todo, a oração *intueri caelum nocte* gera a informação de que alguém, de um ponto distante, olha o céu durante a noite e por saber que uma das estrelas que brilha no céu é, na verdade, o planeta onde se encontra a flor amada, toda a experiência de observar o céu torna-se agradável. Isso significa que o verbo, ao acrescentar a

noção de observação – de um ponto de vista distante, nesse caso –, é capaz de modificar o sentido do objeto levando-o de “planeta” a “estrela”, já que sua aparência no momento em que se observa é semelhante a das estrelas.

A comprovação do peso do grupo semântico de observação na frase vem com a comparação entre os trechos na língua-fonte e no português: ambos registram a palavra como “estrela”. Isto é, mesmo sabendo que a flor deve estar em um planeta, esse planeta, observado de longe, possui a aparência de uma estrela e isso tem maior poder de influência sobre a escolha de palavras.

As duas frases seguintes mantêm uma continuidade do assunto anterior. O contexto apresentado determina que olhar as estrelas é prazeroso quando se sabe que, em alguma delas, pode haver algo que se ama. Então, quando se coloca na tradução que todas (*omnes*) as estrelas trarão felicidade diante dessa observação condicionada ao conhecimento de haver algo invisível aos olhos, dois grupos semânticos são acionados: primeiro, a generalização *todas* assume uma grande quantidade de objetos; segundo, o verbo *intueri* pressupõe justamente essa observação distante, um olhar para o céu. Ambos grupos semânticos acompanham, com maior frequência, o vocábulo “estrela”.

Seguindo essa lógica, comparando com os outros dois idiomas consultados na pesquisa, deparamo-nos com um detalhe curioso. Na segunda é possível mais uma vez atestar essa regra, já que em todos os três idiomas “estrela” surge como referente – a generalização permite que todos os corpos celestes entrem no grupo de “estrelas que riem”, mesmo que algumas sejam planetas. Na primeira, há quase um consenso entre os três trechos, com exceção da versão em português. Em latim e em francês a palavra *stella* aparece, mas em português há a substituição desse substantivo pelo pronome *elas*, que retoma o termo mencionado na sentença anterior. Salvo esse detalhe, mantém-se a concordância da lógica.

Por fim, o último trecho selecionado dessa categoria apresenta uma construção que permite ver claramente a ação do uso típico dos grupos semânticos sobre a palavra. Em duas sentenças consecutivas *stella* é registrado, em cada qual com uma acepção distinta. Não há outros meios de diferenciá-las senão pela observação dos sentidos empregados pelas palavras que acompanham o vocábulo principal.

Na primeira parte, são palavras pertencentes ao grupo semântico de **local habitado** que completam o sentido de *stella*. Tanto *vir* quanto *incolit* geram esse significado, pois o

verbo possui a acepção de “habitar, residir, viver” e o substantivo vem a informar o sujeito dessa ação: um homem. Vale ressaltar que a escolha desse verbo pode não ter sido impensada. Nos demais idiomas analisados, a sentença foi construída com o verbo *haver*, que, em certa medida, tem um sentido menos restrito que “habitar”.

A escolha por alterar o verbo durante a tradução pode ser explicada como a necessidade de realizar uma especificação obrigatória, como apresentado por Nida (1964, p. 222), a fim de evitar equívocos. Certamente, como veremos durante a análise desse grupo semântico, optar por um verbo que seja mais específico na noção de que um homem habita um lugar é um caminho para garantir que o leitor interprete esse lugar como sendo um planeta – local favorável à vida humana –, e não uma estrela.

A questão que se coloca diante dessa estratégia para deixar claro ao leitor qual seria o sentido assumido por *stella*, nessa sentença, acaba pondo em evidência a sentença seguinte, em que o substantivo não possui a mesma acepção. Podemos notar isso tão somente pelo uso típico da língua registrado durante a escrita: o grupo semântico acionado logo em seguida é o de **observação distante**.

O verbo *spectare* é utilizado para exprimir ações como “olhar” e “observar”. Na sentença em questão, possui como objeto *stellam*. Seguindo pelo contexto da obra, que admite a observação de planetas como possibilidade, a leitura da palavra poderia possuir, como referente, tanto um sentido como outro: isoladamente, ler-se-ia “estrela”; contextualmente, haveria dúvidas. A fim de sanar a incerteza, a observação dos grupos semânticos e das palavras que aparecem ou deixam de aparecer na sentença auxilia na interpretação.

O comentário sobre a falta de uma experiência na vida de outro personagem conta apenas com uma palavra que se encaixa em grupos semânticos listados: *spectavit*. A partir desse verbo, percebemos a relação de observação como sendo a única força agindo sobre *stella*, no período. Então, temos que o personagem supracitado nunca sequer olhou uma estrela. Não sendo de interesse do tradutor, tampouco do texto-fonte, especificar a qualidade dessa estrela observada, tem-se, na frase, “estrela” em modo amplo, apenas como o corpo celeste. Isso é comprovado pela comparação com outras versões: o texto francês traz *étoile*; o brasileiro, *estrela*.

Esse caso específico é muito proveitoso para a análise, por evidenciar a importância da atenção aos grupos semânticos, além de mostrar como eles são utilizados tipicamente durante

a tradução. Com duas ocorrências seguidas da palavra, seria natural presumir que o mesmo sentido estivesse sendo aplicado, mas as demais versões do texto mostram que sentidos diferentes transitam no parágrafo, e são as palavras que orbitam *stella* e o valor semântico depositados por elas na sentença e no vocábulo de interesse que permitem uma interpretação mais próxima daquela obtida pela leitura do texto-fonte.

Partindo para a análise específica do grupo semântico **local habitado**, outros trechos podem ser destacados como exemplo para observação dessa regra:

(16)	Fuit quondam regulus qui stellam paulo majorem quam ipse incolebat et amico egebat (p. 12)	Il était une fois un petit prince qui habitait une planète à peine plus grande que lui, et qui avait besoin d'un ami... (p. 19)	Era uma vez um pequeno príncipe que habitava um planeta pouco maior que ele, e que tinha a necessidade de um amigo... (p. 20)
(17)	Stellam novi a pigro quodam cultam (p. 16)	J'ai connu une planète, habitée par un paresseux. (p. 24)	Conheci um planeta habitado por um preguiçoso. (p. 24)
(18)	Sunt in stellai avenatores ? (p. 59)	Il y a des chasseurs, sur cette planète-là? (p. 79)	Há caçadores nesse planeta? (p. 69)

Fonte: *Regulus* (2001); *Le Petit Prince* (1943); *O Pequeno Príncipe* (1984)

A princípio, temos esse grupo semântico aparecendo logo no momento de contextualização do personagem. O primeiro trecho destacado já estabelece que o personagem vive em um local que é um pouco maior que ele próprio, um lugar que não está localizado no planeta Terra, mas fora dele. A noção de habitação é marcada no vocábulo quando o tradutor relaciona *stella* com o verbo *incolere*, tornando possível, para o polissistema construído no livro, que o referente de *stella* seja um local habitado. Essa noção é completada pela presença do sujeito *regulus*, que é aquele que habita, ou seja, *stella* possui como referente um habitante que é um menino.

A partir disso, o leitor, para atingir o mesmo sentido do texto-fonte, pode seguir pelo conhecimento comum de que planetas, e não estrelas, podem ter condições favoráveis à vida, portanto serem habitados, e, com isso, entender que esse é um sentido que costuma acompanhar o conceito “planeta”. É mais comum elaborar frases que contenham essa

combinação de sentidos, que envolvendo o de “estrela”. Em comparação com os idiomas consultados para a pesquisa, podemos ver que o texto-fonte segue essa linha, colocando o substantivo *planète*, bem como a tradução brasileira registra “planeta” no trecho equivalente.

Em capítulos seguintes, esse grupo semântico é acionado repetidamente a cada vez que o príncipe conta sobre planetas que conheceu. Isso pode ser visto em (17). Nesse caso, é o participio *cultam*, do verbo *colere*, que significa “habitar, cultivar”, acompanhado do adjetivo *pigro*, que imprime ao vocábulo *stellam* a ideia de ser um local habitado, pois aquele espaço era morada de um “preguiçoso”. Essa mesma lógica se mantém a cada vez que o personagem narra sobre algum novo local. Dentre os habitantes de diferentes planetas, havia um rei, um vaidoso, um bêbado, um empresário, um acendedor de lampiões e um geógrafo. O que todos esses personagens possuem em comum é que são identificados por palavras que ajudam a conceitualizar indivíduos, sujeitos caracterizados seja pela função que exercem (rei, empresário, acendedor de lampiões, geógrafo), seja por um atributo (vaidoso, bêbado).

A cada vez que um desses conceitos aparece, sendo relacionado ao vocábulo *stella* a partir de um verbo cujo sentido tenha a ideia de “habitar”, há uma implicação no significado do vocábulo ser “planeta”. Essa relação possui tanta força que mesmo em casos de incerteza e em sentenças que não contam com um verbo que signifique diretamente “habitar”, é possível realizar um paralelo e constatar que a possibilidade de alguém habitar já é indício suficiente de se tratar de um planeta.

Em (18), faz-se um questionamento acerca da existência de caçadores naquele ambiente. Por pressupor que a existência de caçadores implica a ideia de que o local possa ser habitado por pessoas com essa ocupação, o leitor é capaz de presumir que o vocábulo significa “planeta”. Isso, contudo, não exclui nuances leves de interpretação que passam pela inferência de que existe essa dúvida e, por haver o questionamento, o referente de *stella* possui as características de um planeta: é o ambiente cujas condições, sendo favoráveis, possibilitam a existência de pessoas que caçam.

Além dessa noção aplicada a seres humanos, também é possível trabalhar essa lógica com os elementos da fauna e da flora já mencionados na análise de outros trechos. Do mesmo modo como o conceito “planeta” envolve a presença de humanos, marcados por suas profissões e características, também é marcado pela presença de animais e plantas.

(19)	Namque in stella reguli, ut in stellis ceteris, utiles et inutiles herbae erant, ergo et utilia utilium herbarum et inutilia inutilium herbarum semina . (p. 14)	Et en effet, sur la planète du petit prince, il y avait comme sur toutes les planètes, de bonnes herbes et de mauvaises herbes. Par conséquent de bonnes graines de bonnes herbes et de mauvaises graines de mauvaises herbes. (p. 22)	Com efeito, no planeta do príncipezinho havia, como em todos os outros planetas, ervas boas e más. (p. 22)
(20)	Atqui terribilia semina in stellae reguli erant, scilicet semina adansoniarum . (p. 14)	Or il y avait des graines terribles sur la planète du petit prince... c'étaient les graines de baobab (p. 23)	Ora, havia sementes terríveis no planeta do príncipezinho: as sementes de baobá. (p. 23)
(21)	Stellae humus eis refertissima erat. (p. 14)	Le sol de la planète en était infesté. (p. 23)	O solo do planeta estava infestado. (p. 23)
(22)	Sin autem ovis florem vescetur, sic afficietur ipse quasi stellae omnes subito exstinguantur (p. 21)	Mais si le mouton mange la fleur, c'est pour lui comme si, brusquement, toutes les étoiles s'éteignaient! (p. 30)	Mas se o carneiro come a flor, é para ele, bruscamente, como se todas as estrelas apagassem! (p. 30)

Fonte: *Regulus* (2001); *Le Petit Prince* (1943); *O Pequeno Príncipe* (1984)

Em outros trechos já analisados, vimos que algumas palavras associadas à fauna e à flora, como flores, tigres, ratos e baobás, acompanharam *stella* atribuindo cargas de significado que, observadas sistemicamente, permitem ao leitor entender melhor a frase. Outros trechos também mostram esse grupo semântico agindo sobre o vocábulo.

No primeiro excerto observado, percebemos a recorrência de *herba* e a introdução da palavra *semen*, respectivamente equivalentes a “erva” e “semente”. Ambos os vocábulos relacionam-se ao termo *stella* a partir do verbo *erant* e da preposição *in*, elementos linguísticos que informam que essas coisas existem em um determinado lugar. No segundo excerto, há ainda uma especificação do que fora informado anteriormente: dentre as sementes de ervas inúteis e terríveis, havia a semente de baobás, em latim, *adansoniae*. Esse termo foi cunhado, no latim, a partir de um empréstimo linguístico.

O nome desse gênero de plantas foi dado em virtude do biólogo francês chamado Michel Adanson (1727–1806). Após tomarem um nome próprio para a criação da palavra, recorreu-se ao latim para elaborar o nome científico, e, assim, acrescentaram o sufixo *-ia* ao nome, chegando a *Adansonia digitata* (PRIBERAM, 2021; WIKICIONÁRIO, 2021). Este é um processo bastante interessante pois o neologismo teve base em um processo antroponímico, para, depois, entre o século XVIII e XIX, utilizarem a estrutura linguística do latim para criar um termo científico para a palavra cunhada pelo sobrenome francês.

Isto é, o termo não possui origem latina, mas francesa, tendo sido utilizado o arcaísmo ao usufruir da estrutura latina para formar o nome científico. Vale ressaltar, contudo, que *Adansonia* é o nome dado ao gênero de plantas, mas nas línguas modernas não é esse o vocábulo utilizado principalmente para fazer referência à árvore específica. Em francês, a árvore chama-se *baobab*; em português, *baobá*. Percebe-se, portanto, que, no processo de tradução, o autor se valeu da existência do nome científico em latim para contornar a ausência de um termo próprio no vocabulário clássico – visto que nem um vocábulo para “baobá” nem mesmo *adansonia* constam nos dicionários de latim clássico. De todo modo, como a palavra só se estabeleceu no início do século XIX, não deixa de figurar como um neologismo do ponto de vista da língua latina, que nesse caso, curiosamente, se assemelha a um empréstimo linguístico que, antes, bebeu do latim para ser criado.

Dito isso, (19) e (20) apresentam termos da ordem da fauna e da flora, a fim de fornecer a informação de que *stella* possui condições favoráveis a esses tipos de vida. Por meio do conhecimento dos polissistemas, já entendemos que não são as estrelas que possuem tais condições, mas os planetas; e podemos comprovar essa interpretação pela comparação com o original: em ambos os trechos, o texto-fonte apresenta como equivalente francês o vocábulo *planète*.

A regra estabelecida e ratificada por esses dois trechos pode ser avaliada novamente no próximo excerto que, dessa vez, não menciona diretamente nenhuma palavra da fauna ou da flora, mas ainda consegue se encaixar nesse grupo semântico pois o conteúdo da frase diz respeito a essa noção. Primeiramente, o vocábulo *humus* agrega à sentença o sentido de “solo, terra”. Já por isso é possível traçar uma conexão entre o termo e o grupo semântico em questão: *humus* nada mais é do que a base para a existência da fauna abordada no enredo. Essa informação é suficiente para interpretar *stella* como planeta, mas além dela, a sentença

também informa que esse solo estava infestado das sementes más que foram mencionadas na sentença anterior. Isso completaria a noção de fauna que é atribuída a *stella*, induzindo o leitor a realizar a leitura como “planeta”.

O trecho (22) apresenta uma exceção à regra, mas podemos justificá-la. Assim como ocorreu em grupos semânticos analisados anteriormente, o excerto em análise também traz uma disputa de forças, manifestada pelo vocábulo *florem* e pelo verbo *extinguantur*. Para melhor entender essa disputa semântica, observemos os trechos (23), (24) e (25), com mais exemplos do segundo grupo semântico envolvido.

(23)	Cum enim lychnum cuius procurationem habet accendit , novam stellam vel florem quodam modo gignit. (p. 40)	Quand il allume son réverbère, c'est comme s'il faisait naître une étoile de plus, ou une fleur. (p. 58)	Quando acende o lampião, é como se fizesse nascer mais uma estrela , mais uma flor. (p. 50)
(24)	Postquam aliquot horas taciti incessimus, advesperavit et stellae lucere coeperunt (p. 67)	Quand nous eûmes marché, des heures, en silence, la nuit tomba, et les étoiles commencèrent de s'éclairer. (p. 88)	Já tínhamos andado horas em silêncio quando a noite caiu e as estrelas começaram a brilhar. (p. 78)
(25)	Quaero, inquit, num idcirco stellae luceant utin suam cuique redivisus aliquando pateat. Aspice meam , Ispis cervicibus áostris impendet... At quantum abest! (p. 49)	Je me demande, dit-il, si les étoiles sont éclairées afin que chacun puisse un jour retrouver la sienne. Regarde ma planète . Elle est juste au-dessus de nous... Mais comme elle est loin! (p. 68)	As estrelas são todas iluminadas... Não será para que cada um possa um dia encontrar a sua? Olha o meu planeta : está justamente em cima de nós... Mas como está longe! (p. 62)

Fonte: *Regulus* (2001); *Le Petit Prince* (1943); *O Pequeno Príncipe* (1984)

Marcadas em azul claro, estão as palavras cujo sentido envolve a **capacidade de iluminar-se**. Alinhado ao pensamento desenvolvido durante a análise do grupo semântico de observação, a qual estabelece que corpos celestes vistos de longe se assemelhavam, aqui destaca-se um aspecto de semelhança: o brilho. Sendo as estrelas corpos iluminados que

brilham no céu, palavras que se relacionem com a dinâmica de brilhar compõem esse grupo semântico.

Em primeiro lugar, destacamos um trecho que representa a metáfora realizada na história. O personagem declara que acender um lampião é como fazer nascer uma estrela. A aproximação entre os domínios da estrela e do lampião é realizada a partir da característica que une cada uma dessas ideias: tanto estrelas quanto lâmpioes são capazes de iluminar com a luz gerada por eles. Seguindo essa linha de raciocínio, ao utilizar o verbo *accendere*, o qual imprime ao texto a noção de “por fogo” e “iluminar”, e comparar com *gignit stellam*, é possível traçar o paralelo e entender que o ponto de união entre os dois eventos é justamente a ação de iluminar e, por isso, interpretar *stella* como “estrela”, pois são as estrelas que iluminam naturalmente.

O próximo trecho reforça a regra estabelecida, tendo *stella* como sujeito da ação *lucere coeperunt*, ou seja, “começar a brilhar”. Relembrando o trecho (14)²⁷, percebemos também a recorrência do sentido da noite. Neste trecho, esse significado vem explícito pela presença da palavra *nocte*, ao contrário do excerto destacado agora que apresenta o verbo *advesperavit*, o qual significa “anoitecer; se aproximar da noite”. Visto isso, entende-se que o contexto de enunciação de *stella* envolve o período noturno, no qual exemplares em quantidade plural e indefinida começam a brilhar. O grupo semântico acionado, dessa forma é o da capacidade de iluminar-se, cujo uso típico aponta para “estrela”. Isso é endossado pela comparação com as outras versões: ambas também registram “estrela” como tópico.

Deixamos esse excerto por último porque ele aponta uma construção interessante para análise. No texto-fonte, lê-se primeiro *étoile* e depois *planète*, ambos os referentes aparecem na sentença. Na versão em português, uma estrutura semelhante é elaborada, de modo que os termos diferenciados aparecem no mesmo parágrafo, cada qual gerando um significado diferente. Como sabemos, a tradução latina falha em diferenciar os referentes de forma tão imediata como nas demais versões, ou seja, para ambos objetos, a mesma palavra é utilizada, cabendo ao leitor acessar as pistas linguísticas que o orientam a cada interpretação. Em latim, a repetição do mesmo vocábulo com sentidos diferentes poderia confundir o leitor, mas o

²⁷ Cf. Saint-Exupéry: “*Cum caelum nocte intueberis, quoniam in aliqua habitabo, quoniam in aliqua ridebo, propterea tibi omnes **stellae** ridere videbuntur.*”; “Quando olhares o céu de noite, porque habitarei uma delas, porque numa delas estarei rindo, então será como se todas as **estrelas** te rissem!”

tradutor utilizou a estratégia de omissão de um deles, concentrando seu sentido em um termo capaz de, sozinho, representá-lo.

Isso ocorreu da seguinte forma: a primeira ocorrência de *stella* foi mantida no texto, tendo seu sentido especificado pela forma verbal *luceant*, a qual significa “emitir luz, brilhar”. Com isso, o leitor pode ser capaz de perceber que o verbo aciona o grupo semântico relativo ao **caráter daquilo que é capaz de iluminar-se** e, por isso, associar *stella* a “estrela”. Já com a segunda ocorrência, o tradutor omitiu a palavra *stella*, mas a representou pelo pronome possessivo *mea*.

Como discutido anteriormente, o grupo semântico de **posse natural** impulsiona o leitor à interpretação do referente “planeta” para a palavra. Esse trecho, por sua vez, evidencia a naturalidade com a qual essa relação é tratada, de modo que o uso típico da língua permite que apenas o possessivo, fazendo referência ao termo que fora omitido, seja capaz de passar a informação de que o objeto da enunciação mudou: o que inicialmente significava “estrela”, agora significa “planeta”, já que foi atribuído ao texto o sentido de posse e naturalidade.

Além da noção de possessividade relacionada à naturalidade de indivíduos, que é socialmente aceita pelos polissistemas, há também no livro outros momentos em que se cria uma relação de posse com a palavra *stella*; mas, nesses casos, a possessividade provoca estranhamento. Não se trata de uma posse natural, mas **posse contratual**. O contexto em que esse grupo semântico aparece envolve uma das experiências do pequeno príncipe, que passa por um planeta cujo habitante coleciona e possui *stellas*. Disso surgem as sentenças destacadas para análise:

(26)	Stellas possides? (p. 38)	Tu possèdes les étoiles? (p. 54)	Tu possuis as estrelas? (p. 48)
(27)	Qua ratione stellae ab aliquo possideri possunt? (p. 38)	Et à quoi cela te sert-il de posséder les étoiles? (p. 54)	Como pode a gente possuir as estrelas? (p. 48)
(28)	Eadem ratione ego stellas possideo , quoniam nemini ante me in mentem venit eas sibi vindicare. (p. 39)	Et moi je possède les étoiles , puisque jamais personne avant moi n’a songé à les posséder. (p. 55)	E quanto a mim, eu possuo as estrelas , pois ninguém antes de mim teve a ideia de as possuir. (p. 49)

O primeiro estranhamento surge na sentença interrogativa (26), na qual o verbo “possuir” relacionado a *stella* não é visto com naturalidade; logo em seguida, o personagem questiona a serventia dessa posse. Veja que *ratione* (“razão”) vem logo antes da palavra *stella* e, em seguida, *possideri possunt* (“podem possuir”), em outras palavras: que razão há em possuí-las? Esse questionamento não é de fato sanado pelo personagem que é indagado, ao que ele responde que as possui, simplesmente porque ninguém antes teve a ideia de possuí-las. Em outro trecho, o personagem explica o processo da posse, que passa pela ação de escrever em um papel que ele é dono da coisa e guardar o papel em um cofre.

Dessa forma, é estabelecida, pela obra, circunstâncias diferentes envolvendo o grupo semântico de posse, uma em que o pronome possessivo aparece naturalmente indicando uma relação que tem como base a origem de alguém, quase como um sentido de posse mútua entre as partes, pertencimento – lê-se: “sou de algum lugar” gera “meu lugar”; “minha cidade” gera “sou dessa cidade” –, ao mesmo tempo em que outra noção de posse também aparece como uma forma desarrazoada, quando implica a não mutualidade, uma relação contratual, sem ligação alguma entre aquele que possui e aquilo que é possuído.

Ao contrário do grupo analisado anteriormente, de **posse natural**, esse estranhamento da posse, que é fruto de um contrato unilateral, não possui relação com o referente “planeta”, mas com “estrela”. Isso é evidenciado pela comparação entre as versões analisadas nessa pesquisa, que mostra que ainda que os grupos semânticos auxiliem na interpretação do vocábulo, nuances de sentido devem ser percebidas para garantia de uma leitura mais próxima da pretendida pelo texto-fonte.

Esse estranhamento aparece também alinhado a outro grupo semântico, o de grandes quantidades. Já tratamos desse significado em outros momentos, portanto destacamos dois trechos que o exemplificam:

(29)	Quid porro quinquies milies centenis milibus stellarum facis? (p. 38)	Et que fais-tu de cinq cents millions d'étoiles? (p. 54)	E que fazes tu de quinhentos milhões de estrelas? (p. 48)
------	---	--	---

(30)	Si quis florem Amat cujus nusquam alibi in sescentis milibus stellarum similis alter exsistat, id est ut earum spectaculo laetetur (p. 21)	Si quelqu'un aime une fleur qui n'existe qu'à un exem- plaire dans les millions et les millions d'étoiles , ça suffit pour qu'il soit heureux quand il les regarde. (p. 30)	Se alguém ama uma flor da qual só existe um exemplar em milhões e milhões de estrelas , isto basta para que seja feliz quando a contempla. (p. 30)
------	--	--	---

Fonte: *Regulus* (2001); *Le Petit Prince* (1943); *O Pequeno Príncipe* (1984)

Em (29), há a combinação entre o estranhamento tratado na análise anterior e a grande quantidade de exemplares do referente de *stella*. Unindo o sentido gerado pelo estranhamento geral da frase, que indaga sobre a utilidade de tantos objetos, com a ocorrência do numeral *quinquies milies centenis milibus*, tanto em francês, quanto em português, trata-se de quinhentos milhões de “estrelas”. Logicamente, o personagem interrogado não poderia se relacionar com essa quantidade de corpos celestes, tornando útil cada interação.

A palavra *stella*, quando determinada por um valor tão alto, entra na área de interpretação relacionada aos corpos celestes infinitos que existem no céu. Estes podem ser tanto estrelas, quanto planetas, como qualquer objeto visto a uma distância grande o bastante para transformá-lo em simples ponto de luz no céu. Isso se confirma no segundo excerto, em que há a ocorrência do termo *florem*, pertencente ao grupo semântico da fauna e da flora. A presença desse vocábulo associado a *stella* inicia uma disputa de forças semânticas que se encerra quando a palavra é determinada pelo numeral *sescentis milibus*²⁸.

A presença de numerais acompanhando o vocábulo *stella* também pode ser sinal de outro sentido, agora mais fácil de identificar, devido a uma particularidade em sua estrutura. Logo na página 9, surge a palavra *stellulam*, flexão de acusativo de *stellula*. Aqui ocorre a utilização do sufixo *-ulus, -a, -um* para formar o diminutivo. O trecho em que o vocábulo aparece primeiro trata da existência de outros planetas pequenos, além dos planetas grandes já conhecidos; e a palavra surge justamente quando o narrador insere a informação a respeito de como ocorre a catalogação dessas novas descobertas. Por essa razão, é natural interpretar que *stellula* funcionaria como um diminutivo simples para *planeta*, significando “planetinha” ou

²⁸ Cabe nota explicando que o termo *spectaculo*, embora tenha o sentido de observação, não entra no grupo semântico c) porque está relacionado a *florem* e não a *stellarum*. Por ser a flor o objeto de contemplação, não cabe análise de como esse sentido influenciaria na compreensão de *stella*.

“planeta pequeno”, em oposição ao já mencionado no mesmo parágrafo *majores stellas* (*planetas maiores, grosses planètes*), entretanto, a partir da comparação com o texto-fonte e a tradução para português, percebemos que há uma acepção diferente para esse diminutivo.

O vocábulo *stellula* aparece no texto com o sentido de “asteroide”, um bólido diferente de uma estrela e também de um planeta. Com isso, configura-se uma terceira acepção e, nesse caso, o vocábulo escolhido pelo tradutor consegue separar-se do substantivo primário, se estabelecendo como uma derivação sufixal, uma palavra formada a partir de *stella*, mas que significa e representa um objeto diferente. A força desse neologismo consiste em haver limitação de sentido envolvendo *stella*: não se trata do tamanho da estrela, mas, realmente, de um novo referente, um novo sentido, uma nova palavra.

Partindo para análise, tendo como referência as versões francesa e brasileira, em nove das ocorrências de *stellula*, apenas duas não significam “asteroide”. Seleccionamos três trechos em que ocorrem mais variação na construção para desenvolver a pesquisa – os demais são semelhantes em estrutura, portanto dispensáveis para os propósitos de observação dos itens que acompanham a palavra –, são eles:

(31)	Quare ubi astrologus aliquam reperit, non nomine sed numero eam notat appellatque, verbi causa, stellulam ter millesimam ducentessimam quinquagesimam primam. (p. 9)	Quand un astronome découvre l’une d’elles, il lui donne pour nom un numéro. Il l’appelle par exemple : « l’ astéroïde 3251. » (p. 17)	Quanto o astrônomo descobre um deles, dá-lhe por nome um número. Chama-o, por exemplo: “ asteroide 3251” (p. 19)
(32)	Cum autem eum tristiozem recordatio relictæ stellulae reddidisset, veniam a rege petere ausus est (p. 30)	Et comme il se sentait un peu triste à cause du souvenir de sa petite planète abandonnée, il s’endurcit à solliciter une grâce du roi : (p. 44)	E como se sentisse um pouco triste à lembrança do seu pequeno planeta abandonado, ousou solicitar do rei uma graça. (p. 40)

(33)	Gravi de causa existimo eam unde regulus venerii stellulam sescentessimam duodecimam secundi generis esse. Quae stellula anno millesimo nongentesimo nono a Turca astrologo adhibito telescopo semel conspecta est (p. 9)	J'ai de sérieuses raisons de croire que la planète d'où venait le petit prince est l' astéroïde B 612. Cet astéroïde n'a été aperçu qu'une fois au télescope, en 1909, par un astronome turc. (p. 17)	Tenho sérias razões para supor que o planeta era o asteroide B 612. Esse asteroide só foi visto uma vez ao telescópio, em 1909, por um astrônomo turco. (p. 19)
------	--	--	--

Fonte: *Regulus* (2001); *Le Petit Prince* (1943); *O Pequeno Príncipe* (1984)

Nesses trechos, algumas palavras se destacam como constituintes de outros grupos semânticos. Como ponto de partida para entendê-los, enfatizamos que, para os polissistemas tanto do ponto de vista do narrador como das culturas francesa e brasileira, *asteroide*, *planeta* e *estrela* são palavras diferentes para corpos celestes diferentes; por outro lado, o polissistema do príncipezinho aproxima todas essas noções em uma: um referente que muda de nome a depender do contexto, há então de ocorrer uma coerência intratextual.

No primeiro excerto destacado, ocorre uma contextualização, explicando o que ocorre quando um astrônomo, profissional responsável pelo estudo dos astros, descobre um bólido no espaço de tamanho pequeno: *non nomine sed numero eam notat appellatque*, isto é, identifica-o por um número e não por um nome. A isso chamamos de **catalogação**, relação de sentido que constitui o grupo semântico m). Além disso, também se manifesta, em trechos como esse, o valor semântico do olhar científico, já que a experiência de descoberta e catalogação é realizada por um cientista e passa por métodos sistematizados.

Desse modo, palavras como *astrologus*, *telescopo* e os numerais de catalogação *millesimam ducentessimam quinquagesimam primam* e *sescentessimam duodecimam secundi* podem ser encarados como pistas linguísticas que indicam a acepção diferente para o vocábulo *stella*. É importante destacar que, embora haja a diferenciação entre os termos pelo próprio sufixo formador do neologismo, nem sempre a forma *stellula* irá representar “asteroide”, podendo também aparecer como referência a “pequeno planeta”, seguindo o significado natural da flexão de diminutivo, tanto que no segundo trecho destacado essa exata situação ocorre.

Em (32), não se encontra palavra alguma pertencente aos dois grupos semânticos que se relacionam com “asteroide”, mas é possível perceber nuances do grupo semântico de origem, quando o planeta é caracterizado como abandonado (*relictæ*), sendo marcada uma relação de “local para retornar” (*reddidisset*). A noção de origem é relacionada principalmente com o referente “planeta”, e, observando o texto-fonte e a versão brasileira, os vocábulos que figuram nos trechos como equivalentes são, justamente, *planeta* e *planète*.

Com isso, novamente podemos ver que a ausência de termos de um grupo semântico, mesmo que esse vocábulo tenha uma forma que pareça excluir outras acepções, pode ser um indício de outro significado, ainda mais se houver palavras que indiquem outro sentido. Nesse caso, toda a estrutura da palavra com acréscimo do sufixo indica uma ideia, porém o uso típico de termos que orientam o leitor a caracterização do referente como um lugar de onde se partiu e que ficou abandonado pela ausência de retorno bastou para que essa força impulsionasse o leitor para outra interpretação.

Por fim, o último trecho observado serve para mostrar a estratégia na tradução diante da presença de referentes que compartilham o mesmo radical. No excerto analisado, *planeta* e *asteroide* são mencionados juntos, de forma que o tradutor precisou contornar a situação para evitar a repetição de palavras tão semelhantes, afinal, já se arrisca confusão suficiente ao ter um radical compartilhado por três significados, na mesma frase, a repetição potencializaria eventuais confusões.

A estratégia adotada foi a de subtração de um dos vocábulos, a qual deu-se pela substituição de uma palavra por um pronome, restando, no primeiro período, apenas a palavra *stellula* em evidência. Ainda sob risco de equívocos na interpretação, o uso típico pode ser acionado para melhor entender se o vocábulo que permaneceu significaria “asteroide”, “pequeno planeta” ou mesmo “estrelinha”. Para elucidar, decomposemos a frase do seguinte modo:

*Gravi de causa existimo eam [unde regulus venerit] **stellulam** sescentessimam duodecimam secundi generis esse.*

(i) *Gravi de causa existimo*

(ii) *eam unde regulus venerit **stellulam***

(iii) *sescentessimam duodecimam secundi generis esse*²⁹

Como há mais de uma forma de encarar o vocábulo *stellulam* – estrelinha, planetinha ou asteroide –, convém observar que este encontra-se entre dois grupos semânticos distintos. À esquerda, há o sintagma *unde regulus venerit*³⁰, o qual conta com o valor semântico e), marcando a origem do personagem a partir do verbo *uenire* (vir, aparecer); pela direita, *stellulam* é influenciado pelo numeral de catalogação utilizado para nomear o asteroide B 612. Desta forma, resta claro que ocorre uma aproximação entre os representantes de cada grupo semântico, ao passo que geralmente o sentido manifestado diante da noção de origem é o de “planeta” enquanto “asteroide” é acompanhado pelo valor de catalogação. Com isso, é possível, além de excluir a interpretação do termo como *estrelinha*, entender que aquilo que, do ponto de vista do polissistema terrestre, é conhecido e marcado pelo olhar científico dos astrônomos como sendo um asteroide, para o polissistema individual do pequeno príncipe, único habitante de seu lar, é um planeta. Assim, o mesmo signo compreende ambas acepções, entretanto, de um ponto de vista mais definitivo, como a redação francesa destaca vocábulos diferentes e a latina apenas um, cabe ao leitor preencher a lacuna direcionando a interpretação para “esse planetinha, de onde o príncipezinho teria vindo, é o [asteroide] B 612” ou mesmo “esse asteroide, de onde o príncipezinho teria vindo, é o B 612”. De qualquer modo, um dos vocábulos é suprimido, tendo seu sentido preservado pelos vocábulos que carregam seu valor semântico.

Seguindo essa interpretação, nota-se que os grupos semânticos são capazes de exercer influência mesmo na ausência do vocábulo de interesse. Em francês e em português, há ocorrência de termos distintos na frase – *planète + astéroïde* e *planeta + asteroide* –, ao passo que em latim apenas a palavra *stellula* é evidente. Havendo a possibilidade de significá-la por *pequeno planeta* ou *estrelinha*, além de *asteroide*, a análise dos grupos semânticos é um caminho válido, o qual aponta para a presença de três grupos diferentes: o **olhar científico**, expresso pelos termos *astrologo* e *telescopo*; a **catalogação**, expressa por *sescentessimam*

²⁹ O trecho encontra correspondência linguística com a tradução brasileira da seguinte forma:

Tenho sérias razões para supor que [o planeta] era o asteroide B 612.

(i) Tenho sérias razões para supor que

(ii) o planeta

(iii) era o asteroide B 612

³⁰ Tradução nossa: “De onde o príncipezinho teria vindo”.

duodecimam secundi; e a **origem**, expressa pelo verbo *uenerit*. É pela falta de consenso no referente comum acompanhado pelo uso típico dessas palavras que a compreensão pode ser facilitada.

O verbo cuja noção gera o sentido de origem, modifica os pronomes – que também imprimem ao texto noção semelhante – e auxilia o leitor na compreensão de que a equivalência pretendida pelo verbo de ligação *esse*, aproxima significados diferentes. Como o grupo semântico origem tipicamente acompanha o referente planeta, esse sentido pode ser evocado ao inserir no contexto palavras que comumente lhe são associadas. Por outro lado, os demais grupos semânticos presentes no trecho, encarregam-se de imprimir a *stellula* a noção não de “pequeno planeta” ou “estrelinha”, mas de “asteroide”, que é uma acepção mais comum.

A estrutura da frase, então, coloca os termos que representam “planeta” em posição de equivalência com o vocábulo *stellula*, sendo as noções ligadas pelo verbo *esse*. Isso significa que “este (planeta) de onde o príncipe vem é o asteroide”. É necessário para o sentido da frase que haja uma diferença no conceito dessas duas partes, senão seria como se o tradutor dissesse “o planeta é o planeta”.

3.3 OS SENTIDOS LEVANTADOS A PARTIR DE *MONS*

Outro objeto que se destacou no que diz respeito ao modo como foi referenciado foi o “vulcão”. Essa estrutura geológica é natural da formação do planeta Terra, sendo um referente reconhecido independentemente do período histórico que se definisse como ponto de referência literário. A tradução do termo para o latim, portanto, não deveria enfrentar grandes desafios, levando-se em consideração que mesmo durante a fase de consolidação da língua, após o ano 79 da nossa era, Roma já reconhecia a força de Vesúvio, o vulcão que tomou a cidade de Pompeia, isto é, o conceito não era estranho nem para o polissistema romano nem para a língua.

O relato escrito mais antigo de uma erupção vulcânica é de Plínio, o Jovem (61 - 114), que foi testemunha ocular da erupção de Vesúvio e a narra em uma de suas epístolas a Tácito. Nela, é possível perceber que, no primeiro século, Vesúvio era tratado como “monte”, ao que Plínio registrava “*Interim e Vesuuio monte pluribus locis latissimae flammae altaque incendia*

*relucebant*³¹” (PLIN. *Ep. Tac.*, 6.16.13). Há, claro, uma caracterização da propriedade vulcânica, ao passo que palavras pertencentes ao campo semântico de fogo – *ignei spiritus* (sopro ígneo), *longas flammaram figuras* (longas figuras de chama) – são acionadas durante o relato, entretanto Vesúvio não é tratado como vulcão, propriamente dito como se faz atualmente, mas apenas como *mons*, sendo comparado até mesmo a um pinheiro diante de sua forma.

Portanto, a carta de Plínio, como documento histórico, deixa indícios de que, embora o conceito do vulcão já fosse familiar ao polissistema latino, reconhecendo também sua relação com as chamas, não havia um termo próprio que diferenciasse Vesúvio de montes comuns. Na ausência de qualquer termo que denotasse um sentido restrito para “monte”, é possível inferir que essa distinção ainda não era amplamente realizada.

Mesmo assim, a familiaridade do termo *uolcan* com a língua latina é tanto etimológica quanto cultural. Os vocábulos do francês (*volcan*) e do português (*vulcão*) derivam do nome *Volcanus*, do deus romano do fogo, filho de *Iupiter* e *Iuno*. Compêndios de norma reconhecem esse termo e seus derivados como uma forma legítima de referenciar-se a elementos e objetos associados ao fogo, como “armas vulcânicas” – aquelas feitas por *Volcanus* para *Achilles* –; metonimicamente também o próprio fogo e as chamas poderiam ser verbalizadas pelo adjetivo *uolcanius*, *-a*, *-um* ou mesmo pelo substantivo próprio que nomeava o deus – o *OLD* (1968, p. 2097) considera essa perífrase típica em obras clássicas. Diante das características que definem o vulcão e seu potencial para queimar vastos territórios a partir de suas erupções, nomeou-se a estrutura com base nessa figura mitológica.

Considerando a hipótese de não haver ainda, na literatura, vocábulo adequado consagrado especificamente para fazer menção a esse referente, dispensando quaisquer metonímias ou perífrases, um caminho natural seria beber da mesma água que diversas línguas modernas beberam para cunhar a palavra e valer-se da mitologia para encontrar um vocábulo apropriado para ser utilizado durante a tradução de *Regulus*. A questão é que um caminho inesperado foi tomado: o tradutor optou por realizar uma outra perífrase para representar esse objeto, indo de encontro a outras representações.

³¹ “Entrementes, em muitos lugares reluziam as chamas larguíssimas e os fogos altos do monte Vesúvio” (Tradução de Mauri Furlan, PLIN. *Ep. Tac.*, VI, 16; 20, v. 13)

Sendo assim, temos que a ideia de “vulcão” é verbalizada por um hiperônimo, o substantivo *mons*, *-ntis*, o qual pode significar de modo mais primário montanhas, montes e colinas. Um vulcão, por sua vez, não deixa de assemelhar-se em estrutura às montanhas, sendo uma categoria mais restrita desse conjunto: todos os vulcões são montanhas, mas nem todas as montanhas são vulcões. Isto é, a tradução optou por destacar o hiperônimo, especificando que são montanhas vulcânicas. O modo como essa especificação ocorre, contudo, nem sempre é objetivo, contando muitas vezes com pistas lexicais que orientam a leitura para uma compreensão; além disso, essa escolha tradutória também esbarra na menção a outras representações ao longo do texto.

O sentido de montanha agrupa diferentes modelos, não sendo possível alcançar o significado pretendido pelo autor apenas a partir da palavra *mons*. De modo mais superficial, podemos dividir as montanhas em quatro tipos principais:

Quadro 8 – Tipos de montanhas e algumas especificidades

Tipo de montanha	Choque entre placas tectônicas	Liberação de lava	Desgaste por fenômeno da natureza	Sofre pressão vertical	Sofre pressão horizontal
Dobradas	+	-	-	-	+
Vulcânicas	+	+	-	-	-
Falhadas	+	-	-	+	-
De erosão	-	-	+	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2022) a partir dos dados obtidos em Morfologias associadas aos processos endógenos (NUNES; NÓBREGA JR, [s.d.]

Entendendo que cada tipo de montanha possui algum traço distintivo referente à sua formação, é necessário buscar na língua outros recursos que auxiliem em uma interpretação mais acurada do termo *mons*, já que o principal referente no texto-fonte é um dos tipos, a montanha. Os recursos, portanto, devem ser utilizados a fim de direcionar o leitor para a compreensão de que o referido *mons* é o tipo que envolve em sua concepção a liberação de lava. O Quadro 9 apresenta os grupos semânticos de palavras associados a esse vocábulo de forma significativa.

Quadro 9 – Grupos semânticos relacionados ao vocábulo *mons*

Campo semântico	Palavras	Sentidos
a) Presença de calor	Ardentium, mitigandum, ardent, erupt, eruptions, ignium, ignibus, cam inis, concipiuntur, vulcanius, ardeant, exardescant, ardor	vulcão
b) Ausência de calor	Exstinctum, exstincti, exstinctus, exstincti, exstincto	vulcão
c) Grande	Alto, altum, altus	montanha/ monte
d) Pequeno	Altitudine genibus, genibus altitudine, sellula	vulcão
e) Cuidado	Purgo, purgemus, purgata, purgavit	vulcão
f) Posse	Habebat, mihi, possideam, possideri, suos	vulcão

Fonte: Elaborado pela autora. (2022)

Para explicitar essa questão, levantamos alguns trechos em que essa representação se faz marcante e analisamos os grupos semânticos que ocorrem, à luz do uso típico da língua, associados aos sentidos apresentados.

(1)	<p>Montium ardentium ora diligenter purgavit; duos ardentes habebat, qui ei ad jentaculum mane mitigandum perutiles erant (p. 25)</p>	<p>Il ramona soigneusement ses volcans en activité. Il possédait deux volcans en activité. Et c'était bien commode pour faire chauffer le petit déjeuner du matin. (p. 37)</p>	<p>Reolveu cuidadosamente seus dois vulcões em atividade. Pois possuía dois vulcões. E era muito cômodo para esquentar o almoço. (p. 34)</p>
(2)	<p>Eruptiones enim ignium ignibus illis similes sunt qui caminis concipiuntur. (p. 25)</p>	<p>Les éruptions volcaniques sont comme des feux de cheminée (p. 37)</p>	<p>As erupções vulcânicas são como fagulhas de lareira. (p. 34)</p>

(3)	Sane his in Terris statura nimis exigua sumus ut montes ardentis purgemus (p. 25)	Évidemment sur notre terre nous sommes beaucoup trop petits pour ramoner nos volcans . (p. 38)	Na terra, nós somos muito pequenos para revolver os vulcões . (p. 34)
(4)	Mihi sunt tres ejus modi montes quorum duo etiam nunc ardeant , unus exstinctus sit.(p. 46)	J'ai trois volcans . Deux volcans en activité, et un volcan éteint. (p. 64)	Eu tenho três vulcões . Dois vulcões em atividade e um vulcão extinto (p. 57)
(5)	At fit exstincti montes rursos exardescant (p. 47)	Mais les volcans éteints peuvent se réveiller, interrompit le petit prince. Qu'est-ce que signifie « éphémère » ? (p. 64)	Mas os vulcões extintos podem se reanimar, interrompeu o principzinho, (p. 57)
(6)	Sunt mihi montes – vulcanios eos vocant – quos octavo quoque die purgo . Nam et eum purgo qui exstinctus est. Utque cavendum est. Et eis prodest et flori a me possideri. (p. 39)	Je possède trois volcans que je ramone toutes les semaines. Car je ramone aussi celui qui est éteint. On ne sait ja- mais. C'est utile à mes volcans , et c'est utile à ma fleur, que je les possède. Mais tu n'es pas utile aux étoiles... (p. 56)	Possuo três vulcões que revolvo toda semana. Porque revolvo também o que está extinto. A gente nunca sabe. É útil para os meus vulcões , é útil para a minha flor que eu os possuía. (p. 50)
(7)	Utrum exstinctus sit ardor eorum an excitatus, nihil nostra interest. Nosmet montis tantum rationem habemus. (p. 47)	Que les volcans soient éteints ou soient éveillés, ça re- vient au même pour nous autres, dit le géographe. Ce qui compte pour nous, c'est la montagne (p. 64)	Que os vulcões estejam extintos out não, isso dá no mesmo para nós, disse o geógrafo. O que nos interessa é a montanha . (p. 57)

Fonte: *Regulus* (2001); *Le Petit Prince* (1943); *O Pequeno Príncipe* (1984)

Todos os trechos apresentados possuem como elemento comum palavras que remetem ao grupo semântico de **temperatura elevada**. Em diversas palavras diferentes, é possível encontrar itens lexicais que, de alguma forma, ambientam a sentença, atribuindo a *mons* a característica de ser um objeto aquecido por alguma razão.

No primeiro caso, que é também a apresentação do vocábulo no livro, *montium* é determinado por *ardentium*, ou seja, diz-se “montanha ardente”. Essa acaba sendo a forma apresentada para distinguir a montanha vulcânica das demais montanhas pertencentes a esse hiperônimo, de modo que a escolha do tradutor, nessa etapa do texto, é capaz de determinar, para o leitor, que o tópico dessa sentença não é uma montanha qualquer, mas uma montanha que arde. Retomando a tabela com os traços distintivos, aproximamos a noção de “liberar lava” com a noção de “arder”, e entendemos naturalmente que essa montanha é um vulcão.

Observando o trecho respectivo em português e em francês, há ainda outro termo que gera esse sentido da temperatura elevada: *aquecer* e *faire chauffer*. Contextualizados, os termos são inseridos para justificar que os pequenos vulcões possuem a utilidade de elevar a temperatura do alimento do personagem, e essa capacidade de fazer calor somente poderia ser associada à montanha vulcânica. Essas pistas linguísticas, entretanto, não se mantêm com semelhante força na versão latina, na qual o tradutor opta pelo verbo *mitigandum*. Essa forma nominal possui um sentido mais direcionado a “aliviar, amenizar, tornar menos potente”, de modo que poderia gerar um sentido oposto ao que foi pretendido pelo autor da obra, a menos que o leitor interpretasse que aquilo que o personagem desejasse tornar menos severo fosse a qualidade de estar “frio” do alimento, ou seja, amenizando a temperatura baixa, esquentar-se-ia o prato. De todo modo, *mitigandum* não carrega o sentido de esquentar em uma primeira instância, como ocorre nos trechos correspondentes em francês e português.

A fim de reforçar o local de importância de palavras cujo sentido remetem a temperaturas elevadas para alcançar a perspectiva de um vulcão na frase, destacamos um trecho em que, mesmo na ausência do vocábulo *mons*, o referente é acionado. No trecho original, fala-se de “erupções vulcânicas”, e, na tradução, haveria a possibilidade de registrar, segundo o *OLD*, o adjetivo *uolcanius*, entretanto o tradutor optou por utilizar palavras que carregassem o sentido da lava, sem explicitar o caráter vulcânico.

Em primeiro ponto, a palavra *eruptiones* já é capaz de evocar semanticamente “lava”, pois o substantivo pode ser utilizado com o sentido de uma súbita e violenta descarga³², seja de água, fogo ou outro elemento. Para garantir essa interpretação, e não outra dentre as listadas pelo dicionário como possíveis, o tradutor qualifica essa erupção por meio de uma repetição do vocábulo *ignis*. A construção *igniis ignibus*, por se tratar da mesma palavra

³² A sudden and violent discharge (of water, fire, etc.) (*OLD*, 1968, p. 620)

apenas com funções sintáticas diferentes, pode funcionar como “erupção de fogos de alta temperatura” ou “fogos com febre”, uma alternativa mais poética. Independente da acepção pretendida pelo tradutor, a inserção dessa dupla sobre *eruptiones* serve para reafirmar o caráter quente da matéria dessa erupção, remetendo à lava do vulcão.

Em segundo ponto, realiza-se uma comparação entre essa erupção e outro objeto: *caminis concipiuntur*, que possui como correspondente no trecho em português “fagulhas da lareira”. Tanto *caminus* quanto *concupio* agregam a noção da temperatura elevada, pois um gera o sentido de um forno, local aquecido o suficiente para assar ou transmitir o calor a outros elementos, e o outro também traz a acepção de chamas. Com essa análise, vemos que toda a sentença é construída em prol de firmar ao leitor a ideia de que essas montanhas descritas no parágrafo estão associadas a calor, a temperaturas altas, a liberação de um material que queima, isto é, o parágrafo constrói a imagem de uma montanha vulcânica.

Outro trecho destacado desse mesmo parágrafo retoma a estrutura *montes ardentis*, reforçando a força linguística dessa construção para representar “vulcão”. Já tendo essa noção estabelecida pela ambientação realizada nesse parágrafo, em outros capítulos, já é possível evocar o sentido de vulcão mesmo posicionando *mons* e *ardens* com uma certa distância um do outro, como ocorre em (4).

Nos trechos correspondentes em francês e português, essa sentença vem separada em dois períodos. O primeiro estabelece a quantidade de vulcões que o personagem possui: três; a segunda discrimina um dos outros: um está extinto e outro está em atividade. Tanto em francês como em português, existe a repetição de *volcan/vulcão*, mas, ao contrário dessas versões em que o vocábulo de interesse ocorre três vezes, na sentença da tradução, há apenas uma ocorrência de *mons* – as outras duas aparições são omitidas, restando a interpretação pelo contexto da frase e também pelas pistas linguísticas.

Ademais, os determinantes numéricos já informam ao leitor que essa divisão (dois - um) diz respeito aos três vulcões possuídos, mas, além disso, há a atribuição de uma qualidade referente ao grupo semântico de temperatura elevada: duas das montanhas são “ardentes” e outra está extinta. Isto é, a ausência daquilo que provoca a elevação de temperatura também pode indicar o referente “vulcão” se essa ausência for fruto de um apagamento, caso que pode ser visto nos últimos trechos destacados.

Em (5), ocorre uma construção interessante, pois *montes* é qualificado como “extinto, apagado” mas o texto ao mesmo tempo reconhece a possibilidade de “pegar fogo, reacender”. Isto é, a noção de extinção, no que diz respeito a montanhas, traz o sentido de uma montanha que não está mais em atividade – a qual somente pode ser a ação de expelir lava. O fato de a montanha estar apagada, aliado à relação de oposição aplicada pelo emprego de *exardescant* na frase, gera o sentido de que uma montanha extinta a qual pode reacender é um vulcão, pois quando não está em atividade, liberando lava, o vulcão se apaga, sendo indeterminado o momento em que voltará a “funcionar”.

Essa oposição feita pelo emprego aproximado de palavras que geram sentido de ausência e presença de calor é também uma pista linguística para obtenção do significado pretendido, aparecendo em outras partes do livro. Em um dos casos destacados, mostramos uma opção que poderia ter sido mais presente no livro. Na página 39, o tradutor faz uma adição no texto e, entre traços, acrescenta uma informação que não existe explícita nem no texto-fonte, nem na tradução brasileira.

No que as demais versões informam “posso três vulcões”, a tradução latina apenas informa *sunt mihi montes*. Essa informação, mais vaga em comparação às outras versões, dependeria apenas da noção de posse empregada ao vocábulo para indicar, conforme o contexto, que os referentes são os vulcões pertencentes ao pequeno príncipe. Com finalidade de tornar o texto menos vago, acrescentou-se a observação em forma de comentário de que são vulcânicas (*uolcanios*) as montanhas.

O adjetivo, como explicado antes, diz respeito ao que é associado ao deus do fogo, podendo ser uma perífrase para o próprio elemento. Como essa informação é adicionada no momento em que o personagem diz que possui montanhas as quais revolve semanalmente, e, pelo contexto, sabe-se que duas dessas montanhas são vulcões ativos, é possível inferir que, quando em outra frase, o texto informa que também revolve o *extinctus*, o que entra em pauta é a terceira montanha vulcânica que existe no planeta do personagem, com a diferença de que esta não está em atividade. Isto é, mesmo que no período não haja menção à palavra *mons*, a noção de ausência de calor pode ser associada a “vulcão” se essa ausência for fruto de uma extinção, ou seja, de um fogo que existia naturalmente mas não está mais presente.

Finalizando essa noção, destacamos um último trecho por apresentar uma variação vocabular. Novamente, no período em que as palavras são inseridas, não há a presença do

vocábulo *mons*, estando este oculto e subentendido pela força de representantes dos dois grupos semânticos de oposição: presença de calor (*ardor*) e ausência de calor (*exstinctus*). Essa omissão se deu devido à significação que viria a seguir: *Nosmet montis tantum rationem habemus*. Nessa ocorrência de *mons*, o referente em jogo é a montanha como hiperônimo, a montanha despida de tipificações, apenas a montanha como relevo.

No texto-fonte, como há uma palavra diferente para cada referente, não há necessidade de omitir uma delas; no primeiro período diz-se *volcan*, no segundo, *montagne*. Uma construção semelhante se repete na versão em português, mas quando observamos a tradução latina, o fato de o tradutor ter optado por utilizar uma palavra mais ampla para um referente restrito – mesmo havendo a possibilidade de utilizar um vocábulo igualmente restrito –, obriga-o, em certos pontos, a valer-se de estratégias desambiguadoras, neste caso, a substituição de um dos vocábulos pelas pistas lexicais que o identificam.

O que ocorre nesse trecho é que o polissistema do geógrafo presente nesse capítulo do livro não considera, para os fins daquele contexto, as diferenças entre montanha e vulcão, enxergando apenas o hiperônimo; já o polissistema não profissional vê que “montanha” e “vulcão” são objetos distintos. Nota-se que, quando as pistas lexicais componentes dos grupos semânticos são mencionadas, faz-se referência ao elemento de sentido restrito dentro do grupo do hiperônimo “montanha”, mas quando o vocábulo aparece explícito na oração seguinte, desacompanhado de qualquer pista linguística, a característica responsável pela restrição é descartada, restando apenas o sentido do hiperônimo. Isto é, a presença do grupo semântico diminui o escopo de sentido da palavra, enquanto a ausência desses termos amplia a compreensão dela, descaracterizando o referente.

Ao contrário das montanhas vulcânicas que são descritas na tradução como pequenas, batendo na altura dos joelhos (*Quam cum possideam et tres illos montes – qui cuidem se genibus meis altitudine adaequant et quorum uns fortasse in perpetuum exstinctus est – non valde magnus rex existimandus sum*³³), as montanhas comuns eram marcadas por itens lexicais que indicassem uma altura elevada (*Velut, si mons altus repertus esse nuntiatur, ei imperatur ut magnos lapides inde reportet*³⁴), isto é, o tamanho é um determinante para o

³³ Cf. Saint-Exupéry: “Uma rosa.e três vulcões que me dão pelo joelho, um dos quais extinto para sempre. Isso não faz de mim um príncipe muito grande...” (p. 67)

³⁴ Cf. Saint-Exupéry: “Tratando-se, por exemplo, de uma grande montanha, ele trará grandes pedras.” (p. 56)

significado. Vale destacar que esse apontamento semântico apenas funciona porque é assim na obra: os vulcões descritos fazem parte do pequeno planeta do príncipezinho, e são essas circunstâncias que determinam o padrão no uso da língua, na obra. Assim sendo, abrimos margem para ver como essa oposição é um traço facilitador na leitura.

Os trechos destacados a seguir foram retirados do mesmo parágrafo, no qual a palavra *mons* aparece significando ora “montanha”, ora “vulcão”. A principal pista linguística que ajuda o leitor a atingir a interpretação desejada é a oposição entre os grupos semânticos “grande” e “pequeno”.

(8)	Regulus in altum montem ascendit. (p. 53)	Le petit prince fit l’ascension d’une haute montagne . (p. 73)	O príncipezinho escalou uma grande montanha . (p. 64)
(9)	Montes antea nullos noverat nisi tres illos suos que se altitudine genibus ejus adaequabant (p. 53)	Les seules montagnes qu’il eût jamais connues étaient les trois volcans qui lui arrivaient au genou. (p. 73)	As únicas montanhas que conhecera eram os três vulcões que lhe davam pelo joelho. (p. 64)
(10)	Itaque exstincto monte quasi sellula utebatur (p. 53)	Et il se servait du volcan éteint comme d’un tabouret (p. 73)	O vulcão extinto servia-lhe de tamborete. (p. 64)
(11)	E monte tam alto universam stellam arque universos homines simul conspiciam (p. 53)	D’une montagne haute comme celle-ci, se dit-il donc, j’apercevrai d’un coup toute la planète et tous les hommes... (p. 73)	De montanha tão alta, pensava ele, verei todo o planeta e todos os homens (p. 64)

Fonte: *Regulus* (2001); *Le Petit Prince* (1943); *O Pequeno Príncipe* (1984)

O contexto de enunciação diz respeito ao momento em que o pequeno príncipe, no planeta Terra, escalou uma montanha. Seguindo o texto-fonte, o vocábulo *montem* é qualificado pelo adjetivo *altum*, significando que esse referente é grande. Na sentença seguinte, essa qualificação é justificada pela informação de que as únicas montanhas que o personagem conhecera eram seus três vulcões, os quais eram pequenos (*altitudine genibus*). Esse trecho em específico é relevante porque, embora haja a marcação do item semântico de tamanho pequeno, a palavra *montes*, na verdade, significa “montanhas”.

Essa quebra de expectativa ocorre pela estratégia, já utilizada anteriormente, de suprimir um elemento que, em latim, se repetiria, mas que, no texto-fonte, apareceria na forma de outra palavra. Como se pode ver acima, o trecho correspondente na versão francesa apresenta primeiro *montagnes* e depois *volcans*, dois referentes que, em *Regulus*, são representados pela mesma palavra: *mons*. A fim de evitar a repetição, primeiro o tradutor dividiu a sentença em duas partes: sujeito e predicativo do sujeito. Na primeira parte, mencionou *montes* desacompanhado de quaisquer elementos que pudessem identificá-lo, para logo em seguida apresentar no predicativo vários elementos que já tivessem sido utilizados como acompanhantes de “vulcão”. Nesse caso, o conjunto *tres illos suos* substitui “vulcão” e tem seu sentido completado pelo indicador de tamanho pequeno.

Essa resolução, ainda que válida, não é uma estratégia completamente eficaz. Por tratar do vocábulo em seu sentido mais amplo, nesse trecho, mas havendo uma recorrência desse mesmo vocábulo em sentido estrito durante o texto, o leitor não estaria desimpedido de realizar a leitura do trecho como “os únicos vulcões que conhecera eram seus três que lhe davam pelo joelho”. Para a total felicidade dessa estratégia, seria útil que o tradutor adicionasse alguma informação próxima à primeira menção de *montes*, a fim de acentuar a mudança de sentido.

Em seguida, o emprego desse grupo semântico ocorre de maneira sutil. O vulcão – que para a concepção de mundo do pequeno príncipe é um elemento pequeno – é envolvido em uma relação de utilidade, resultando no personagem que faz uso dele como uma *sellula*. Esse substantivo latino é composto por um sufixo indicador de diminutivo, sendo uma forma de dizer “cadeira pequena”. Ou seja, além do fator “*extincto*”, marcador já discutido do sentido “vulcão”, há o emprego do grupo semântico **pequeno** ao dar como utilidade para *monte* a função de uma cadeira especificamente pequena. Sabendo que montanhas são descritas como altas e vulcões como baixos, a escolha de palavras permite que o leitor entenda que não seria possível que um personagem usasse montanhas como um banco porque são altas, mas seria possível que ele usasse os vulcões, porque esses sim são pequenos; desse modo podemos ver que *mons* foi utilizado para representar “vulcão”.

No último trecho destacado da página, *mons* volta a ser acompanhado por uma palavra que se encaixa no grupo semântico de coisas grandes. A construção *monte tam alto* ressalta o caráter elevado dessa estrutura, em oposição aos diminutivos associados a “vulcão”. Se o uso

típico definido pelo contexto do livro e pelo polissistema do personagem dessa enunciação aponta o vulcão como pequeno, essa construção, que coloca o vocábulo caracterizado como “muito alto”, serve para desassociá-lo de um dos significados possíveis para a palavra, e associá-lo ao que permite tal caracterização: montanha.

Outros itens lexicais muito comuns na leitura de *mons* como “vulcão” são palavras que geram o sentido de “posse” e de “cuidado”. Como os trechos aparecem durante a análise de outros grupos semânticos, estando já presentes em outros excertos analisados, dispensamos a repetição e apenas apresentamos as palavras e explicamos os grupos semânticos aos quais pertencem.

A princípio, foi possível ver que o pequeno príncipe tratava seus vulcões com especial atenção, revolvendo-os para que não saíssem de seu controle. Esse **cuidado**, manifestado pela manutenção das pequenas montanhas ardentes, aparece no texto na forma do verbo *purgare*, que significa “limpar das impurezas”. O verbo aparece, ao todo, seis vezes, conjugado em tempos verbais diferentes, mas sempre com o mesmo objetivo: aplicar uma relação de cuidado partindo do personagem para o objeto. Esse uso do verbo tipicamente associado ao vulcão – que pode assim ser confirmado pela presença de outros grupos semânticos nas mesmas frases – acaba por determinar que montanhas não precisam de “cuidadores”, ao passo que alguém – o pequeno príncipe – deve ser responsável por manter a ordem dos vulcões.

Toda essa relação de responsabilidade entre o personagem e o vulcão passa também pela noção de **posse**, representada por três elementos: a) o verbo *habere*, que significa “ter, possuir”; b) o pronome possessivo de primeira pessoa; c) o verbo *possidere*, que significa “ter controle, ter como propriedade, possuir”.Relembrando a análise do vocábulo *stella*, que também contava com a rede de sentido de posse para significar “planeta”, é possível traçar uma linha que une essas duas palavras. Os vulcões estão no planeta e o pequeno príncipe mantém com o planeta uma relação de naturalidade e posse; conseqüentemente, as coisas que existem nesse planeta também são envolvidas por uma relação semelhante. O personagem possui os vulcões porque eles estão em seu território, bem como os possui porque detém o controle deles, revolvendo-os e dando-lhes uma utilidade.

Reafirmamos que a combinação ou ausência de grupos semânticos já atestados como relacionados a uma ou outra acepção de um vocábulo é fundamental para sua compreensão. Em alguns trechos em que nenhum grupo semântico foi evocado, o referente no texto-fonte

era “monte” ou “montanha”, conforme ocorre em excertos como *Vir doctus qui scit ubi maria, manes, montes, solitudines sint*³⁵, *Geographus igitur duos montes esse scribat ubi uns sit*³⁶ e *Perraro mons de loco movetur*³⁷. Como não há nenhum elemento que comumente apareça associado ao referente “vulcão”, essa ausência passa a ser a própria marca semântica de que o significado da palavra é distinto. Essa regra, contudo, é mais difícil de se manter em casos de hiperônimos como este, mas, ao menos no decorrer dessa obra, não houve exceções: sempre que *mons* aparecera desacompanhada dos grupos semânticos que ocorrem com “vulcão”, o sentido pretendido pelo autor era de “montanha”.

Em resumo, a palavra *mons* sozinha pode representar todo um conjunto de referentes que não necessariamente são vulcões, mas, quando acompanhada de um termo que atribua noção de posse, de cuidado e, principalmente, de temperatura elevada, reduz-se o escopo de significação para apenas um tipo de *mons*: o “vulcão”; enquanto palavras que qualificam *mons* como grande direcionam a leitura para o significado de “montanha”. A presença de pistas linguísticas é não só uma consequência da tradução, mas uma ferramenta de interpretação.

3.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

A partir da análise dos vocábulos destacados neste capítulo, a pesquisa foi capaz de mostrar como uma palavra pode conter sentidos variados em uma língua sem que isso ocorra necessariamente na tradução latina. Durante a tradução de *Regulus*, o repertório linguístico limitado pelas diferenças temporais levou o tradutor a buscar, dentro do léxico, soluções para representar objetos inexistentes no polissistema (EVEN-ZOHAR, 1972) latino. Isso gerou alguns conflitos que podem ser solucionados, pelo leitor, por meio da leitura atenta aos padrões linguísticos empregados por Haury.

O leitor consegue utilizar da lógica para diferenciar os elementos a que *machina*, *stella* e *mons* podem corresponder, partindo de pistas que podem estar no referente mencionado

³⁵ Cf. Saint-Exupéry: “É um sábio que sabe onde se encontram os mares, os rios, as cidades, as montanhas, os desertos.” (p. 55)

³⁶ Cf. Saint-Exupéry: “Então o geógrafo anotaria duas montanhas onde há uma só.” (p. 56)

³⁷ Cf. Saint-Exupéry: “É muito raro que um monte troque de lugar.” (p. 57)

mais recentemente – como o caso de *machina* relativo a “locomotiva” que fora aludido algumas linhas após a leitura de *tracta vehicula* – ou preenchendo essa lacuna com as informações de que *machina* quebrada, precisando de reparos, é o “avião”.

A análise das definições possíveis para o vocábulo *stella* em *Regulus* é, sem dúvidas, a mais complexa. O elevado número de ocorrências, os assuntos discutidos na obra, todo o contexto do livro possibilitam a exploração do signo. As necessidades do enredo encontram solução nessa palavra, e, ao mesmo tempo, essa solução gera outras necessidades, como a de diferenciação dos sentidos relacionados. O termo, assim, pode aparecer para representar as estrelas, os planetas ou os asteroides, cabendo ao tradutor encontrar meios de pontuar a distinção de sentido durante a leitura.

As análises indicaram que cada acepção é, tipicamente, acompanhada por sentidos diferentes, de modo que quando algum conceito é lido, o leitor pode associá-lo instintivamente a um referente. Ainda que haja casos em que conceitos conflitantes sejam dispostos na mesma frase, é possível reconhecer a predominância de uns sobre outros.

A grande questão desse trabalho de tradução é que, em português e em francês, o sentido de “planeta” está contido na própria palavra, assim como os de “estrela” e de “asteroide” não dependem de nenhum outro termo, exceto por casos específicos que envolvem jogos de palavra e são exceções. Por outro lado, o sentido de *stella*, por assim dizer, é construído pela soma do contexto e pelas palavras que acompanham o vocábulo. Não é possível distinguir um significado de outro apenas pelo referente, os conceitos acionados são indispensáveis para uma compreensão mais exata, aproximando a experiência de *Regulus* àquela da leitura do *Le Petit Prince*.

No último caso, ratificamos a exploração do recurso de ausência ou presença de grupos semânticos a fim de gerar significado mais ou menos estrito para *mons*. A construção do termo para “vulcão” depende de um conjunto de fatores que está além da determinação de um vocábulo, pelo contrário, conta com o desenvolvimento de sentido a partir da caracterização com adjetivos, verbos e outros substantivos.

De modo geral, as análises do capítulo mostraram uma predisposição do tradutor para a utilização de perífrases, realizando traduções mais ou menos exatas à medida que explicava, a partir da combinação de palavras pertencentes ao *sermo litterarius*, o termo ao qual se queria referir. Como resultado, realiza-se a leitura de uma obra que explora recursos

domesticadores, a medida que ocorre um jogo de maior ou menor especificação de acordo com as necessidades advindas da coerência intra e intertextual. Isto é, quando a obra mistura limites de sentido – como o caso de “estrela”, “planeta” e “asteroide” serem referentes aproximados – a tradução segue também com os limites tênues. No próximo capítulo, passamos para a análise da tradução grupos de palavras que compartilham os mesmos traços semânticos.

4 ANÁLISE DE CONJUNTOS SEMÂNTICOS

Diferentemente das análises realizadas nos tópicos anteriores, que mostraram o modo como lexemas individuais eram traduzidos segundo diferentes estratégias tradutórias (lexicais, semânticas e discursivas) na versão latina de *O Pequeno Príncipe* e que podiam ser identificadas a partir da padronização da língua, as próximas análises terão como objeto circunstâncias um pouco distintas. Neste capítulo, reunimos palavras que, embora não sejam iguais, compartilham de um sentido parecido, sendo componentes de um mesmo grupo semântico.

O primeiro caso é referente ao modo de traduzir armas de fogo e o segundo trata da tradução do nome de países. Como a maioria dos países citados ainda não existiam no período de referência do latim adotado pela pesquisa, bem como as armas citadas só foram ser criadas alguns séculos depois, a tradução desses termos é de interesse para a pesquisa, porque evidencia as escolhas do tradutor por uma via estrangeirizadora, doméstica ou por um meio termo.

4.1 TRADUÇÃO DO CONJUNTO SEMÂNTICO “ARMAS DE FOGO”

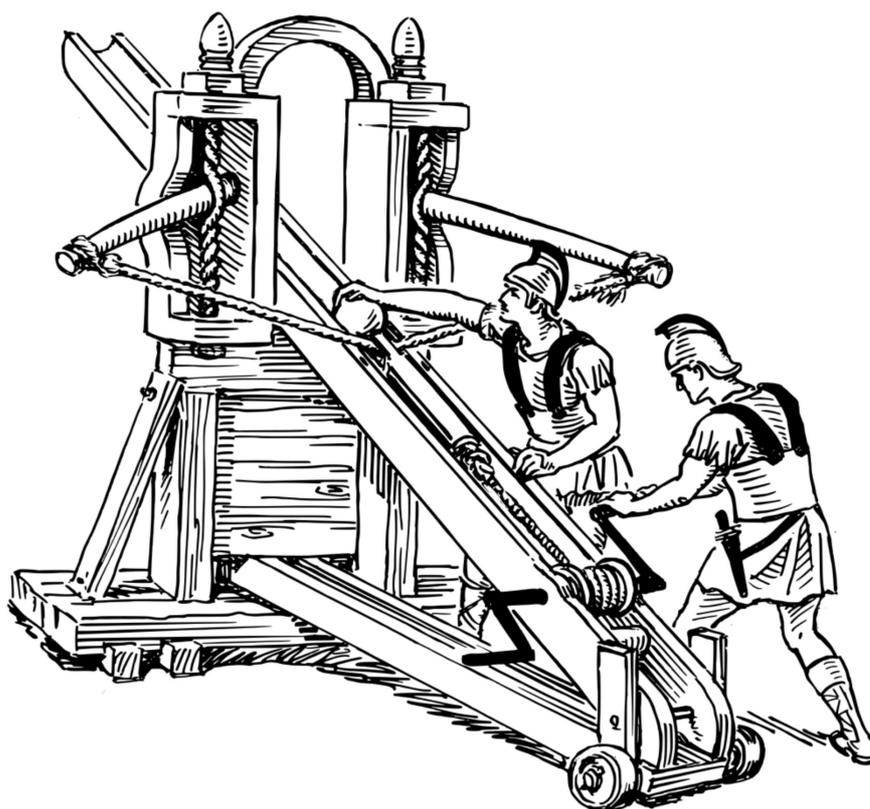
No decorrer da obra, alguns substantivos nomeadores de armamentos são mencionados e, devido ao fato de serem armas popularizadas no século XVIII, a tradução desses objetos representou, certamente, para o tradutor em língua latina. O tradutor poderia ter seguido um caminho estrangeirizador (VENUTI, 1995), levando para a cultura da língua-alvo o termo cunhado pelos povos modernos, em uma tentativa de formação de palavra por empréstimo linguístico; ou poderia optar pela domesticação, buscando, no latim, termos familiares à cultura-alvo que pudessem se aproximar do conceito advindo da cultura-fonte, causando, portanto, menos estranhamento ao leitor familiarizado com o latim.

Além disso, uma terceira via ainda seria possível: o tradutor haveria de descaracterizar levemente a obra, utilizando armas existentes no polissistema e no léxico latino para referenciar aquelas mencionadas pelo autor francês. Nesse caso – uma domesticação mais radical –, mesmo que não fossem as mesmas armas, com características e funções

semelhantes, ainda haveria a exploração do mesmo campo semântico, apenas de forma mais natural e simples de acordo com o repertório linguístico disponível.

As armas existentes na Roma Antiga não possuíam a mesma tecnologia que as armas de fogo modernas possuem, visto que a pólvora foi descoberta e passou a ser manipulada para fins bélicos muito após o fim da civilização romana. Antes disso, as armas que não eram utilizadas para combate corpo a corpo – como espadas –, eram instrumentos de corte, perfuração, contusão ou queimadura movidos por arremesso. A forma de lançar esses objetos dava-se pela própria força do corpo humano, como no caso de dardos e lanças, ou por engenharias de arremesso, como as balistas, acionadas or tensão de cordas, por exemplo.

Figura 1 - Ilustração de uma balista sendo carregada



Fonte: Pearson Scott Foresman [s.d.]. Disponível em: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ballista_\(PSF\)_vector.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ballista_(PSF)_vector.svg)>. Acesso em: mai. 2022.

As armas citadas em *O Pequeno Príncipe* são instrumentos modernos de longo alcance, as quais projetam uma munição pequena, porém muito potente, movida à pólvora. Todas as três estão destacadas a seguir:

(1)	Homines arcus tonantes habent et venantur. (p. 58)	Les hommes, dit le renard, ils ont des fusils et ils chasent. (p. 78)	Os homens, disse a raposa, têm fuzis e caçam. (p. 68)
(2)	Simul et sinum Scrutari ut fundam ictus iterantem de eo prometem et currere incepti (p. 73/75)	Tout en fouillant ma poche pour en tirer mon revolver , je pris le pas de course (p. 96)	Enquanto procurava o revólver no bolso, dei uma rápida corrida. (p. 85)
(3)	Ita cor cujus palpitare sentiebam quemadmodum cor avis, cum confixa plumbo moritur (p. 75)	Je sentais battre son coeur comme celui d'un oiseau qui meurt, quand on l'a tiré à la carabine . (p. 97)	Sentia-lhe o coração bater de encontro ao meu, como o de um passado que morre, atingido pela carabina . (p. 86)

Fonte: *Regulus* (2001); *Le Petit Prince* (1943); *O Pequeno Príncipe* (1984)

No primeiro trecho, há menção ao fuzil, utilizado pelos homens do planeta Terra para caçar animais. A palavra, assim como o caso analisado do vocábulo *vulcão*, possui origem na língua latina: *fuzil* vem de *focus*, que na expressão *petra focilis*³⁸ servia para representar uma pederneira, uma pedra de fogo. Esse neologismo ocorre de forma metafórica, aproximando as faíscas produzidas pela pedra da pequena explosão produzida pela arma de fogo – que por muito tempo utilizou pedras como munição. Em vez de seguir o caminho reverso no processo de formação da palavra, buscando a fonte etimológica para a escolha do vocábulo correspondente ao objeto em latim, o tradutor realizou uma perífrase, utilizando elementos comuns ao repertório latino.

O termo de equivalência para “fuzis” é o sintagma *arcus tonantes*, formado pelo substantivo *arcus*, que significa “arco” e a forma verbal *tono*, que é utilizada para o fenômeno da natureza “trovejar” e para outras coisas relacionadas a ele, como “fazer grande barulho,

³⁸ Etimologia apresentada por veículos online como o *Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales* (<https://www.cnrtl.fr/etymologie/fusil>) e o dicionário online da língua francesa Littré (<https://www.littre.org/definition/fusil>)

ribombar, falar com voz de trovão”. Nessa construção, o tradutor colheu no léxico latino um signo que pudesse se assemelhar em algo com o referente em questão. Essa associação foi feita partindo do conceito de arma de distância. Tanto o fuzil quanto o arco, instrumento pré-histórico, são armas de longo alcance, diferindo pelo tipo de munição, pelo material e pela força motriz.

Havendo mais diferenças que semelhanças entre um objeto e outro, caso o tradutor utilizasse apenas a palavra “arco” para significar “fuzil”, estaria sujeito a um processo de domesticação bastante radical, tomando um elemento familiar ao vocabulário e ao polissistema latino por outro bastante diferente. Ação de tal efeito poderia descaracterizar a mensagem pretendida, não causando graves prejuízos, mas afastando-a do texto-fonte. A fim de minimizar esse impacto e, ao mesmo tempo, utilizando uma estratégia domesticadora, ocorre, então, o acréscimo de *tonantes*, informação que, acoplada a *arcus*, é capaz de criar uma nova imagem, um novo conceito e uma nova palavra.

Toda a formação dessa nova palavra, para esse objeto estranho ao repertório latino, é possível a partir do conhecimento de um arco. Sabendo que o disparo de uma flecha não produz som forte ou estridente como o do estouro do explosivo presente no cartucho de uma arma de fogo, a imagem que se cria de um arco caracterizado como um trovão é diferente da imagem de um arco comum presente no polissistema em questão. É essa caracterização que motiva a distinção semântica e leva o leitor a imaginar um arco que se diferencie dos demais por alguma característica. Nesse caso, leitores familiarizados com o conceito das armas de fogo poderão juntar as peças e entender que *arcus tonantes* diz respeito a uma arma de fogo, mesmo que não consiga especificar que se trate de um fuzil. De todo modo, o pressuposto aqui é um leitor que, embora leia em latim, não seja alheio ao polissistema comum às línguas modernas, como o francês e o português.

O Pequeno Príncipe cita outras duas armas de fogo diferentes do fuzil: o revólver e a carabina. A diferença entre as três dá-se, principalmente, pelo tamanho do cano e por mecanismos de carregamento, características que por si só fornecem diferença suficiente para justificar um novo nome. Essa variedade de armas existentes no polissistema militar moderno acrescenta um desafio para o tradutor, que, além de ficar encarregado de construir uma perífrase para fuzil, deve, então, optar por apagar a diferença entre as três armas existentes no texto-fonte, ou mantê-la. Nesse último caso, o tradutor deve buscar outros meios para

reproduzir a domesticação, utilizando palavras diferentes para um conceito semelhante ao explorado anteriormente.

Para a representação de revólver, que é a arma de fogo com cano de menor tamanho e cilindro giratório que serve como carregador, o tradutor registra o termo *fundam ictus*, perífrase formada pela dupla:

funda, ae: uma correia de couro para arremessar pedras, uma funda, uma rede de fundição (para pesca) (*OLD*, 1968, p. 746)

ictus, us: um golpe, (de arma, míssil, punho, casco, chifre, animal etc.), a picada ou mordida (de um inseto), o ferimento causado por um golpe, o pulso (das artérias), uma batida musical ou métrica, o impacto (de luz e calor ou som) (*OLD*, 1968, p. 818)

Isso significa que a formação da palavra parte da combinação entre o sentido do instrumento de arremesso de pedras, a funda, e o sentido de golpe. Ambos os substantivos carregam sentidos que podem ser relacionados ao referente da língua-fonte. Em primeiro lugar, a funda, como sendo uma arma de arremesso, cumpre o papel de ligar a função que o revólver, uma arma de disparo – que é uma forma potencializada de arremesso –, cumpriria na sociedade moderna, ao contexto do latim antigo. Afinal, além de pedras, as *fundae* também arremessavam projéteis feitos de cerâmica ou chumbo análogos às balas utilizadas em revólveres.

Essa comparação, realizada pelo tradutor em 1961, vai ao encontro das pesquisas realizadas pelos arqueólogos escoceses John Reid e Andrew Nicholson, que décadas após essa escolha de palavras, descobriram vestígios de uma batalha datada há mais de 1900 anos, em que os romanos se utilizaram das *fundae* para vencer os seus oponentes. A comparação feita para explicar a letalidade da arma romana, segundo Pringle (2017, n.p) teve como referência um revólver moderno.

Se o trabalho do tradutor levou em consideração tais particularidades ou foi apenas fruto feliz da variação na seleção de armas antigas, não é possível atestar, restando apenas a apreciação pelo resultado satisfatório da comparação. Entretanto, como a funda ainda é um

elemento reconhecido no polissistema moderno, a fim de diferenciá-la do revólver, o tradutor manteve a estratégia de adicionar outra palavra ao termo, a fim de acrescentar outra camada de significado e não descaracterizar a obra, garantindo coerência inter e intratextual.

Nesse caso, coube ao substantivo *ictus* a diferenciação. Essa palavra aparece em outro trecho da obra, quando o personagem diz que se levantou rápido, como se tivesse sido atingido por um raio. O trecho em latim resultou na utilização de *fulmine ictus*, indício de que o uso desse termo, associado a *funda*, seja uma forma de carregar o valor semântico do impacto sonoro que sucede a um raio ao arremesso de um projétil por meio da *funda*. Da mesma forma que o fuzil foi caracterizado pelo barulho estrondoso, por serem ambos os referentes armas de fogo, a analogia foi mantida, de modo que *funda ictus* carregaria o sentido de uma funda com um golpe ou pancada semelhante ao impacto de um raio: rápido e estrondoso.

A última arma mencionada foge dessa lógica estabelecida pela metáfora do trovão e passa para uma relação metonímica, substituindo (i) a bala pela arma e (ii) a matéria pelo objeto. O texto-alvo registra *l'a tiré à la carabine* ou seja, conforme ocorre na tradução brasileira, o que recebe enfoque é o tipo de arma utilizado na cena narrada: a carabina. Entretanto, na construção em latim, ao selecionar a forma verbal *confixa*, que evoca o valor semântico do ato de ser atingido, atravessado, abatido ou perfurado, por exemplo, o tradutor abre caminho para uma possibilidade diferente, que é usar a estratégia de *zooming* para dar enfoque a uma parte menor do objeto, em vez de tratá-lo integralmente.

Após o disparo de uma arma, a parte dele que tem contato com o alvo é a munição, então, ao utilizar o verbo “atravessar”, sabemos que o que atravessará o alvo é a bala e não toda a carabina. Desse modo, em relação ao texto-fonte, houve a metonímia (i), fruto da estratégia de *zooming*; representando, na tradução, a carabina por meio de um elemento fortemente associada a ela, a bala. Em seguida, o tradutor se valeu da metonímia (ii) na construção da tradução, utilizando a palavra *plumbum*, a qual significa “chumbo”. Tomou-se, desse modo, a matéria pelo objeto, ao passo que a forma escolhida para referenciar a munição da carabina foi a substância da qual ela é feita: o chumbo.

Com isso, os três referentes foram transpostos para o latim com base na exploração do léxico latino, explorando conceitos que fariam sentido para a sociedade falante do *sermo litterarius*, ao passo que se preservaram, também, as necessidades de caracterizar os

elementos de modo a garantir que o leitor moderno identificasse os objetos não como armas antigas ou medievais, mas como as armas modernas que de fato são.

4.2 TRADUÇÃO DO CONJUNTO DOS TOPÔNIMOS

Mund-Dopchie (2014b, p. 1) declara que um dos grandes desafios enfrentados em textos da Renascença foi a integração de novos topônimos ao latim. Muitas vezes, um único lugar era reconhecido por nomes diferentes – um nome indígena e outro atribuído pelos europeus –, aumentando a variedade de elementos culturais que poderiam ser considerados ao transpor um nome para a língua latina. Em *Regulus*, o tradutor fica encarregado de selecionar palavras para indicar tanto países cujas civilizações são milenares, quanto outros que não existiam até poucos séculos atrás. Assim, resolvemos observar todos os casos envolvendo topônimos, mesmo aqueles referentes a regiões já existentes na antiguidade e familiares ao *sermo litterarius*, a fim de tentar avaliar as escolhas do tradutor por completo.

A circunstância dessa tradução, portanto, retoma a mesma dificuldade que autores que escreveram em latim desde o início da Idade Moderna já confrontavam. A obra do século XX é escrita e pensada para exercer a comunicação dentro de um polissistema compartilhado entre pessoas que reconhecem a configuração geográfica do mundo naquele ponto da história. Ainda hoje, 79 anos após a escrita do livro, a estrutura geopolítica não passou por grandes alterações a ponto de gerar estranhamento para leitores mais novos. Entretanto, alguns países citados no livro foram oficialmente reconhecidos há um tempo mais recente, tendo em vista a fase do latim que é tomada como referência para a tradução da obra, como é o caso dos Estados Unidos, cuja declaração de independência data de 1776. Diante desse cenário, Augusto Haury poderia tornar o substantivo próprio comum ao latim e decliná-lo, ou mantê-lo estrangeiro e indeclinável (MUND-DOPCHIE, 2014a, p. 2)

Quanto às estratégias estudadas para realizar a tradução, Mund-Dopchie (2014a, p. 1) aponta que há diferentes atitudes adotadas por autores que se expressam em latim, como a latinização dos topônimos. Com essa estratégia, observa-se a palavra e, caso o fim do nome seja semelhante a alguma terminação de palavras latinas no nominativo singular, os autores apenas declinam-na naturalmente; por outro lado, os tradutores também realizavam adaptações ao termo, a partir da adição do sufixo *-ia* à raiz, para então decliná-lo. Outra

estratégia consiste em um completo estrangeirismo, mantendo a palavra na língua vernácula da fonte que o forneceu, sem quaisquer adaptações.

Além disso, alguns autores realizavam a tradução do nome de modo que a ortografia refletisse a forma de pronúncia dos primeiros europeus que o registraram; já outros buscavam o topônimo que fosse o “nome de batismo” conferido pelos primeiros europeus que visitaram aqueles lugares; por fim, caso o topônimo cumprisse alguma função semântica, devendo, na tradução, também comunicar algum sentido específico, os autores realizavam uma paráfrase a fim de esclarecer o significado (MUND-DOPCHIE, 2014, p. 2).

Esses são os termos que fazem menção à topônimos reconhecidos no polissistema moderno que aparecem em *Regulus*. Foram 17 regiões, dentre países e continentes, referidos durante a obra. O quadro 10 os apresenta abaixo:

Quadro 10 – Países modernos traduzidos para o latim

África	Africa	Índia	India
América do Sul	America illa australi	Nova Zelândia	Noua Zelandia
América do Norte	America aquiloni	Polo Norte	Sub Septentrionibus
Austrália	Australia	Polo Sul	Sub australi vertice
China	Sina	Saara	Garamantum solitudine
Escócia	Scotica	Sibéria	Hyperboreus Scythia
Estados Unidos	Ciuitas Foederata	Rússia	Sarmata
Europa	Europa	Turco	Turca
França	Gallia		

Fonte: Elaborado pela autora. (2022)

Em primeira vista, nota-se que não há uma única estratégia adotada, visto que alguns nomes se mantêm semelhantes ao moderno, enquanto outros causam mais estranhamento. Dividimos o resultado em cinco estratégias de tradução, dentre as quais algumas seguem as apresentadas por Mund-Dopchie e outras revelam tomadas de decisão diversas, por parte de Haury. As categorias identificadas e seus respectivos topônimos são analisadas a seguir.

4.2.1 Incorporação imediata: *America, Australia*

Em “incorporação imediata”, temos o que Mund-Dopchie já mencionara sobre autores que simplesmente tomavam a palavra da língua vernácula e declinavam-na sem adaptações. Os casos detectados na obra que se encaixam nessa estratégia são os nomes do continente americano, bem como da terra australiana. Visto que “América” e “Australia” possuem a terminação semelhante ao nominativo da primeira declinação latina (-a), o tradutor encontra liberdade para manter o termo inalterado, realizar o empréstimo linguístico e incorporar a palavra ao sistema de declinação, tornando-a parte da estrutura linguística latina.

O que nos intriga, contudo, é a origem do empréstimo. Há indícios de que o critério adotado pelo tradutor foi seguir a língua falada na região em questão. O continente americano conta com uma pluralidade de idiomas, dentre os quais os principais são o espanhol, o português e o inglês. Independente de qual tenha sido utilizado como base, apesar da diferença de pronúncia, a grafia é semelhante; no caso de *Australia*, o idioma oficial do país é o inglês e a grafia também não muda. Assim, o nome desses dois lugares não enfrentou tantos desafios para adentrar no léxico latino, tendo sido facilmente incorporados a partir do empréstimo linguístico com as línguas modernas.

Vale observar que pode ser que o tradutor não tenha tomado a decisão de latinizar esses termos, mas seguido uma tradição do uso de neolatim, visto que a descoberta dessas regiões data do século XV e XVIII, respectivamente, período em que, segundo Mund-Dopchie (2014b, p. 3), já se discutia a tradução de produtos e recursos da América para o latim, tal como o pé de goiaba, que foi descrito no atlas de de Mercator-Hondius (1613). Então é plausível crer que já houvesse o registro do continente no neolatim, de modo que o tradutor não tenha cunhado o topônimo em *Regulus*, mas aproveitado a tradução já existente, a qual, por sua vez, também utilizaria o recurso aqui mencionado.

4.2.2 Adaptação orientada pela pronúncia: *Sina, Scotica, Turca*

Essa categoria diz respeito às formas de registrar um termo de acordo com a sonoridade da palavra, mas, no primeiro caso analisado, a tradução possui também respaldo

histórico. A China é um país cuja civilização antiga foi contemporânea aos romanos, mas o nome pelo qual é conhecida atualmente não é o mesmo desde o início de sua história.

Dentre seus vários topônimos, destacam-se, para os propósitos da pesquisa, o período da China Imperial, que é compreendida entre o século III a.C. e o século XX d.C., tendo início quando esteve sobre o domínio da Dinastia Qin, também chamada de Dinastia Chin. Alguns teóricos associam a essa dinastia o atual nome do país, mas, além disso, há indícios de que *China* seja derivada do persa *Cin*, que vem do sânscrito *cīna*, termo utilizado para referir-se à civilização desde o início do primeiro milênio desta era³⁹. Liu (2009, p. 78) pontua que pesquisadores como Patrick Olivelle afirmam que, embora o termo *cīna* esteja relacionado à Dinastia Qin, o ponto preciso de encontro entre um nome e outro ainda deixa margem para especulações.

Com isso estabelecido, termos derivados dessa raiz aparecem também na literatura latina. Mund-Dopchie (2014a, p. 2) apresenta como exemplo o registro *Mare Cin*, para “mar da China” ao falar especificamente sobre o caso de traduções cuja ortografia refletem a pronúncia dos primeiros povos europeus a mencioná-los. Além disso, há a encíclica do papa Pio XII ao povo chinês intitulada *Ad Sinarum gentem*, de 1954; bem como o acordo estabelecido por Christian Wolff, em 1721, chamado *Oratio de Sinarum philosophia practica*; e outro mais antigo, o livro *Confucius, Sinarum philosophus seu scientia sinesis*⁴⁰, de 1687.

Os documentos supracitados indicam que a China vem sendo registrada em latim como *Sina* ao menos desde o século XVII, apontando para a proximidade entre o vocábulo latino e o sânscrito *cīna*, se relacionando com o termo derivado do persa apresentado por Mund-Dopchie. A forma utilizada em *Regulus* segue esse mesmo caminho etimológico, sendo fruto da adaptação do “c” por “s”, orientada pela pronúncia da palavra, que ocorre no título dos textos mencionados.

O segundo termo passa quase despercebido, porque é resultado de uma perífrase realizada durante a tradução. Não existe em *Le Petit Prince* menção alguma à Escócia, mas, no trecho em que o vocábulo latino *scotica* aparece, há menção ao jogo golfe. Como o esporte data do século 15, não existindo no período adotado como referência para a análise do latim,

³⁹ O termo é encontrado no livro 2 do Artaxastra, de Cautília, em 150 d.C.

⁴⁰ Título citado na página 925, da obra “Biografia Eclesiástica Completa: Vida de los personajes del antiguo y nuevo testamento”, de 1855, escrita por uma reunião de eclesiásticos e literatos não identificados.

não havia um termo próprio para representá-lo. Notamos que o tradutor optou por utilizar uma metonímia, representando-o por um de seus instrumentos principais.

O jogo que consiste em acertar uma bola nos buracos de um campo a partir de ataques feitos com um taco, na tradução foi cunhado como *pila scotica*. A formação dessa palavra tomou como ponto de partida um dos elementos essenciais para o jogo: a bola, assinalando seu correspondente em latim (*pila, -ae*); em seguida, para diferenciar esse referente de bolas comuns, a palavra foi acompanhada por *scotica*. O significado desta última palavra pode ser alcançado por meio de outros arranjos.

O termo *Scoticum* pode ser encontrado na lista de palavras latinas modernas do Vaticano, junto ao termo *vischium Scóticum*, que significa “scotch”, palavra pela qual a bebida uísque também é conhecida. O motivo disso tem relação com a origem dela, a qual provém da Irlanda e da Escócia, país que acabou recebendo os créditos. Isto é, o termo cunhado em latim evidencia o país de origem. Do mesmo modo, o esporte citado em *O Pequeno Príncipe* também é originado da Escócia, informação que justifica a utilização do mesmo termo acompanhando *pila*, ao que é possível interpretar algo como “bola escocesa” ou “jogo de bola escocês”. É por meio dessa associação que o país é citado em *Regulus*, de modo que é possível relacionar o nome do país em inglês – língua oficial da Escócia junto com o gaélico escocês –, Scotland, com o termo cunhado em latim *scotica*. A pronúncia é apontada como principal vetor do neologismo na língua latina.

O último caso dessa categoria é a forma de referenciar-se aos nascidos na Turquia. Na obra há menção ao astrônomo turco, que foi registrado por Haury em *turca astrologo*. A semelhança de pronúncia entre *türk* – em turco – e *turca* – em latim –, possivelmente foi o que motivou a tradução do termo, levando a sonoridade para a ortografia, e depois de ter um nome condizente com a estrutura latina, decliná-lo.

4.2.3 Paráfrase: *Ciuitas Foederata; America illa australi; America aquiloni; Sub australi vertice; Sub septentrionibus*

Também conforme descrito por Mund-Dopchie, há em *Regulus* indícios de paráfrase na tradução do nome de alguns lugares. O primeiro caso é o dos Estados Unidos, que gerou o neologismo *Ciuitas Foederata*. Aqui há quase uma tradução literal, mas não se pode apagar

que a escolha de palavras realizada por Haury é uma forma particular de passar a mesma mensagem pretendida pelo nome do país. A adoção de uma nova estratégia, em vez de seguir a tendência utilizada com os demais topônimos, deu-se devido ao fato de o nome do país cumprir uma função semântica – que é a ideia de união entre estados específicos.

A construção do substantivo topônimo em latim, então, tem como base o substantivo *ciuitas, -atis* – o qual é utilizado para fazer menção a comunidades organizadas e organizações políticas em torno de núcleos urbanos já na Antiguidade, mas que pode, por extensão semântica, fazer referência à ideia moderna de “estados” –, que é caracterizado pelo adjetivo *foederatus, -a, -um*, que significava, no período clássico, aquilo que estava vinculado a Roma por um tratado. Com isso, a ideia de federação, que é a aliança política entre 50 estados da América do Norte, é acionada para que o nome do país tenha o mesmo valor semântico tanto em latim, quanto em inglês.

As duas próximas identificações geográficas são desdobramentos da *America* já discutida anteriormente. Embora tenhamos a forma incorporada sem alterações ao léxico latino, o texto-fonte faz distinção entre duas partes do continente: a América do Norte e a América do Sul, e é essa distinção que entra em pauta nesse momento. A forma como o tradutor denominou a América do Norte partiu do acréscimo do substantivo *aquilo, -ōnis*, utilizado para indicar o vento do norte, ou mesmo o próprio norte.

Por outro lado, embora haja no vocabulário latino o termo *mērīdies, -ēi* para indicar o sul, o autor optou pela construção *America [illa] australi*, – que não deve ser confundido com *Australia*. O adjetivo *austrālis, -is, -e*, em oposição a *aquilo*, qualifica o que está relacionado ao vento do sul, ou, igualmente, o próprio sul. Nesse caso, ocorre construção do topônimo que carregaria o sentido de uma América da parte sulista no planeta.

Além dessas duas representações de norte e sul, *Le Petit Prince* também registra outras duas: os dois polos do planeta. Seguindo a lógica estabelecida com a América, o polo sul também é marcado pelo vocábulo *australis*, entretanto, como não se trata mais da América, a forma de representar o sentido de “polo” foi determinada pela preposição *sub*, que no caso dos polos não significa somente “abaixo”, mas também carrega o sentido de “após, depois de”. Além disso, consta no topônimo também o substantivo *uertex, -icis*, utilizado para, dentre várias acepções, representar as extremidades de uma esfera terrestre, isto é, os polos. Com isso, o conjunto *Sub australi vertice* carrega o sentido de “depois do polo sul”.

A outra extremidade, contudo, não é representada seguindo a mesma lógica. O autor não se utiliza completamente da mesma paráfrase, variando para a forma *Sub septentrionibus*. Esta é formada pela mesma preposição utilizada na tradução do polo sul, mas, dessa vez, sem fazer menção ao vocábulo latino para “polo”. Em vez disso, o tradutor registra o substantivo *septentrionēs, -um*. Essa palavra carrega o sentido primeiro das sete estrelas componentes da constelação Ursa Maior, que é o ponto de referência no céu para indicar o norte. Por essa relação, a palavra era igualmente utilizada para representar o vento do norte e o próprio norte. Dessa forma, o neologismo para polo norte, em latim, selecionado por Haury carrega o valor semântico de “depois do norte”, ideia que remeteria ao polo.

4.2.4 Estratégias combinadas: *Nova Zelandia*

Outra estratégia utilizada foi a adaptação da grafia movida pela pronúncia. O primeiro caso analisado não pertence inteiramente a essa categoria, tendo sido necessário a combinação de estratégias. A Nova Zelândia possui dois idiomas falados além da sua língua de sinais: o inglês e o maori. Em maori, o país chama-se *Aotearoa*, mas o domínio da língua do colonizador é reconhecido pelo tradutor, que optou por tomar como base o inglês, que forma *New Zealand*, topônimo mais parecido com *Nova Zelandia* entre as duas opções.

No processo de tradução de “*Zealand*”, o grafema *a*, é quase apagado foneticamente diante do fonema representado pela letra *e*, sendo, portanto, apagado na construção da grafia latina; ao passo que *land* permaneceu com quase a mesma pronúncia e grafia. Em seguida, o tradutor realizou uma adaptação no termo, de acordo com o que foi assinalado por Mund-Dopchie, adicionando o sufixo *-ia* à raiz. Desse modo, formou-se *Zelandia*, passando pelo processo sonoro e depois pela latinização. Por outro lado, outra estratégia utilizada na concepção desse nome foi a simples tradução de um termo.

Partindo do topônimo inglês, que utiliza o adjetivo “new” para compor o nome de uma “nova terra”, Haury simplesmente buscou o correspondente latino para essa característica, resultando na utilização do adjetivo *nouus, -a, -um*, retirando dele a forma *noua*. Ou seja, a tradução desse termo mistura três estratégias: a grafia motivada pela pronúncia, a adaptação por adição de sufixo e a tradução de termos comuns às duas línguas.

4.2.5 Correspondente geográfico: *Africa, Europa, India, Gallia, Garamantum solitudine, Sarmata, Hyperboreus Scythia*

Além das estratégias descritas por Mund-Dopchie que puderam ser identificadas no trabalho de Haury com a tradução de *Regulus*, há ainda uma estratégia diferente que o autor explorou em maior quantidade. Dos 17 topônimos encontrados na obra, sete foram traduzidos usando a mesma técnica, a qual consiste em uma correspondência geográfica através da história. Absolutamente todos os países que existem hoje ocupam territórios que outrora eram conhecidos por outros nomes – ou os mesmos –, alguns dos quais estabeleceram alguma relação com o povo romano, sendo reconhecidos e registrados na literatura e na língua latina.

Com isso, uma forma de transpor o nome de países modernos para a língua latina era relacionar a nação citada no texto-fonte com o povo que ocupava o mesmo território na antiguidade, tratando, então, pelo nome por que a região era reconhecida nos tempos do império romano. Em alguns casos, vemos que não ocorreram tantas alterações, verificando a mesma grafia para a região. A partir disso, realizamos a pesquisa histórica envolvendo os países para identificar aqueles que pudessem ser localizados nos dicionários latinos e entender como o autor se valeu de uma estratégia de exploração de arcaísmos para representar os países modernos.

Em primeiro lugar, o continente africano é registrado como *Africa*. A princípio, imaginamos que se tratasse de uma incorporação direta da palavra moderna ao vocabulário latino, mas após a pesquisa, encontramos no *OLD* o vocábulo *Africa*, *-ae*, que possui uma acepção semelhante: no caso do seu uso no período clássico, o termo fazer referência à parte do continente africano onde se encontravam as províncias romanas, basicamente em torno do Mediterrâneo, cujo nome não passou por grandes mudanças no decorrer das alterações linguísticas, mas cujo referente se estendeu, com a Idade Moderna, a todo o continente. Do mesmo modo, o continente europeu também é retratado a partir da recuperação de um vocábulo existente no léxico latino. *Europa* é o nome latino para a princesa mítica da Fenícia, raptada por Zeus (ABRÃO, 2016, p. 92). Além de significar essa figura da mitologia grega, o substantivo também representa o continente, havendo inclusive o adjetivo *europaeus*, *-a*, *-um* para fazer menção ao que estivesse relacionado à Europa. Essas felizes coincidências são mais comuns em regiões que resistiram a mudanças geopolíticas, como é o caso da Índia, que

possui um vocábulo latino representando o território asiático, bem como uma forma adjetiva para tratar da nacionalidade desse povo (*India, -ae*, para o país, *indus, -a, -um*, para a nacionalidade).

Além desses, *Regulus* faz menção a *Gallia* – que no polissistema latino era o nome pelo qual se conhecia o país habitado pelos gauleses –, a província que ficava na parte norte da península italiana. A antiga Gália corresponderia aproximadamente ao território da França e da Bélgica, portanto, quando a obra francesa faz menção à França, em vez de cunhar um neologismo que tomasse como base o nome moderno, o tradutor fez uso do nome pelo qual a região era conhecida no mundo antigo, mesmo que a estrutura política e o território não fossem equivalentes.

Algo semelhante ocorre com o deserto do Saara, que é identificado pelo substantivo *sōlitudō, -inis*, correspondente ao deserto, significando local inabitado, antecedido pelo termo latino *Garama(n)s, -ntis*, referente à tribo que vivia na região leste do Saara. Embora não conste no dicionário o termo específico para o local, há o registro do nome da tribo e do adjetivo de naturalidade (*garamanticus, -a, -um*), ou seja, o território é identificado pelo povo que o habitava, de modo que a equivalência geográfica justifica a utilização desse vocábulo para referenciar o topônimo moderno.

O penúltimo caso de correspondência geográfica ocorre com a Rússia. A relação estabelecida pelo tradutor teve como base o território de origem do povo nômade que migrou para a região do rio Danúbio. O que os compêndios definem é que essa população viera do oeste do rio Don, o qual está localizado nas terras que hoje pertencem à Rússia. Isto é, Haury buscou nos movimentos migratórios dos povos antigos um embasamento para a tradução de alguns topônimos.

Do mesmo modo, se deu a tradução do último local evocado, a Sibéria. Talvez devido ao fato dela ser uma região vasta, que compreende a Rússia, mesmo não sendo equivalente ao país, o tradutor precisou buscar uma outra forma de fazer referência, já que se trata de uma região semelhante, mas com menção a nomes e territórios diferentes. O lugar localizado no norte, equivale ao território onde um povo nômade habitou, o qual se encontrava na região ao norte e nordeste do Mar Negro. Como essa localização se aproxima do que hoje é compreendido como Sibéria, é validado o uso do termo latino *Scythia* para fazer essa referência.

A fim de especificar ainda mais a posição geográfica, diferenciando da região que representa a Rússia, o tradutor acrescenta o marcador *hyperboraeos*, relacionado ao adjetivo *hyperboreus*, *-a*, *-um*, que indica o povo que habitada na região mais afastada ao norte. Deste modo, define-se, na tradução, o topônimo *Hyperboreus Scythia* para equivaler à Sibéria, um local mais ao norte que a região norte do Mar Negro.

4.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

O capítulo apresentado mostrou como o tradutor, além de conhecer as línguas pelas quais irá transitar, deve possuir informação sobre a variedade dos objetos existentes nos polissistemas relacionados. No primeiro caso discutido, o conhecimento sobre a variedade de armas presente no período de referência da língua-alvo em contato com aquela da cultura do texto-fonte esteve em pauta e foi essencial para que a experiência de leitura da tradução se mantivesse aproximada da experiência de leitura da obra original. Isso porque, como em *Le Petit Prince* há menção a armas distintas, marcando uma visão que as diferencia; em *Regulus* as estratégias adotadas garantiram que não haveria um apagamento dessa diversidade, caso o tradutor expressasse as três por um único referente em latim, por exemplo.

O que ocorre é uma exploração do repertório disponível, ao passo que o tradutor domestica, segundo diferentes estratégias, a obra original, ao se valer de recursos já disponíveis no repertório cultural e lexical do próprio latim. Assim, em vez de incorporar os nomes das armas a *Regulus*, acrescentando sufixos próprios da estrutura do latim, Haury dispensa a estrangeirização e seleciona armas que já existiam no período de referência para representarem as armas modernas. Ao mesmo tempo, ele não aposta tudo em estratégias domesticadoras, não se satisfazendo com a simples substituição de uma arma por outra. O tradutor tenta, por meio da associação semântica com um palavra que faça referência a uma arma antiga, criar um novo conceito, um meio termo. Para isso ele acrescenta palavras que se aproximem mais do referente moderno, assinalando que aquele objeto que está sendo mencionado não é por completo o objeto comum ao polissistema latino de referência, ainda que não seja exatamente o objeto da cultura-fonte.

No segundo caso analisado, os topônimos identificados na obra nos deram a oportunidade de observar as diferentes estratégias para traduzir nome de territórios modernos

para a língua latina. Por um lado, é possível reconhecer vários nomes que foram incorporados diretamente ao latim, sem sofrer alteração na grafia; ou mesmo alguns que sofreram poucas alterações antes de serem incorporados, mantendo semelhanças na esfera da pronúncia. Por outro lado, há palavras que em nada se assemelham, nem na escrita, nem na pronúncia. Nesses casos, o tradutor executa um trabalho de pesquisa das regiões conhecidas durante o período de consolidação do latim, para encontrar os correspondentes geográficos entre os diferentes séculos. Ou seja, essa estratégia se baseia na busca pela característica comum aos polissistemas: a localização é aproximadamente a mesma. Além disso, o tradutor pode também cunhar os neologismos realizando paráfrases e transpondo para o polissistema latino o valor semântico que o nome de um país representa. Assim, traduções, ainda que mais literais, puderam ser exploradas a fim de registrar o nome adequado para uma nação.

Ressaltamos, ainda, que os critérios para a utilização de uma estratégia ou de outra não são esclarecidos, tampouco possuem uma lógica fixa. Podemos presumir, contudo, que haja uma preferência por realizar empréstimos mantendo os termos mais próximos da forma moderna para os topônimos de lugares pouco relacionados à Roma antiga, ao passo que países localizados em regiões cujos povos relacionaram-se de forma mais intensa com o Império sejam submetidos à estratégia de equivalência geográfica, fazendo proveito do léxico disponível no repertório latino que faria algum sentido durante a tradução.

No caso especificado da equivalência geográfica, observamos que, para além dos topônimos que não sofreram grandes alterações gramaticais, tais como *Africa*, *Europa* e *India*, o resultado dessa categoria, apesar de engenhoso, apresenta uma estratégia imprecisa, do ponto de vista do leitor, visto que é cobrado dele que conheça a obra original ou que possua um conhecimento geográfico e político do cenário antigo bastante apurado para ser capaz conectar acertadamente os referentes, caso contrário, muito dificilmente o leitor poderia realizar a leitura desses topônimos e reconhecer o país ou a região a qual estivesse sendo mencionada. O conhecimento de mundo exigido do leitor, diante do vocábulo *Hyperborea Scythia*, compreende movimentações migratórias e populações habitantes de partes diferentes do território para formular o conceito desejado. A imprecisão se dá devido ao fato de que pode ser que o topônimo seja facilmente reconhecido, como *Africa*, ou inteiramente desconhecido, como *Sarmata*.

As análises apresentadas neste capítulo demonstram a preocupação com o transporte da coerência intratextual para a cultura-alvo, permitindo com que a obra mantenha as relações estabelecidas no enredo, tais como a pluralidade semântica e a variedade de elementos evocados; mas ao mesmo tempo recupera elementos próprios do *sermo litterarius*, garantindo também a coerência intertextual, de modo que a leitura possa fazer sentido para ambos os polissistemas relacionados, ainda que para um leitor moderno que, também ele, é estrangeiro ao latim, porém familiar com o recorte temporal do *Le Petit Prince*.

CONCLUSÃO

Na introdução desta dissertação, indagamos se o latim utilizado na tradução de *Regulus* poderia ser compreendido como um latim revitalizado e se a análise da obra poderia indicar uma face extemporânea do latim, ainda pouco explorada no âmbito dos Estudos Clássicos que, tradicionalmente, se dedicam ao estudo de obras latinas da Antiguidade. As investigações realizadas acerca dos grupos de palavras selecionados apontaram no sentido positivo. Contudo, compreendemos que essa “revitalização” dependeu de processos que incluem uma manutenção do léxico clássico da língua, preservando, o quanto possível, o *sermo litterarius* para encontrar nele os recursos necessários para a expressão de termos no que poderíamos chamar de latim extemporâneo.

De modo específico, nosso objetivo era entender como a obra dava conta de transpor para o latim literário elementos alheios à cultura da língua-alvo, pertencentes somente ao polissistema moderno. Para isso, selecionamos casos que pudessem contribuir com essa investigação e selecionamos, para a análise, vocábulos individuais que fazem referência a objetos e dois grupos semânticos: os objetos eram o “avião”, o “planeta” e o “vulcão”; os grupos reuniam palavras que designassem “armas de fogo” e nomes relacionados a países, bem como às nacionalidades, representadas também na forma adjetiva.

A partir da observação desses referentes, pudemos ver que outros sentidos eram acionados pelas palavras utilizadas para significar esses objetos que, na língua-fonte, eram bastante claros desde o momento da enunciação. Percebemos que, em latim, algumas das ocorrências desses vocábulos geravam certa ambiguidade, que requisitava do tradutor a mobilização de diversos recursos lexicais, semânticos e discursivos para ser solucionada.

Entre tais recursos, destacamos o fato de o tradutor se valer de vocábulos caracterizadores como pistas do conteúdo da enunciação, assim como, também, a proposição de perífrases como forma de representar um elemento da cultura moderna a partir do repertório disponível no período clássico e já comum ao *sermo litterarius*. Durante a leitura, seria preciso que o leitor tivesse atenção para o uso típico da língua para perceber em quais contextos cada referente deveria aparecer. Dessa forma, seria possível utilizar a análise linguística para amenizar as ambiguidades causadas pela dificuldade de unir polissistemas separados por períodos tão distantes no tempo.

Notamos que o uso típico e as pistas linguísticas deveriam ser encarados não como uma construção ao acaso, mas como uma rede de padrões que se desenvolve à medida que a língua é explorada e efetivamente empregada na tradução. A tradução *Regulus* parece ser responsável, portanto, por aprimorar a base de dados para observação da linguagem como sistema probabilístico, visto que, geralmente, os documentos naturais da era clássica são os *corpora* mais acessados para a observação da língua em uso. Como tais *corpora* não acompanham o movimento natural de atualização da língua e dos polissistemas, a tradução de obras modernas para o latim literário promove uma certa revitalização do latim e, conseqüentemente, de seu uso típico, fornecendo material para análise e construção de sentenças que permitam exprimir referentes pertinentes ao mundo moderno.

Durante o estudo das formas linguísticas utilizadas para representar os referentes do mundo moderno, constatamos uma clara preferência por estratégias tradutórias que representam uma domesticação do texto-fonte, no que diz respeito aos objetos, e um meio-termo no que diz respeito às nações. Enquanto essas podiam aparecer, em *Regulus*, ora assumindo uma forma familiar ao repertório latino – a partir do uso de topônimos referentes a cada região na era antiga –, ora sendo um registro extemporâneo à variedade de referência da língua, o *latim literário* – fruto do empréstimo entre os idiomas modernos, marcando, com isso, traços de estratégias estrangeirizadoras de tradução –, os substantivos que nomeiam os diferentes objetos estranhos ao polissistema latino eram majoritariamente traduzidos utilizando o repertório já disponível na língua, domesticando a tradução, ainda que não radicalmente.

Dentre os processos de criação de palavras mais acessados, verificamos neologismos dados por derivação sufixal, arcaísmos, estrangeirismos, relações de antroponímia e, principalmente, formação de palavras por meio da utilização de perífrases. A própria língua foi utilizada pelo tradutor a fim de fornecer meios para que os conceitos pudessem ser acessados de acordo com o polissistema do latim, sem que fossem descaracterizados por completo. Identificamos como a técnica de *fine tuning* foi essencial para ajustar o contexto social de *Le Petit Prince* ao período histórico da língua de *Regulus*.

Apesar de um resultado frutífero, alguns termos parecem ainda produzir possíveis dificuldades na referenciação, devido à diversidade de sentidos que elementos modernos podem apresentar. Em casos como o compartilhamento de uma única palavra para referentes

diferentes – como *machina* para “avião”, “trem” e “motor do avião”; ou a mesma base *stella* para “estrela”, “planeta” e “asteroide” –, as reflexões realizadas no decorrer da pesquisa apontam desafios para tradutores ou autores de textos em língua latina nos dias atuais.

Julgamos que, de modo geral, as estratégias adotadas por Haury foram capazes de manter certa coerência intertextual e intratextual, visto que os tópicos citados como empecilhos poderiam causar dificuldade para entender fragmentos específicos. Salvo os possíveis enganos quanto ao que seria planeta ou estrela, montanha ou vulcão, avião ou trem, o tradutor conseguiu aproximar as culturas, dando sentido ao texto moderno dentro do sistema linguístico latino a partir da transposição das intra-relações do polissistema francês para o polissistema da Roma antiga. Como ocorre naturalmente em qualquer tradução, há detalhes que se distanciam, mas não prejudicam na capacidade de entender a obra.

Entretanto, observamos que, muitas vezes, o tradutor se vale da alta probabilidade de que o leitor de *Regulus* já seja leitor de *Le Petit Prince*, uma vez que algumas estratégias tradutórias resultam em nomenclaturas imprecisas para um indivíduo alheio ao contexto da obra. É necessário que o leitor conheça o universo simbólico de *O Pequeno Príncipe*, caso contrário se encontraria diante de um leque de possibilidades ao especificar a imagem de uma “máquina que voa”, bem como enfrentaria uma imprecisão ao deparar-se com nomes fincados no contexto de movimentos migratórios que ocorreram há dois mil anos, como *Sarmata* ou *Garamans*, por exemplo.

Um leitor que se aproxime de *Regulus* sem conhecer nada de *O Pequeno Príncipe* faria uma leitura muitas vezes vaga, dependendo do auxílio de dicionários, mapas e outros textos, para chegar a uma compreensão aproximada da experiência da obra original, considerando que a totalidade das estratégias tradutórias por si só não são capazes de dirimir quaisquer dúvidas. Portanto, se, hipoteticamente, o tradutor pressupõe um conhecimento prévio do universo ficcional de *Le Petit Prince* – o que é plausível, tendo em vista que o latim não é uma língua materna, a qual geraria leitores cuja experiência de leitura fosse moldada a partir da estrutura linguística e do contexto latino; e que *O Pequeno Príncipe* já era um *best seller* traduzido em várias línguas e entextualizado em diversos gêneros e linguagens diferentes no ponto em que se produziu *Regulus*– entendemos que a finalidade dessa tradução não é levar a história a uma comunidade latina, isso posto, a tradução não substitui a leitura

em uma língua moderna, pelo contrário, depende dela, tratando-se de uma obra auxiliar, complementar.

As observações que decorrem da análise sugerem que relacionar os elementos componentes de uma cultura com os de outros polissistemas durante a tradução é um caminho que, na obra analisada, inclina-se para a domesticação da língua, pois evita, na medida do possível, descaracterizar a obra a ponto de comprometer a coerência intratextual, mas também não descaracteriza o polissistema alvo, garantindo também a coerência intertextual com outros textos em latim, não lhes introduzindo muitos termos cunhados especificamente para essa obra.

Com isso, retomamos o questionamento do segundo capítulo acerca da movimentação entre leitor, autor. Quando indagamos sobre quem se movimentaria na relação de tradução de *Regulus*, levantamos a possibilidade de que leitor e autor se mantivessem do mesmo lado, ao passo que o que estaria em jogo seria descobrir se quem seria preservado seria o polissistema da modernidade ou o da antiguidade. Isto é, diferentemente do que ocorre em geral nas traduções, em que ou o autor é transportado para o contexto do leitor; ou o leitor para o contexto de produção do autor, percebemos que a movimentação de ideias foi o ponto principal, como que acrescentando uma terceira parte no jogo de tradução: a língua. Podendo, então, transportar-se leitor, autor ou língua, um em direção a outro. Nesse caso, se a língua é posta em destaque, leitor e autor devem se movimentar ao seu encontro, realizando ambos o esforço para adequar-se ao polissistema com o qual serão defrontados; por outro lado, se quem recebe destaque é o polissistema da obra original, compartilhado entre leitor e autor, é a língua que precisa de adequação. Há uma oscilação em *Regulus*, ora ganhando destaque o polissistema da modernidade, ora o da antiguidade, sendo de interesse a forma como os conceitos viajam de um contexto para outro.

Houve a articulação de conceitos comuns ao leitor e ao tradutor indo ao encontro dos conceitos reconhecidos no *sermo litterarius*, de modo que o fluxo de ideias tentava manter-se equilibrado: recuperando conceitos do latim literário, mas acrescentando informações cruciais a partir de termos que apontassem para o conceito da atualidade. Desse modo, vimos que, de fato, revitalização é, também, resgate e preservação do sistema linguístico, acolhendo e explorando o repertório disponível para retraduzi-los com outros conceitos.

A pesquisa como um todo não se encerra neste ponto, visto que não esgota os seus desdobramentos futuros. Há ainda espaço para análises explorando outras questões mesmo no âmbito da Linguística de *Corpus*, por exemplo, indo mais a fundo na prosódia semântica e na convencionalidade, alargando as examinações a cerca dos elementos que têm mais probabilidade de co-ocorrer. Outro aspecto que levanta interesse e pode, futuramente, ser estudado é o sintático, observando, por exemplo, a ordenação das palavras dentro das sentenças traduzidas. Por esse viés, pode-se refletir a que construções frasais o autor mais recorre, isto é: utiliza-se por base a ordem direta da língua de origem da obra ou prima-se por algum outro aspecto, comum ao latim literário como o ritmo, o estilo ou o sentido, por exemplo? Tal análise pode tecer reflexões acerca do discurso construído pela ordenação das palavras em cada língua.

Outras questões dizem respeito às demais palavras em *Regulus* que abrem margem para próximas análises semelhantes a esta, enriquecendo o conhecimento teórico e prático da língua latina. Além disso, muitas outras obras modernas traduzidas para o latim igualmente fornecem material para estudo, sendo que possíveis desdobramentos desta pesquisa seriam aplicar os métodos acionados aqui para observar a tradução de outros livros, bem como examinar o comportamento das traduções de outros universos ficcionais para o latim.

Assim, reiteramos que observação dessas estratégias de tradução é relevante para a compreensão do latim não somente como língua antiga, mas como língua ainda usada produtivamente nos dias atuais. Nesse, parece lançar luz sobre a constante reinvenção dessa língua, capaz de exprimir significantes distantes do horizonte cultural da Antiguidade, como as novas tecnologias, a pluralidade de sentidos, as reestruturações geopolíticas, e, conseqüentemente, acompanhar o movimento de atualização da história. Consideramos que é possível que o latim seja uma língua que dialoga com a atualidade, resta que saibamos recuperar e renovar o repertório linguístico adequadamente, alinhado-o a esse propósito. A tradução de obras modernas para o latim revelou ser um modo produtivo de avaliar essa revitalização, pois, a partir de leituras como essa, é possível unir polissistemas considerados tão afastados, e, ao mesmo tempo, avaliar quais estratégias funcionam e quais podem ser aprimoradas.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, B. S. *Deusas, deuses e heróis gregos*. São Paulo: Hunter Books, 2016.
- ADAMS, J. N. *Bilingualism and the Latin Language*. Cambridge: Cambridge University, 2003.
- ADAMS, J. N. *The Regional Diversification of Latin, 200 BC - AD 600*. Cambridge: Cambridge University, 2007.
- ARROJO, R. As questões teóricas da tradução e a desconstrução do logocentrismo: algumas reflexões. In.: ARROJO, R. (org.). *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas, SP: Pontes, 2003, p.71-79.
- BENEDICTO, M. A. B. *De Latinis sermonibus: a diversidade linguística segundo Quintiliano*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- BASSETTO, B. *Elementos de Filologia Romana: história externa das línguas*, v. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- BERBER SARDINHA, T. Como usar a Linguística de Corpus no ensino de língua estrangeira: por uma Linguística de Corpus educacional brasileira. In: VIANA, V.; TAGNIN, S. E. O. *Corpora no ensino de línguas estrangeiras*. São Paulo: Hub Editorial, 2010. p. 293-348
- BRAGA, H. *O ensino de latim na escola Maria Constança Barros Machado como reflexo da história da disciplina no Brasil (1939-1971)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.
- BRITTO, PAULO HENRIQUES. *A tradução literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BRUNI, L. De Interpretatione Recta. Tradução: Mauri Furlan. *Scientia Traductionis*, n. 10, 2011.
- CÍCERO. Do orador. Tradução: Adriano Scatolin. In.: SCATOLIN, A. A invenção no *Do orador* de Cícero: um estudo à luz de *Ad Familiares* I, 9, 23. Tese (Programa de Letras Clássicas) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- CLACKSON, J., HORROCKS, G. *The Blackwell history of the Latin language*. Blackwell, 2007.
- CRONIN, M. The cracked looking-glass of servants: Translation and minority languages in a global age. In.: BAKER, M. (ed.). *Critical readings in translation studies*. London/New York: Routledge, 2010, 249–262.

EVEN-ZOHAR, I. *Teoria dos polissistemas*. Tradução: Luis Fernando Marozo; Carlos Rizzon; Yanna Karlla Cunha. Translatio, Porto Alegre, n. 5, p. 1-21, 2013.

FARIA, E. *Dicionário latino-português*. Belo Horizonte: Garnier, 2003.

FERREIRA, L. C. Primeiro voo há 115 anos: Santos Dumont aliou invenções à ciência. *Agência Brasil*. Brasília, out. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-10/primeiro-voo-ha-115-anos-santos-dumont-aliou-invencoes-ciencia>>. Acesso em: mai. 2022.

FORTES, F. Uso, Variação e Norma na Tradição Gramatical Latina. *Signum: Estudos Linguísticos*, Londrina, n. 15/2, p. 197-214, dez. 2012.

FORTES, F. O ensino de latim centrado no uso da língua e na aquisição de competências. *Phaos: Revista de Estudos Clássicos*. [S. l.], n. 13, 2013.

FORTES, F.; FREITAS, F. A. de S. O contato linguístico e cultural entre o grego e o latim: reflexos na constituição da disciplina gramatical em Roma. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 19, n. 1, p. 3-13, 2015.

FREITAS, L. F. Tradução e autoria: de Schleiermacher a Venuti. *Cadernos de Tradução*. Florianópolis: UFSC, n. 21, 2008.

FREITAS, L. F. Visibilidade problemática em Venuti. *Cadernos de Tradução*. Florianópolis: UFSC, n. 12, 2003.

GARCIA, A. O português do Brasil: questões de substrato, superestrato e abstrato. In: *Soletas*. São Gonçalo: UERJ. jul./dez. 2002. Ano II, n 04.

HECK, M. R. D. *O ensino do latim no Brasil: objetivos, método e tradição*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

HOSINGTON, B. M., Translation and Neo-Latin. *Brill's Encyclopedia of the New-Latin World*. Leiden: Brill, 2014.

ILARI, R. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 1999.

JANSON, T. *A Natural History of Latin*. (2004)

JESUS, C. R. R. de. O ritmo na prosa: estudo e interpretação prosódica do período oratório latino. Tese (Instituto de Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

JUSTO, J. M. Friedrich Schleiermacher: A Theory of Translation Based on Dialectics. In.: SERUYA, T, JUSTO, J. M. (ed.). *Rereading Scheiermacher: Translation, Cognition and Culture*. London: Springer, 2016, p. 3-14.

- KITZBICHLER, J. From Jerome to Schleiermacher? Translation Methods and the Irrationality of Languages. In.: SERUYA, T, JUSTO, J. M. (ed.). *Rereading Scheiermacher: Translation, Cognition and Culture*. London: Springer, 2016, p. 27-41.
- LANA, I. *Dal latino al italiano*. Roma: Mario Adda, 1983.
- LEITE, L. R. *Latine loqui: curso básico de latim*. Vitória: EDUFES, 2016.
- LIU, L. H. *The Clash of Empires: The Invention of China in Modern World Making*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- LONGO, G. A abordagem textual no ensino de latim. *Organon*. Porto Alegre, v. 29, n. 56, p. 175-188, jan/jun. 2014.
- MATOS, T. Os livros mais traduzidos de sempre. *Estante*. [S.l.], set. 2017. Disponível em: <<http://www.revistaestante.fnac.pt/os-livros-mais-traduzidos-de-sempre/>>. Acesso em: ago. 2021.
- MEILLET, A. *Esquisse d'une histoire de la Langue Latine*. 1977.
- MINKOVA, M., TUNBERG, T. Latim ativo: falando, escrevendo, ouvindo a língua. Tradução: Leni Ribeiro Leite e Ariane Ribeiro Santana. *Rónai: Revista de estudos clássicos e tradutórios*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 149-161, 2018.
- MORAES, H. S. *A filosofia em letras latinas: identidade e consciência linguísticas nos acadêmicos de Cícero*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.
- MOREIRA, K. G., RIBEIRO, A. P. *Abordagem textual no ensino do latim na Universidade Estadual de Goiás*. Posse: Universidade Estadual de Goiás, 2018.
- MUND-DOPCHIE, M. Latin Translations of Place Names Unknown in the Ancient World. *Brill's Encyclopedia of the New-Latin World*. Leiden: Brill, 2014a.
- MUND-DOPCHIE, M. Latin Vocabulary for New World Phenomena. *Brill's Encyclopedia of the New-Latin World*. Leiden: Brill, 2014b.
- MUNHOZ, P. *A influência da Segunda Guerra Mundial na produção literária de Saint-Exupéry*. 2014. Tese (Faculdade de Ciências e Letras de Assis) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.
- NIDA, E. *Toward a science of translating: with special reference to principles and procedures involved in bible translating*. Leiden: E. J. Brill, 1964.
- NORD, C. Aspects of Skopostheorie. In: NORD, C. *Translating as a Purposeful Activity: functionalist approaches explained*. Manchester; St. Jerome Publishing, 1997.

NUNES, E.; NÓBREGA JR. O. B. *Morfologias associadas aos processos endógenos*. Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, [s.d.].

OLIVEIRA, P. C de. *De Saint-Exupéry a Limeira: uma leitura comparativa de O Pequeno Príncipe*. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Maringá, 2017.

OXFORD. Oxford Latin Dictionary. Oxford, Clarendon Press, 1968.

OŽBOT, M. Foreignization and Domestication: A View from the Periphery. In.: SERUYA, T, JUSTO, J. M. (ed.). *Rereading Scheiermacher: Translation, Cognition and Culture*. London: Springer, 2016, p. 277-290.

PLÍNIO. *Da erupção do Vesúvio*. Tradução: Mauri Furlan. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/338612321_-_Da_erupcao_do_Vesuvio_-_Epistulae_ad_Tacitum_VI_16_20_Cartas_a_Tacito_VI_16_20>. Acesso em: mai. 2022.

PRINGLE, H. Ancient Slingshot was as Deadly as a .44 Magnum. *National Geographic*. [S.l.], 24 mai. 2017. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/history/article/ancient-slingshot-lethal-44-magnum-scotland>. Acesso em: 12 mar. 2022.

QUINCI, C. (Un)Folding the Meaning: Translation Competence and Translation Strategies Compared. In.: SERUYA, T, JUSTO, J. M. (ed.). *Rereading Scheiermacher: Translation, Cognition and Culture*. London: Springer, 2016, p. 89-104.

ROCHETTE, B. Ancient Bidialectalism and Bilingualism. In: GIANNAKIS, G. K. *Encyclopedia of ancient greek language and linguistics*. Leiden: Brill, 2014.

RODRIGUES, F. C. *A Ars grammatica de Mário Plócio Sacerdote, a “primeira gramática latina”, e a tradução gramatical do século III*. 2020. Dissertação (Pós-graduação em Linguística) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

RODRÍGUEZ, B. M. R. Translating into Galician, A Minor Language: A Challenge for Literary Translators. In.: SERUYA, T, JUSTO, J. M. (ed.). *Rereading Scheiermacher: Translation, Cognition and Culture*. London: Springer, 2016, p. 267-276.

ROSÉN, H. (1999) *Latine Loqui: Trends and Directions in the Crystallization of Classical Latin*. Munich: Wilhelm Fink Verlag, 1999.

SAINT-EXUPÉRY, A. *Le Petit Prince*. 1943. Disponível em: http://www.cmls.polytechnique.fr/perso/tringali/documents/st_exupery_le_petit_prince.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

SAINT-EXUPÉRY, A. *O Pequeno Príncipe*. Tradução: Dom Marcos Barbosa. Rio de Janeiro: Agir, 1984.

SAINT-EXUPÉRY, A. *Regulus*. Tradução: Augusto Haury. Boston: Mariner Books, 2001.

SCHLEIERMACHER, F. E. D. On the different methods of translating. Tradução: Susan Bernofsky. In.: VENUTI, L. *The Translation Studies Reader*. 3. ed. London/New York: Routledge, 2000, p. 43-63.

SCHLEIERMACHER, F. E. D. *Sobre os diferentes métodos de traduzir*. Tradução: Celso Braida. *Princípios*, Natal, v. 14, n. 21, p. 233-265, jan./jun. 2007.

TABAKOWSKA, E. Cognitive Grammar in Translation: Form as meaning. In: ROJO, A.; IBARRETXE-ANTUNÃÑO, I. (eds.) *Cognitive Linguistics and Translation*. Berlin/Boston: Walter de Gruyter GmbH, 2013.

VENUTI, L. *The Translator's Invisibility: A history of translation*. London/New York: Routledge, 1995.